



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO


Redação Final ao Projeto de Lei nº 497/11

Inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Festival Nacional da Carne Suína, realizado no Município de Entre Rios do Oeste.

Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Festival Nacional da Carne Suína, que se realiza anualmente entre os dias 18 e 20 de junho no Município de Entre Rios do Oeste.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2011.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 534/11

Declara o Município de Terra Roxa a "Capital da Moda Bebê do Estado do Paraná".


Art. 1º Fica declarado o Município de Terra Roxa a "Capital da Moda Bebê do Estado do Paraná".

Parágrafo único. A denominação de que trata o *caput* do art. 1º, será referencial de identidade do Município de Terra Roxa para a captação de recursos ou investimentos referentes a tecidos e congêneres que atendam às necessidades do setor.

Art. 2º A partir da publicação desta Lei, o Município de Terra Roxa passará a integrar como Capital da Moda Bebê, o Calendário Oficial de Eventos Industriais, Comerciais e Turísticos do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2011.


ALEXANDRE CURÍ
PRESIDENTE


RELATOR






COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 581/11



Concede o Título de Cidadão Honorário do
Paraná ao Senhor Nilson Monteiro Menezes.

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do
Estado do Paraná ao Senhor Nilson Monteiro Menezes.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 765/11

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Terra Rica, do imóvel que especifica.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Terra Rica, de área com 450,00 m², constituída de partes das datas nºs 05 e 06 da Quadra 216, com edificação de madeira, sob Transcrição das Transmissões nº 632 do Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Terra Rica.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado exclusivamente para o desenvolvimento de serviço público municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

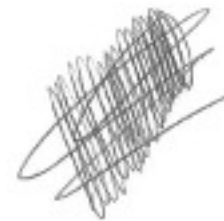
Art. 3º O Município terá o prazo de 02 (dois) anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário, o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR




COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 822/11

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo, até o montante de US\$ 350.000.000,00, junto ao BIRD, para financiamento do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito externo, até o montante de US\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, para financiamento do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná.

Parágrafo único. Os prazos de carência e amortização, a taxa de juros e demais encargos adicionais referentes à operação de crédito autorizada por este artigo obedecerão às normas estabelecidas pelas autoridades monetárias encarregadas da política econômica financeira da União, observadas as condições propostas pelo Agente Financeiro.

Art. 2º A Operação de Crédito de que trata esta Lei será garantida pela República Federativa do Brasil.

Parágrafo único. Para obter garantia da União na referida operação de crédito, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer contragarantias as garantias da União, podendo, para tanto, vincular as cotas de repartição constitucional das receitas estabelecidas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas no momento suficiente para cobrir a amortização e encargos financeiros da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 3º Deverão ser consignadas dotações próprias no Orçamento-Geral do Estado para o pagamento do serviço da dívida decorrente da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 4º Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

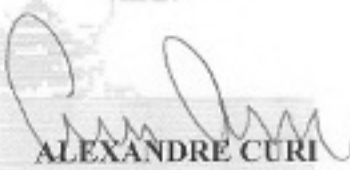
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

I – firmar acordos, convênios e contratos necessários à implementação do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná;

II – abrir créditos adicionais respectivos, até o valor da operação contratada, inclusive sua contrapartida, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para atendimento das despesas do Projeto.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 887/11

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Moreira Sales, do imóvel que especifica.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Moreira Sales, de parte correspondente a 1.350,00 m², da Quadra 45-P, com área total de 2.700,00 m², naquele município, conforme Transcrição das Transmissões sob nº 9.177, do Registro de Imóveis da Comarca de Goioerê.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado, exclusivamente, para serviço público municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º O município terá o prazo de 02 (dois) anos para as providências de desmembramento e regularização cartorial da titularidade do imóvel doado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2011.


ALEXANDRE CURTI
PRESIDENTE


RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 888/11

Acresce o § 4º, ao artigo 3º, da Lei nº 7.231, de 24/10/1979.

Art. 1º O artigo 3º, da Lei 7.231, de 24 de outubro de 1979, alterado pelo artigo 1º, da Lei 8.172, de 11 de novembro de 1985 e pelo artigo 1º, da Lei nº 8.422, de 21 de novembro de 1986, fica acrescido do § 4º, com a seguinte redação:

"§ 4º Fica a Prefeitura Municipal de Rio Azul, autorizada a doar à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, a área de terra com 47.725,57 m² (quarenta e sete mil e setecentos e vinte e cinco metros quadrados e cinquenta e sete centímetros quadrados), contida em área maior, sob Matrícula nº 11.239, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rebouças - Estado do Paraná, ficando proibida a transferência ou cessão a qualquer título, a terceiros, da área doada sob pena de imediato retorno ao imóvel do patrimônio do Município."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, mantidas as demais condições estabelecidas na Lei nº 7.231, de 24 de outubro de 1979, alterada pela Lei nº 8.172, de 11 de novembro de 1985, publicadas no Diário Oficial em 29 de outubro de 1979 e em 12 de novembro de 1985, respectivamente.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRÉSIDENTE



RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 889/11


Altera o art. 2º da Lei nº 16.301/2009.

Art. 1º O art. 2º, estabelecido na Lei nº 16.301/2009, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º O imóvel em questão que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será utilizado, exclusivamente para funcionamento de serviços públicos, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2011.



ALEXANDRE CURTI
PRESIDENTE



RELATOR





COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 902/11

Cria a Vara de Fazenda Pública no Foro Regional de São José dos Pinhais – da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 1º O art. 255 da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 255. Fica criado nos Foros Regionais que integram a Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, o seguinte:

I -
(...)

VIII - no Foro Regional de São José dos Pinhais:

(...)

c) a Vara de Fazenda Pública."

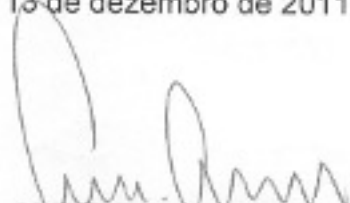
Art. 2º Fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância final para o Foro Regional de São José dos Pinhais.

Art. 3º Ficam alterados os anexos IV, V e IX, Tabela 1, da Lei referida no art. 1º.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ							
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003							
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX							
CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1							
COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
1ª INSTÂNCIA							
ENTRÂNCIA FINAL							
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA							
			3	3		-1	6
Foro Regional de São José dos Pinhais							

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ	
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003	
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV	
	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Entrada Final
	FORO JUDICIAL
	1ª Vara Cível
	2ª Vara Cível
	3ª Vara Cível
	1ª Vara Criminal
	2ª Vara Criminal
	Vara da Infância e da Juventude
	Vara de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Consequência do Foro Extrajudicial
	Vara da Fazenda Pública
(2)	1º Juizado Especial Cível
(2)	2º Juizado Especial Cível
(2)	Juizado Especial Criminal
	Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
	FORO EXTRAJUDICIAL
	(2) = JUZADO ESPECIAL CÍVEL EM OU CRIMINAL COM UNIDADE ADMINISTRATIVA PRÓPRIA E UM CARGO DE JUIZ



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 903/11

Eleva a Comarca de Jandaia do Sul da entrância inicial para a entrância intermediária e altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Art. 1º Fica a Comarca de Jandaia do Sul, de entrância inicial, elevada para entrância intermediária, desmembrando-se o Juízo Único em 02 (duas) Varas distintas, nos termos do art. 225, da Lei Estadual nº 14.277/2003 e do art. 2º, da Lei Estadual nº 16.023/2008.

Art. 2º Fica alterado o art. 263, da Lei Estadual nº 14.277/2003, com o desmembramento do Juízo Único da Comarca de Jandaia do Sul, acrescido do inciso XXXIII e alíneas a e b, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 263. Fica criado nas Comarcas de entrância intermediária o seguinte:

I - ...

(...)

XXXIII - na Comarca de Jandaia do Sul:

- a) Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;*
- b) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família."*

Art. 3º Fica alterado o art. 264, da Lei referida no art. 2º, pela elevação da Comarca de Jandaia do Sul à entrância intermediária, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 264. Ficam elevados à entrância final a Comarca de Guarapuava e à entrância intermediária as Comarcas de Guaratuba, Matinhos, São Mateus do Sul, Sarandi, Andirá, Chopinzinho, Matelândia, Quedas do Iguaçu e Jandaia do Sul."

Art. 4º Fica criado 01 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária para a Comarca de Jandaia do Sul.

Art. 5º Ficam alterados os Anexos I, II, Tabela 2, IV, V, VII e IX, Tabela 1, da Lei referida no art. 2º.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR




PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ		
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003		
CLASSIFICAÇÃO DAS COMARCAS - ENTRÂNCIA FINAL, INTERMEDIÁRIA E INICIAL		

ANEXO I

COMARCA DE ENTRÂNCIA FINAL			COMARCA DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA			COMARCA DE ENTRÂNCIA INICIAL		
1	Comarca da Região Metropolitana de Curitiba	1 Andaraí	36 Medianeira	1 Alto Paraná	36 Joaquim Távora	71 São Miguel do Iguaçu		
I	Foto Central de Curitiba	2 Acaraçá	37 Nova Esperança	2 Alto Piquiri	37 Mallet	72 Sengola		
II	Foto Regional de Almirante Tamandaré	3 Aspangas	38 Palmes	3 Almeida	38 Membrão	73 Senacopole		
III	Foto Regional de Araucária	4 Assaí	39 Palotina	4 Antonino	39 Mandaguai	74 Siqueira Campos		
IV	Foto Regional de Campo Grande do Sul	5 Assis Chateaubriand	40 Paranaguá	5 Arapoti	40 Mandaguari	75 Trevisina Soares		
V	Foto Regional de Campo Largo	6 Astorga	41 Paranaíba	6 Beteosa Fenas	41 Mangueira	76 Terra Rica		
VI	Foto Regional de Colombo	7 Bandeirantes	42 Pato Branco	7 Barão do Sul	42 Manoel Ribas	77 Terra Rica		
VII	Foto Regional de Foz de Iguaçu	8 Bela Vista do Paraíso	43 Piraí	8 Bocaiuva do Sul	43 Marilândia do Sul	78 Terra Roxa		
VIII	Foto Regional de Foz de Iguaçu	9 Cambé	44 Piraí	9 Cambaí	44 Marmoreira	79 Tibagi		
IX	Foto Regional de Foz de Iguaçu	10 Campo Mourão	45 Ponta Grossa	10 Cândido da Lagoa	45 Morretes	80 Tomazina		
X	Foto Regional de Foz de Iguaçu	11 Capoto	46 Quatro de Iguaçu	11 Cândido de Abreu	46 Nova Fátima	81 União		
		12 Castro	47 Rio Negro do Sul	12 Carapicó	47 Nova Londrina	82 União		
2	Caracol	13 Chopinzinho	48 Rio Negro	13 Capitão Leônidas Marques	48 Ortiguela	83 Xambioá		
3	Foto do Iguaçu	14 Claron	49 Rolândia	14 Caripicó	49 Palmeira			
4	Guarapuava	15 Colombo	50 Santo Antônio da Platina	15 Catanduvas	50 Palmeira			
5	Londrina	16 Curitiba	51 Santo Antônio do Sudoeste	16 Centenário do Sul	51 Parobó do Norte			
6	Maringá	17 Cruzeiro do Oeste	52 São Mateus do Sul	17 Cidreira	52 Paranaíba			
7	Porto Grossa	18 Das Virgem	53 Sarandi	18 Cidreira	53 Parobó			
		19 Francisco Beltrão	54 Telêmaco Borba	19 Cidreira	54 Pinhão			
		20 Goioerê	55 Toledo	20 Concórdia	55 Pinhal do Sul			
		21 Guarapuava	56 União da Vitória	21 Curitiba	56 Primeiro de Maio			
		22 Guarapuava	57 União da Vitória	22 Coronel Vivida	57 Prudentópolis			
		23 Ibaté	58 Wenceslau Braz	23 Curitiba	58 Realeza			
		24 Ibaté		24 Engenheiro Beltrão	59 Rebouças			
		25 Itaipava		25 Foz de Iguaçu	60 Ribeirão			
		26 Jacarezinho		26 Formosa do Oeste	61 Ribeirão Claro			
		27 Jacarezinho		27 Guarapuava	62 Ribeirão do Pinhal			
		28 Lapa		28 Guarapuava	63 São João do Sul			
		29 Jardim do Sul		29 Itaipava	64 Santa Fé			
		30 Jaraguá do Sul		30 Itaipava	65 Santa Helena			
		31 Lapa		31 Jaraguá	66 Santa Izabel do Ivaí			
		32 Mariscal Cândido Rondon		32 Jaraguá	67 Santa Mariana			
		33 Maratão		33 Jaraguá	68 São Jerônimo da Serra			
		34 Maratão		34 Jaraguá	69 São João do Sul			
		35 Maratão		35 Jaraguá	70 São João do Sul			

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
SEÇÕES JUDICIÁRIAS — ANEXO II — TABELA 2

SEÇÕES JUDICIÁRIAS	COMARCA SEDE	COMARCA / VARA	ENTRADA	Juiz Suces.	Juiz de Direito Subst.	TOTAL
18ª	APUCARANA	APUCARANA	INTERM	1		1
		Jardela do Sul	INTERM			0
		Martão da do Sul	INICIAL			0

<p>PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ</p> <p>CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003</p> <p>COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV</p>	
.....	JANDAIA DO SUL - Comarca de Entrância Intermediária
FORO JUDICIAL	
	Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial
	Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família
	Juizado Especial Cível e Criminal
	Ofício do Distribuidor, Contador, Perito, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL	
	Tabionato de notas, acumulando, precariamente, o Tabionato de protesto de títulos
	1º Serviço de registro de imóveis, acumulando, precariamente, o Serviço de registro civil das pessoas naturais e o Serviço de registro civil das pessoas jurídicas
	2º Serviço de registro de imóveis
SERVIÇO DISTRITAL	
	Serviço distrital de Bom Sucesso
	Serviço distrital de Marumbi
	Serviço distrital de Kalloré
	Serviço distrital de São Pedro do Ivaí
	Serviço distrital de São José
(1)	Serviço distrital de Jussara
.....	
(1) = SERVENTIA PARA EXTINGUIR NA VACÂNCIA	
.....	

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - ANEXO VII

COMARCAS	Juiz de Direito do Juizado Especial Cível	Juiz de Direito do Juizado Especial Criminal	Juiz de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal	Secretário do Juizado Especial Cível	Secretário do Juizado Especial Criminal	Secretário do Juizado Especial Cível e Criminal	Oficial da Justiça do Juizado Especial Cível	Oficial da Justiça do Juizado Especial Criminal	Oficial da Justiça do Juizado Especial Cível e Criminal	Auxiliar de Cartório do Juizado Especial Criminal	Auxiliar Administrativo do Juizado Especial Cível e Criminal	Contador e Avaliador	Secretário da Turma Recursale	Secretário do Conselho de Supervisão	Total
.....															
ENTRÂNCIA															
Jandala do Sul											2				2
ENTRÂNCIA															
Jandala do Sul															
.....															

ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA

ENTRÂNCIA INICIAL

Comarca elevada a entrância intermediária



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 908/11

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externa, na forma que indica.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito externo até o limite de US\$ 8,500,000.00 (oito milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinados a financiar parcialmente a execução do Programa de Gestão Fiscal do Estado do Paraná (Profisco-PR), observadas as normas legais pertinentes.

§ 1º Os prazos de carência e amortização, a taxa de juros e demais encargos adicionais referentes à operação de crédito autorizada por este artigo obedecerão às normas estabelecidas pelas autoridades monetárias encarregadas pela política econômica e financeira da União, observadas as normas propostas pelo Agente Financeiro.

§ 2º Os recursos provenientes da operação de crédito de que trata esta Lei serão depositados em conta específica para tal finalidade.

Art. 2º A operação de Crédito de que trata esta Lei será garantida pela República Federativa do Brasil.

§ 1º Para obter garantia da União na referida operação de crédito, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer contragarantias às garantias da União durante o prazo de vigência do contrato, podendo, para tanto, vincular as cotas de repartição constitucional das receitas estabelecidas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, conforme previsto no § 4º do art. 167, da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas no momento suficiente para cobrir a amortização e encargos financeiros da operação de crédito autorizada por esta Lei.

§ 2º O procedimento autorizado no *caput* deste artigo somente poderá ser adotado na hipótese de inadimplemento, na data do vencimento das obrigações pactuadas pelo Poder Executivo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Art. 3º O Poder Executivo consignará dotações próprias nos Orçamentos Anuais e no Plano Plurianual do Estado, durante o prazo estabelecido para o financiamento, necessárias ao atendimento da contrapartida financeira do Estado no programa e a amortização do principal e dos acessórios resultantes, em conformidade com as disposições contidas no art. 1º da presente Lei, bem como outras garantias em direito admitidas no momento como suficientes para cobrir a amortização e encargos financeiros da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 4º Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a:

I – firmar acordos, convênios e contratos necessários à implementação do Programa de Gestão Fiscal do Estado do Paraná (Profisco-PR);

II – abrir créditos adicionais respectivos, até o valor da operação contratada, inclusive sua contrapartida, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para atendimento das despesas do programa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR



• •



COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto de Lei Complementar
nº 920/11**

Acresce parágrafos ao art. 2º, da Lei Complementar nº 137/2011.

Art. 1º O artigo 2º da Lei Complementar nº 137, de 06 de julho de 2001, fica acrescido dos parágrafos 4º e 5º, com a seguinte redação:

Art. 2º...

(...)

“§ 4º A veiculação dos atos de que trata este artigo poderá se dar por meio de extrato reduzido, no qual conste a identificação das partes, natureza do ato e da identificação do processo que lhe deu origem, com os respectivos objetos, valores e prazos.

§ 5º Em se tratando de atos relativos a servidores, o extrato de que trata o parágrafo anterior deverá conter a identificação do servidor com os respectivos números do Registro Geral e do Cadastro Nacional de Pessoa Física, o cargo ocupado, a finalidade do ato e a identificação do processo que lhe deu origem.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

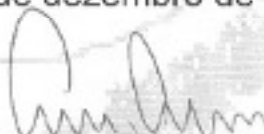
Redação Final ao Projeto de Resolução nº 031/11




Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de outubro de 2011. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Deputados, previstas na resolução nº 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de outubro de 2011.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2011.


ALEXANDRE CURTI
PRESIDENTE



RELATOR




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Kielse

D. L.

Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº 573/11



SÚMULA: Dispõe sobre um percentual obrigatório de seus trabalhadores qualificados nas áreas de asseio e conservação.

Art. 1º - Havendo licitação para empresas participarem no Poder Público, na área de limpeza, a empresa deverá comprovar que possui um percentual, conforme tabela abaixo, de seus trabalhadores com curso de qualificação na área, com certificado expedido por entidade com notória especialização na área.

Parágrafo primeiro: O percentual seguirá a seguinte graduação:

2012-1%
2013-2%
2014-4%
2015-8%
2016-16%
2017-32%
2018-64%
2019-75%
2020-85%
2021-100%

Art. 2 Esta deverá ser cláusula pétrea nos editais de concorrência de serviços no Estado do Paraná.

Parágrafo único: Caso não preencha o requisito que dispõe o art. 1º desta lei, a empresa será desclassificada do certame público.

Art. 3 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, em 11 de julho de 2011.

CLEITON KIELSE
Deputado Estadual

15:00 13/07/2011 085571 3P ASSUNTO: PROJETO DE LEI Nº 573/11



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Kielse



JUSTIFICATIVA

Esta justificativa apresenta argumentos favoráveis à qualificação na área de limpeza, pois o referido projeto de lei trata da qualificação da mão-de-obra no setor de asseio e conservação.

A realidade de mercado exige a cada dia maior empenho das organizações na condição de excelência em qualquer setor. A atividade de empresas prestadoras de serviços tem apresentado crescimento constante no final deste século.

Uma das maiores dificuldades encontradas pelas empresas do setor de limpeza e conservação, seja de pequeno, médio ou grande porte no Brasil, está em fornecer serviços com padrão de qualidade alto e de forma constante. Vários são os problemas enfrentados pelo setor: mão-de-obra não qualificada, nível de escolaridade baixo, dentre outros.

As classes de risco de toxicidade, dos produtos de limpeza indicam o grau de periculosidade para saúde, eis a necessidade da qualificação para saber classificar, controlar o uso e disposição física dos espaços onde os materiais são estocados, empregando atenção especial a materiais perecíveis ou de certo grau de periculosidade, conforme especificações dos mesmos e normas técnicas vigentes.

Vale lembrar também que empregados que prestam serviço de limpeza e conservação ficam a exposição de produtos químicos e riscos biológicos, pois é uma realidade no dia a dia desta profissão, a limpeza principalmente com recolhimento de lixo e limpeza com produtos químicos, gera exposição a diversos agente biológicos, mesmo com atuação de luvas o contato ocorre também pela via respiratória o que caracteriza a qualificação de insalubridade em grau máximo, ou seja, "o ambiente de trabalho hostil à saúde, pela presença de agente agressivos ao organismo do trabalhador, acima dos limites de tolerância permitidos pelas normas técnicas".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Kielse

D. L.

Fls. 04

Assim, fica claro que é dever do Estado, oriundo da Constituição Federal, o bem-estar social, bem como a prestação de serviços da melhor maneira possível à população. Primeiramente, vale justificar que incumbe ao Poder Legislativo o dever e a legitimidade para propor o presente projeto de lei com base nas Constituições Estadual e Federal. A defesa dos direitos dos cidadãos do estado: é justamente nesse sentido que este projeto é apresentado, ou seja, tem o condão de assegurar a qualidade da mão-de-obra no setor de asseio e conservação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 579/2011

Projeto de Lei nº 579/2011

Autor: Deputado Estadual Cleiton Kielse

Súmula: Dispõe sobre um percentual obrigatório de seus trabalhadores qualificados nas áreas de asseio e conservação.

EMENTA: LICITAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ. ÁREA DE LIMPEZA. CURSO DE QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES COM CERTIFICADO EXPEDIDO POR ENTIDADE COM NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO. POSSIBILIDADE. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 22. LEI FEDERAL Nº 8.666/93 ART. 115. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NOS TERMOS DA EMENDA CORRETIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Exmo. Deputado Estadual Cleiton Kielse, tem por finalidade, qualificar os trabalhadores da área de limpeza, com curso de qualificação por entidade com notória especialização, nos casos de licitação pública no âmbito do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O projeto de lei em questão visa instituir a qualificação dos trabalhadores da área de limpeza, com curso de qualificação por entidade com notória especialização, nos casos de licitação pública no âmbito do Estado do Paraná.

Quanto a este tema, importante destacar que no dia 21 de junho de 1993 foi publicada a Lei Federal nº 8.666 que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, afirmando que os órgãos da administração, INCLUINDO OS ESTADOS, detêm competência para expedirem normas aos procedimentos operacionais observados na execução das licitações no âmbito de sua atuação, vide art. 115:

Art. 115. Os órgãos da Administração poderão expedir normas relativas aos procedimentos operacionais a serem observados na execução das licitações, no âmbito de sua competência, observadas as disposições desta Lei.

Parágrafo único. As normas a que se refere este artigo, após aprovação da autoridade competente, deverão ser publicadas na imprensa oficial. (Grifo Nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Nesse momento, importante frisar, que com relação aos órgãos da Administração Pública, estes podem ser da Administração Pública Direta ou da Administração Pública Indireta.

Para demonstrar a competência do nobre parlamentar, ressalta-se que o Estado é integrante dos órgãos da Administração Pública Direta e, portanto, pode perfeitamente expedir normas relativas aos procedimentos operacionais a serem observados na execução das licitações no âmbito de sua atuação (Art. 115 Lei Federal nº 8.666/93).

No entanto, os parlamentares devem observar o inciso XXVII do art. 22 da Constituição da República Federativa do Brasil:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:
XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III; *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)* (Grifos nossos)

Sendo assim, fica evidenciada a competência para que seja realizada a propositura do presente projeto de lei; uma vez que não afronta nenhuma norma vigente do ordenamento jurídico brasileiro, pois não trata de normas gerais de licitação e, bem como, não se encontra nas hipóteses de competência privativa do Governador.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise está em desacordo com a Lei Complementar nº. 95/98.

Cabe afirmar que o Parágrafo Primeiro do art. 1º deve ser renomeado como **Parágrafo Único**, uma vez que não existe outro parágrafo posterior.

Já no que tange o conteúdo referente a graduação mencionada no referido parágrafo, deve estar numerada em incisos o que de fato não ocorreu.

Isto, exatamente como preceitua o art. da Lei Complementar n.º 95/98:

Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:

I - a unidade básica de articulação será o artigo, indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;

II - os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos; os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens;

III - os parágrafos serão representados pelo sinal gráfico "§", seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste, utilizando-se, quando existente apenas um, a expressão "parágrafo único" por extenso;

IV - os incisos serão representados por algarismos romanos, as alíneas por letras minúsculas e os itens por algarismos arábicos;

(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


Assim sendo, para sanar os vícios de ilegalidades presentes neste projeto de lei, é apresentada a Emenda Corretiva em anexo.

Portanto, diante da Emenda Corretiva apresentada o referido projeto de lei encontra-se revestido de legalidade e constitucionalidade.






CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE**, nos termos da **EMENDA CORRETIVA** em anexo.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO TADEU VENERI
RELATOR






Concedida Voto 30
Senhor Deputado Ademar Traiano
Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Em 27, 09, 11



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA CORRETIVA AO PROJETO DE LEI 579/2011

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 7º, III do Regimento Interno dessa casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Corretiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

Parágrafo Único - O percentual seguirá a seguinte graduação:

- I – Até o ano de 2012 – 1% (um por cento);
- II – Até o ano de 2013 – 2% (dois por cento);
- III – Até o ano de 2014 – 4% (quatro por cento);
- IV – Até o ano de 2015 – 8% (oito por cento);
- V – Até o ano de 2016 – 16% (dezesesseis por cento);
- VI – Até o ano de 2017 – 32% (trinta e dois por cento);
- VII – Até o ano de 2018 – 64% (sessenta e quatro por cento);
- VIII – Até o ano de 2019 – 75% (setenta e cinco por cento);
- IX – Até o ano de 2020 – 85% (oitenta e cinco por cento);
- X – Até o ano de 2021 – 100% (cem por cento).

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2011.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO TADEU VENERI

RELATOR

Praca Nossa Senhora da Salette s/nº Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Educação

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 579/2011

Projeto de Lei nº. 579/2011

Autoria: Dep. Cleiton Kielse

Súmula: Dispõe sobre um percentual obrigatório de seus trabalhadores qualificados nas áreas de asseio e conservação.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, tem por objetivo obrigar as empresas que participam de licitações na área de limpeza a comprovar que possuem um percentual mínimo de trabalhadores qualificados para exercer atividades na área, graduando o percentual exigido ao longo dos anos.

Recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, na forma da emenda corretiva, no dia 27/09/2011, tendo como relator o Deputado Tadeu Veneri, que apenas adequou o texto à Lei Complementar 95/1998. Vencida a análise legal e constitucional, é agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-G do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere ao objeto de análise desta Comissão, constatamos que o projeto visa exigir um grau de qualificação aos funcionários das empresas de limpeza. Tal exigência é feita apenas nos casos de novas contratações e o projeto estabelece sua implantação de forma gradual ao longo dos anos, sendo que em 2021 a totalidade de tais funcionários deverá possuir um certificado de qualificação na área.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

[Assinatura]




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Educação

Tal qualificação se faz necessária pelo fato de muitas vezes os funcionários manipularem produtos de limpeza tóxicos, que expõe em risco a sua saúde e a de pessoas expostas ao local de trabalho. Além disso, manuseiam o lixo, sendo que se não forem tomados alguns cuidados pode haver contaminação deles ou de terceiros.

A medida vem no sentido de prevenir tais contaminações, certificando que os funcionários estão cientes da maneira correta de efetuar cada serviço e garantindo um alto padrão de qualidade nos serviços vinculados ao Poder Público.

Diante do exposto, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011.


DEPUTADO EVANDRO JR.
Vice-Presidente


DEPUTADO ANIBELLI NETO
Relator



DEP. BERNARDO CARLI

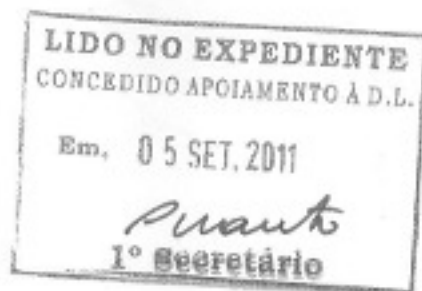
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 02

PROJETO DE LEI N.º 718, DE 2011



Súmula: Altera a redação do artigo 3º da Lei 15.789 de 03 de março de 2008, que reduz a base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com o produto querosene combustível para aviação, com o escopo de ampliar os Municípios beneficiados.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decreta:

Art. 1º O artigo 3º da Lei 15.789 de 03 de março de 2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A presente lei se aplicará às operações com o mencionado produto nos Municípios de Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa e Guarapuava.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta pelo presente Projeto de Lei visa ampliar os Municípios beneficiados com a redução da base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com a utilização do produto de querosene combustível para aviação.

14:19 05/09/2011 006863 DEP. ASSUNTO 11518.0118 00 000004



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


D. L.

Fls. 03

Desta forma, o Município de Guarapuava, anteriormente não favorecido, passa a possuir tal benefício fiscal, o que incrementa o comércio local e fomenta o desenvolvimento regional com a conseqüente viabilidade financeira da operação de companhias de taxi aéreo nos respectivos aeroportos.

Posto isso, solicita-se o apoio dos Deputados desta casa na aprovação da alteração proposta, demonstrando a intenção desta Assembleia Legislativa em promover o desenvolvimento regional e possibilitar o crescimento do interior do Estado.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 2011.



BERNARDO RIBAS CARLI
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 718/11

Projeto de Lei nº 718/11

Autor: Deputado Bernardo Carli.

*****EM ANEXO:**

Projeto de Lei nº 726/11 – Autor: Dep. Augustinho Zucchi

Súmula: Altera a redação do art. 3º da Lei nº 15.789 de 03 de março de 2008, que reduz a base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com o produto querosene combustível para aviação, com o escopo de ampliar os municípios beneficiados.

EMENTA: BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO. ALTERA A LEI 15.789/2008, QUE REDUZ A BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO INCIDENTE NAS OPERAÇÕES INTERNAS COM O PRODUTO QUEROSENE OU COMBUSTÍVEL PARA AVIÃO. A ALTERAÇÃO OBJETIVA AMPLIAR O TRATAMENTO A OUTROS MUNICÍPIOS DO PARANÁ. NECESSIDADE DE CONVÊNIO ENTRE OS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL. LC N. 24/75. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 5º E 150, II. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DO SUBSTITUTIVO GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O projeto em exame visa modificar o art. 3º da lei 15.789/2008 de modo a estender o tratamento diferenciado em relação ao ICMS incidente sobre querosene combustível para aviação aos Municípios de Guarapuava e Pato Branco.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Prefacialmente, é importante verificar se a iniciativa para legislar cabe a membro da Assembléia Legislativa, ou se está entre as matérias cuja iniciativa é privativa do Poder Executivo. Para elucidar a questão devemos observar os preceitos contidos no artigo 65 da Constituição Estadual:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

No caso em tela, observamos que conforme determina a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL em seu art. 53, tem a Assembléia Legislativa tal prerrogativa, por se tratar de matéria afeta ao campo do Direito Tributário:

Art.53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art.54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

(..)

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas.

Assim, tendo em vista que cabe, a Assembléia Legislativa dispor sobre direito tributário, somos pela CONSTITUCIO-



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



NALIDADE do projeto em tela, uma vez que aquele que possui competência para legislar também possui competência para alterar.

Ocorre que esta matéria está sendo abordada por estes dois Projetos de Leis (718/11 e 726/11), acrescentando um benefício de ICMS para mais outros Municípios, quais sejam: Guarapuava, Pato Branco, São José dos Pinhais e Francisco Beltrão.

Importante ressaltar que já existe uma Lei Estadual em vigor, nº 15.789/2008, estabelecendo benefício de ICMS para o produto querosene (combustível para avião) para os Municípios de Londrina; Maringá; Cascavel; Foz do Iguaçu e Ponta Grossa.

No entanto, insta salientar que as isenções ou reduções de impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias, deverão ser concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, conforme estabelece a Lei Complementar nº 24/75, in verbis:

Art. 1º - As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta Lei.

Parágrafo único - O disposto neste artigo também se aplica:

I - à redução da base de cálculo;

II - à devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não, do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros;

III - à concessão de créditos presumidos;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IV - à quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no Imposto de Circulação de Mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus;

V - às prorrogações e às extensões das isenções vigentes nesta data.

Art. 2º - Os convênios a que alude o art. 1º, serão celebrados em reuniões para as quais tenham sido convocados representantes de todos os Estados e do Distrito Federal, sob a presidência de representantes do Governo federal.

§ 1º - As reuniões se realizarão com a presença de representantes da maioria das Unidades da Federação.

§ 2º - A concessão de benefícios dependerá sempre de decisão unânime dos Estados representados; a sua revogação total ou parcial dependerá de aprovação de quatro quintos, pelo menos, dos representantes presentes.

Art. 8º - A inobservância dos dispositivos desta Lei acarretará, cumulativamente:

I - a nulidade do ato e a ineficácia do crédito fiscal atribuído ao estabelecimento receptor da mercadoria;

II - a exigibilidade do imposto não pago ou devolvido e a ineficácia da lei ou ato que conceda remissão do débito correspondente.
(grifos nossos) • •

Com efeito, A Lei Estadual nº 15.789/2008 e, bem como, o presente Projeto de Lei encontra-se em descompasso com as



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



exigências supracitadas, porquanto não faz menção a autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ para ampliar o tratamento tributário diferenciado de ICMS aos Municípios elencados no mesmo.

No entanto, conforme preceitua o Princípio da Isonomia, consagrado no art. 5º, caput, da Constituição Federal: “*todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza*”. Inclusive quanto a matéria tributária vem o artigo 150, inciso II estabelecer que:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

(...)

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos; (grifos nossos)

Assim sendo, os municípios devem ter o mesmo tratamento que os municípios de Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa que conforme previsão legal já existe possibilidade para a redução da base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com o produto querosene combustível, para aviação.

Deste modo, diante de que já existe um tratamento diferenciado para alguns Municípios, com base no Princípio



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




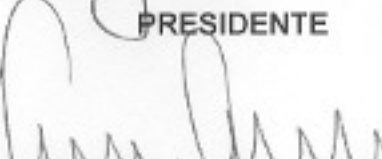
Constitucional da Isonomia, opina-se pela APROVAÇÃO do referido projeto de lei nos termos do SUBSTITUTIVO GERAL em anexo.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, em virtude de sua CONSTITUCIONALIDADE.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE OURI
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 718/2011

De acordo com o que determina os artigos 29 e 137, § 2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, passa o Projeto de Lei nº 718/11 a contar com a seguinte redação:

SÚMULA: Altera a redação do art. 3º da Lei nº 15.789 de 03 de março de 2008, que reduz a base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com o produto querosene combustível para aviação, com o escopo de ampliar os municípios beneficiados.

Art. 1º. O artigo 3º da Lei 15.789 de 03 de março de 2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"A presente lei se aplicará às operações com o mencionado produto nos municípios de Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Guarapuava, São José dos Pinhais e Francisco Beltrão"

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

•



08

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

**REQUERIMENTO**

Requer "*Regime de Urgência*" para a votação do Projeto de Lei 718/11, conforme especifica.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme os artigos 181 e 184 do Regimento Interno desta Casa, **requer**, na condição de Presidente de Comissão Permanente nesta Casa após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação do Projeto de Lei 718/11 de autoria do Deputado Bernardo Carli e em tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 2011.

Deputado Estadual
Presidente de Comissão Permanente

Rangel

Anote-se a
juntada ao
respectivo projeto

2-2-11
Mauro Ribeiro Borges
Diretor Legislativo

18:23 13/12/2011 01:03:50 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 718/11

Cumprimento determinação constante do art. 33-B do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, vem a esta Comissão o presente Projeto de Lei de autoria do Nobre Deputado Bernardo Carli, que objetiva alterar a redação do art. 3º da Lei nº 15.789, de 03 de março de 2008, que reduz a base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com o produto querosene combustível para aviação, com o escopo de ampliar os municípios beneficiados.

Convém salientar que a proposta em questão tem anexado os Projetos de Leis nºs 726/11 e 894/11, de autoria dos Deputados Augustinho Zucchi e Hermas Junior e Gilberto Ribeiro, respectivamente, por tratarem de matérias correlatas.

Ressalta-se, que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional, legal e de técnica legislativa exarou o competente parecer favorável a matéria em tela, apresentando Emenda Substitutiva Geral.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, estabelecida no art. 33-B, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, podemos observar que a matéria encontra-se justificada, na medida em que a Constituição Federal em seu art. 155, III estabelece que competem aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal. O mesmo diploma legal, estabelece ainda, em seu art. 24, I que é competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal legislar sobre Direito Tributário, e ainda a Constituição Estadual em seu artigo 53, III, disciplina que cabe a Assembleia Legislativa, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente tributos e arrecadação.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Desta forma, opinamos pela sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

14/12/11

DEPUTADO
PRESIDENTE

DEPUTADO ADJUNTO
RELATOR

ANTEPROJETO DE LEI N.º 852/2011

Súmula: Dispõe sobre normas para licitação e contratação de Parceria Público-Privadas do Paraná (Paraná Parcerias) e dá outras providências.

Capítulo I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º Fica criado o Programa de Parcerias Público-Privadas do Paraná (Paraná Parcerias) com o objetivo de aprovar, acompanhar e estruturar parcerias públicas-privadas em projetos de interesse público, inclusive o fomento de atividades privadas nas áreas de tecnologia e inovação, cultura e desenvolvimento econômico.

§ 1.º O Programa mencionado neste artigo será desenvolvido no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, dos fundos especiais a ela ligados e às demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado do Paraná.

§ 2.º Fica vedado aos órgãos, fundos e entidades mencionados no § 1º deste artigo o desenvolvimento e a celebração de parcerias público-privadas fora do âmbito do Programa ora instituído.

Art. 2.º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

§ 1.º Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei Federal no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

§ 2.º Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

§ 3.º Não constitui parceria público-privada a concessão comum, assim entendida como a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei Federal n.º 8.987/1995, quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

§ 4.º É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada:

I – cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

GABINETE DO GOVERNADOR



II – cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos; ou

III – que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

Art. 3.º As concessões administrativas regem-se por esta Lei, pela Lei Federal n.º 11.079, de 31 de dezembro de 2004, aplicando-se adicionalmente o disposto nos artigos 21, 23, 25 e 27 a 39 da Lei Federal no 8.987/1995, e no art. 31 da Lei Federal no 9.074, de 7 de julho de 1995.

§ 1.º As concessões patrocinadas regem-se por esta Lei, pela Lei federal n.º 11.079/2004, aplicando-se subsidiariamente o disposto na Lei Federal n.º 8.987/1995, e nas leis que lhe são correlatas.

§ 2.º As concessões comuns continuam regidas pela Lei Federal n.º 8.987/1995, e pelas leis que lhe são correlatas, não se lhes aplicando o disposto nesta Lei.

§ 3.º Continuam regidos exclusivamente pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelas leis que lhe são correlatas os contratos administrativos que não caracterizem concessão comum, patrocinada ou administrativa.

Art. 4.º O Programa Paraná Parcerias observará as seguintes diretrizes:

I – eficiência no cumprimento das missões de Estado e no emprego dos recursos da sociedade;

II – respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução;

III – indelegabilidade das funções de regulação, jurisdicional, do exercício do poder de polícia e de outras atividades exclusivas do Estado;

IV – responsabilidade fiscal na celebração e execução das parcerias;

V – transparência dos procedimentos e das decisões;

VI – repartição objetiva de riscos entre as partes;

VII – sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de parceria.

Capítulo II
DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Art. 5.º Ressalvadas as disposições contidas no §4.º do art. 2.º e no inciso IV do art. 4.º desta Lei, podem ser objeto de parcerias público-privadas:

I – a implantação, ampliação, melhoramento, reforma, manutenção ou gestão de infra-estrutura pública;

II – a prestação de serviço público;

III – a exploração de bem público;

IV – a exploração de direitos de natureza imaterial de titularidade do Estado, tais como marcas, patentes, bancos de dados, métodos e técnicas de gerenciamento e gestão, resguardada a privacidade de informações sigilosas disponíveis para o Estado.

§ 1.º O edital de licitação poderá prever em favor do parceiro privado outras fontes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, conferir maior sustentabilidade financeira ao projeto ou propiciar menor contraprestação governamental.

§ 2.º As atividades descritas nos incisos do caput deste artigo, preferencialmente, estarão voltadas para as seguintes áreas:

I – transportes públicos, notadamente rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, hidrovias, terminais de transportes intermodais e centros logísticos;

II – saneamento;

III – segurança, defesa, justiça e sistema prisional, quanto ao exercício das atribuições passíveis de delegação;

IV – ciência, pesquisa e tecnologia, inclusive tecnologia da informação;

V – agronegócio, especialmente na agricultura irrigada e na agroindustrialização;

VI – outras áreas públicas de interesse social ou econômico.

§ 3.º Os contratos de parceria público-privada* poderão ser utilizados individual, conjunta ou concomitantemente com outras modalidades de contratos previstas na legislação em vigor, em um mesmo empreendimento, podendo submeter-se a um ou mais processos de licitação.

Capítulo III
DO CONSELHO GESTOR DO PARANÁ PARCERIAS

Art. 6.º Fica instituído o Conselho Gestor, vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral, com a finalidade de gerir o Programa de Parcerias Público-Privadas (Paraná Parcerias), com as seguintes atribuições:

I – definir atividades, obras ou serviços considerados prioritários para ingressar no Programa, cuja execução possa se dar sob o regime de parceria, determinando a realização de estudos técnicos;

II – apreciar manifestações de interesse em participar de parcerias público-privadas, observados os procedimentos gerais para o registro, a seleção e a aprovação dos projetos, estudos, levantamentos ou investigações a serem definidos por ato do próprio Conselho;

III – encaminhar projetos de parcerias público privadas para deliberação do Governador do Estado, observadas as exigências da Lei;

IV – fixar procedimentos para a contratação de Parcerias Público-Privadas, inclusive aprovar seus respectivos editais;

V – fiscalizar a execução das parcerias público-privadas;

VI – opinar sobre alteração, revisão, rescisão, prorrogação ou renovação dos contratos de parceria público-privada;

VII – instituir padrões digitais e contratos de parcerias público-privadas no âmbito estadual;

VIII – editar manual de orientação técnica para as parcerias público-privadas firmadas pelo Estado do Paraná;

IX – criar sistemas unificados de acompanhamentos da execução de contratos de parceria e sua avaliação;

X – elaborar o seu Regimento Interno.

Parágrafo único. Ato do Chefe do Poder Executivo estabelecerá demais atribuições e funcionamento do Conselho Gestor instituído no presente artigo.

Art. 7.º O Conselho Gestor terá a seguinte composição:

I – o Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral, como presidente;

II – o Secretário de Estado da Fazenda;

GABINETE DO GOVERNADOR



III – o Secretário de Estado da Administração e da Previdência;

IV – o Secretário-Chefe da Casa Civil;

V – o Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

VI – o Procurador-Geral do Estado.

§ 1.º Poderão participar das reuniões do Conselho Gestor, com direito a voz e sem direito a voto, os titulares de órgãos e entidades da Administração Estadual que tiverem interesse direto em determinada parceria, em razão do vínculo do objeto da matéria a ser apreciada pelo Conselho.

§ 2.º O Conselho deliberará mediante voto da maioria de seus membros, tendo o Presidente direito ao voto de qualidade.

§ 3.º A participação no Conselho não será remunerada, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 8.º O Conselho Gestor remeterá para a Assembléia Legislativa, semestralmente, relatório detalhado das atividades desenvolvidas no período e de desempenho dos contratos de parceria público-privadas.

Capítulo IV DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Art. 9.º Os interessados em participar do Paraná Parcerias, quer do setor público, quer do setor privado, poderão manifestar interesse ao Conselho Gestor em apresentar projetos, estudos, levantamentos ou investigações que subsidiem modelagem de parcerias público-privadas, solicitando a sua inclusão no Programa Paraná Parcerias.

Parágrafo único. Os procedimentos gerais para registro, seleção e aprovação dos projetos, estudos, levantamentos ou investigações deverão ser definidos através de ato próprio do Conselho Gestor.

Art. 10. A autorização do Conselho gestor para a realização de projetos, estudos, levantamentos ou investigações mencionados no artigo anterior:

I – não envolve qualquer compromisso ou obrigação econômica por parte do Estado do Paraná;

II – não significa preferência ao empreendedor solicitante para a outorga de concessão através de parcerias público-privadas;

III – não obriga o Estado do Paraná a realizar licitação para a parceria;

GABINETE DO GOVERNADOR



IV – não cria, direta ou indiretamente, qualquer direito ao ressarcimento dos valores envolvidos na elaboração de projetos e estudos por parte do Estado do Paraná;

V – não implica em qualquer compromisso, responsabilidade ou obrigação do Estado do Paraná em aceitar os estudos ou ressarcir seus custos.

Art. 11. Caso os estudos e projetos realizados sejam adotados pelo Estado do Paraná, o ressarcimento dos custos de sua elaboração poderá ser previsto no edital de licitação como responsabilidade parcial ou integral do vencedor da licitação, conforme autorização do artigo 21 da Lei Federal n.º 8.987/1995.

Parágrafo único. O empreendedor solicitante deverá disponibilizar ao governo todas as informações e dados referentes aos estudos, projetos, levantamentos ou investigações sob pena de desclassificação da licitação.

Capítulo V DA LICITAÇÃO

Art. 12. A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade de concorrência, estando a abertura do processo licitatório condicionada a:

I – autorização da autoridade competente, fundamentada em estudo técnico que demonstre:

a) a conveniência e a oportunidade da contratação, mediante identificação das razões que justifiquem a opção pela forma de parceria público-privada;

b) que as despesas criadas ou aumentadas não afetarão as metas de resultados fiscais previstas no Anexo referido no § 1.º, art. 4.º da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa;

c) quando for o caso, conforme as normas editadas na forma do art. 25 da Lei federal 11.079/2004, a observância dos limites e condições decorrentes da aplicação dos arts. 29, 30 e 32 da Lei Complementar n.º 101/2000, pelas obrigações

contraídas pela Administração Pública relativas ao objeto do contrato; e

d) adequação das tarifas a serem cobradas dos usuários dos serviços à renda disponível dos mesmos, bem como a necessidade da instituição de tarifas sociais ou concessão de subsídios.

II – elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos exercícios em que deva vigorar o contrato de parceria público-privada;

GABINETE DO GOVERNADOR



III – declaração do ordenador da despesa de que as obrigações contraídas pela Administração Pública no decorrer do contrato são compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e estão previstas na Lei Orçamentária Anual;

IV – estimativa do fluxo de recursos públicos suficientes para o cumprimento, durante a vigência do contrato e por exercício financeiro, das obrigações contraídas pela Administração Pública;

V – seu objeto estar previsto no Plano Plurianual em vigor no âmbito onde o contrato será celebrado;

VI – submissão da minuta de edital e de contrato à consulta pública, mediante publicação na imprensa oficial, em jornais de grande circulação e por meio eletrônico, que deverá informar a justificativa para a contratação, a identificação do objeto, o prazo de duração do contrato, seu valor estimado, fixando-se prazo mínimo de 30 (trinta) dias para recebimento de sugestões, cujo termo dar-se-á pelo menos 7 (sete) dias antes da data prevista para a publicação do edital; e

VII – licença ambiental prévia ou expedição das diretrizes para o licenciamento ambiental do empreendimento, na forma do regulamento, sempre que o objeto do contrato exigir.

§ 1.º A comprovação referida nas alíneas "b" e "c" do inciso I do "caput" deste artigo conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, observadas as normas gerais para consolidação das contas públicas, sem prejuízo do exame de compatibilidade das despesas com as demais normas do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2.º Sempre que a assinatura do contrato ocorrer em exercício diverso daquele em que for publicado o edital, deverá ser precedida da atualização dos estudos e demonstrações a que se referem os incisos I a IV do caput deste artigo.

§ 3.º As concessões patrocinadas em que mais de 70% (setenta por cento) da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública dependerão de autorização legislativa específica.

Art. 13. O instrumento convocatório conterá minuta do contrato, indicará expressamente a submissão da licitação às normas desta Lei e da Lei Federal 11.079/2004 e observará, no que couber, os §§ 3.º e 4.º do art. 15, os arts. 18, 19 e 21 da Lei Federal n.º 8.987/1995, podendo ainda prever:

I – exigência de garantia de proposta do licitante, observado o limite do inciso III do art. 31 da Lei n.º 8.666/1993;

GABINETE DO GOVERNADOR



II – o emprego dos mecanismos privados de resolução de disputas, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa, nos termos da Lei n.º 9.307, de 23 de setembro de 1996, para dirimir conflitos decorrentes ou relacionados ao contrato.

Parágrafo único. O edital deverá especificar, quando houver, as garantias da contraprestação, subsídios ou quaisquer pagamentos do parceiro público a serem concedidas ao parceiro privado.

Art. 14. O certame para a contratação de parcerias público-privadas obedecerá ao procedimento previsto na legislação vigente sobre licitações e contratos administrativos e também ao seguinte:

I – o julgamento poderá ser precedido de etapa de qualificação de propostas técnicas, desclassificando-se os licitantes que não alcançarem a pontuação mínima, os quais não participarão das etapas seguintes;

II – o julgamento poderá adotar como critérios, além dos previstos nos incisos I e V do art. 15 da Lei Federal n.º 8.987/1995, os seguintes:

- a) menor valor da contraprestação a ser paga pela Administração Pública;
- b) melhor proposta em razão da combinação do critério da alínea "a" com o de melhor técnica, de acordo com os pesos estabelecidos no edital; e
- c) outros critérios a serem definidos pela Administração Pública.

III – o edital definirá a forma de apresentação das propostas econômicas, admitindo-se:

- a) propostas escritas em envelopes lacrados; ou
- b) propostas escritas, seguidas de lances em viva voz; ou
- c) por meio eletrônico, como no pregão.

IV – o edital poderá prever a possibilidade de saneamento de falhas, de complementação de insuficiências ou ainda de correções de caráter formal no curso do procedimento, desde que o licitante possa satisfazer as exigências dentro do prazo fixado no instrumento convocatório.

§ 1.º Na hipótese da alínea "b" do inciso III do caput deste artigo:

I – os lances em viva voz serão sempre oferecidos na ordem inversa da classificação das propostas escritas, sendo vedado ao edital limitar a quantidade de lances;

GABINETE DO GOVERNADOR



II – o edital poderá restringir a apresentação de lances em viva voz aos licitantes cuja proposta escrita for no máximo 20% (vinte por cento) maior que o valor da melhor proposta.

§ 2.º O exame de propostas técnicas, para fins de qualificação ou julgamento, será feito por ato motivado, com base em exigências, parâmetros e indicadores de resultado pertinentes ao objeto, definidos com clareza e objetividade no edital.

Art. 15. O edital poderá prever a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento, hipótese em que:

I – encerrada a fase de classificação das propostas ou o oferecimento de lances, será aberto o invólucro com os documentos de habilitação do licitante mais bem classificado, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

II – verificado o atendimento das exigências do edital, o licitante será declarado vencedor;

III – inabilitado o licitante melhor classificado, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante com a proposta classificada em 2º (segundo) lugar, e assim, sucessivamente, até que um licitante classificado atenda às condições fixadas no edital;

IV – proclamado o resultado final do certame, o objeto será adjudicado ao vencedor nas condições técnicas e econômicas por ele ofertadas.

Capítulo VI DOS CONTRATOS DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

Art. 16. As cláusulas dos contratos de parceria público-privada atenderão ao disposto nesta Lei, na Lei Federal correspondente, pelas normas gerais do regime de concessão e permissão de serviços públicos, de licitações e contratos administrativos, devendo também prever:

I – as metas e os resultados a serem atingidos, cronograma de execução e prazos estimados para seu alcance, bem como os critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante adoção de indicadores capazes de aferir o resultado;

II – o prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 5 (cinco), nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação;

III – as penalidades aplicáveis à Administração Pública e ao parceiro privado em caso de inadimplemento contratual, fixadas sempre de forma proporcional à gravidade da falta cometida, às obrigações assumidas e à reincidência do inadimplemento;

GABINETE DO GOVERNADOR



IV – a repartição de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária;

V – as formas de remuneração e de atualização dos valores contratuais;

VI – os mecanismos para a preservação da atualidade da prestação dos serviços;

VII – os fatos que caracterizem a inadimplência pecuniária do parceiro público, os modos e o prazo de regularização e, quando houver, a forma de acionamento da garantia;

VIII – os critérios objetivos de avaliação do desempenho do parceiro privado, inclusive com indicadores objetivos e mensuráveis;

IX – a prestação, pelo parceiro privado, de garantias de execução suficientes e compatíveis com os ônus e riscos envolvidos, observados os limites dos §§ 3.º e 5.º do art. 56 da Lei n.º 8.666/1993 e, no que se refere às concessões patrocinadas, o disposto no inciso XV do art. 18 da Lei n.º 8.987/1995;

X – o compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado;

XI – a realização de vistoria dos bens reversíveis, podendo o parceiro público reter os pagamentos ao parceiro privado, no valor necessário para reparar as irregularidades eventualmente detectadas;

XII – a identificação dos gestores responsáveis pela execução e fiscalização;

XIII – regras e procedimentos para conhecimento do pleito de reequilíbrio econômico, reconhecimento do direito ao reequilíbrio, metodologia de cálculo do valor do desequilíbrio, inclusive da forma de cálculo da taxa de desconto intertemporal e da identificação das formas de reequilíbrio do contrato;

XIV – a obrigação do parceiro privado de prover as informações solicitadas pela Administração Pública; e

XV – regras para extinção da parceria e reversão dos bens para a Administração Pública.

§ 1.º O poder concedente poderá reequilibrar o contrato por meio dos seguintes instrumentos:

I – aumento no valor da tarifa paga pelo usuário;

II – aumento no valor da contraprestação paga pelo poder concedente;

GABINETE DO GOVERNADOR



III – extensão do prazo de concessão, respeitado o limite previsto no inciso II do artigo 16 desta Lei;

IV – pagamento em espécie ou por meio de títulos em montante equivalente ao valor do desequilíbrio apurado.

§ 2.º A decisão final sobre pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser precedida de estudo técnico que comprove o maior custo benefício para o Estado do instrumento de reequilíbrio proposto e das análises previstas no inciso XIII do caput deste artigo.

§ 3.º As cláusulas contratuais de atualização automática de valores baseadas em índices e fórmulas matemáticas, quando houver, serão aplicadas sem necessidade de homologação pela Administração Pública, exceto se esta publicar, na imprensa oficial, até o prazo de 15 (quinze) dias após apresentação da fatura, razões fundamentadas nesta Lei ou no contrato para a rejeição da atualização.

§ 4.º Os contratos poderão prever adicionalmente:

I – os requisitos e condições em que o parceiro público autorizará a transferência do controle da sociedade de propósito específico para os seus financiadores, com o objetivo de promover a sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços, não se aplicando para este efeito o previsto no inciso I do parágrafo único do art. 27 da Lei n.º 8.987/1995;

II – a possibilidade de emissão de empenho em nome dos financiadores do projeto em relação às obrigações pecuniárias da Administração Pública;

III – a legitimidade dos financiadores do projeto para receber indenizações por extinção antecipada do contrato, bem como pagamentos efetuados pelos fundos e empresas estatais garantidores de parcerias público-privadas.

Art. 17. A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita por:

I – tarifa cobrada dos usuários;

II – recursos do Tesouro Estadual ou de entidade da Administração Indireta Estadual;

III – cessão de créditos não tributários;

IV – outorga de direitos em face da Administração Pública;

V – outorga de direitos sobre bens públicos dominicais;

VI – outros meios admitidos em lei.

GABINETE DO GOVERNADOR



Parágrafo único. O contrato poderá prever o pagamento ao parceiro privado de remuneração variável vinculada ao seu desempenho, conforme metas e padrões de qualidade e disponibilidade definidos no contrato.

Art. 18. A contraprestação da Administração Pública será obrigatoriamente precedida da disponibilização do serviço objeto do contrato de parceria público-privada.

Parágrafo único. É facultado à Administração Pública, nos termos do contrato, efetuar o pagamento da contraprestação relativa à parcela fruível de serviço objeto do contrato de parceria público-privada.

Art. 19. Sem prejuízo das sanções previstas na legislação pertinente, o contrato poderá prever, para a hipótese de inadimplemento da obrigação pecuniária a cargo da Administração Pública, o acréscimo de multa de 2% (dois por cento) e juros segundo a taxa que estiver em vigor para a mora no pagamento de impostos devidos à Fazenda Estadual.

Art. 20. São obrigações do contratado na parceria público-privada:

- I – demonstrar capacidade técnica, econômica e financeira para a execução do contrato;
- II – assumir compromissos de resultados definidos pela Administração Pública, facultada a escolha dos meios para a execução do contrato, nos limites previstos no instrumento;
- III – submeter-se a controle estatal permanente dos resultados, como condição da percepção da remuneração e pagamento;
- IV – submeter-se à fiscalização da Administração Pública, facultando o livre acesso dos agentes públicos às instalações, informações e documentos relativos ao contrato, inclusive os registros contábeis;
- V – sujeitar-se aos riscos do empreendimento, salvo nos casos expressos previstos no edital de licitação e no contrato.

Parágrafo único. À Administração Pública compete declarar de utilidade pública área, local ou bem que sejam adequados ao desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao objeto do contrato de parceria público-privada e à implementação de projeto associado, bem como promover diretamente a sua desapropriação, cabendo ao contratado os ônus e encargos decorrentes da liquidação e pagamento das indenizações.

Art. 21. O comprometimento anual com as despesas decorrentes dos contratos de parcerias público-privadas, que vierem a ser custeados com recursos do Tesouro Estadual, no todo ou em parte, não excederá o limite previsto no art. 28 da Lei Federal 11.079/2004, expresso em função da receita corrente líquida apurada, tal como definida na Lei Complementar n.º 101/2000.

§ 1.º Atingido o limite a que se refere o caput deste artigo, fica o Estado impedido de celebrar novos contratos de parceria público-privada, até o seu restabelecimento.

§ 2.º Excluem-se do limite a que se refere o caput deste artigo os contratos de parcerias público-privadas não custeados com recursos do Tesouro Estadual, os quais estarão submetidos às condições específicas do respectivo projeto e às estabelecidas pelas partes.

§ 3.º A previsão de receita e despesa dos contratos de parcerias público-privadas constará do Anexo de Metas Fiscais a que se refere o § 1.º do art. 4.º da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 22. As despesas relativas ao Programa de Parcerias Público-Privadas são caracterizadas como despesas obrigatórias de caráter continuado, submissas ao que disciplina a Lei Complementar n.º 101/2000, e constarão dos Relatórios de Gestão Fiscal, inclusive para aferição do comprometimento do limite.

§ 1.º Compete à Secretaria de Estado da Fazenda exercer o controle dos contratos a serem celebrados e, obrigatoriamente, emitir parecer prévio acerca da capacidade de pagamento e limites.

§ 2.º Compete à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral a manifestação prévia sobre o mérito do projeto e sua compatibilidade com o Orçamento Plurianual de Investimentos, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

§ 3.º Compete à Procuradoria-Geral do Estado, obrigatoriamente, emitir parecer prévio quanto aos editais e contratos.

§ 4.º Os contratos a que se refere o § 3.º do artigo anterior serão incluídos no Relatório de Gestão Fiscal mencionado no caput deste artigo e estarão sujeitos a todos os demais mecanismos de controle previstos nesta Lei.

Capítulo VII • DAS GARANTIAS

Art. 23. As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de parceria público-privada poderão ser garantidas mediante:

GABINETE DO GOVERNADOR



I – vinculação de receitas, observado o disposto no inciso IV do art. 167 da Constituição Federal;

II – instituição ou utilização de fundos especiais previstos em lei;

III – contratação de seguro-garantia com as companhias seguradoras que não sejam controladas pelo Poder Público;

IV – garantia prestada por organismos internacionais ou instituições financeiras que não sejam controladas pelo Poder Público;

V – garantias prestadas por fundo garantidor ou empresa estatal criada para essa finalidade;

VI – outros mecanismos admitidos em lei.

Capítulo VIII DA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

Art. 24. Antes da celebração do contrato, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria.

§ 1.º A transferência do controle da sociedade de propósito específico estará condicionada à autorização expressa da Administração Pública, nos termos do edital e do contrato, observado o disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal n.º 8.987/1995, sendo proibida a transferência de controle nos três primeiros anos do contrato.

§ 2.º A sociedade de propósito específico poderá assumir a forma de companhia aberta, com valores mobiliários admitidos a negociação no mercado.

§ 3.º A sociedade de propósito específico deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, conforme regulamento.

§ 4.º Fica vedado à Administração Pública ser titular da maioria do capital votante das sociedades de que trata este Capítulo.

§ 5.º A vedação prevista no § 4.º deste artigo não se aplica à eventual aquisição da maioria do capital votante da sociedade de propósito específico por instituição financeira controlada pelo Poder Público em caso de inadimplemento de contratos de financiamento.

Capítulo IX
DO FUNDO GARANTIDOR DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DO PARANÁ

Art. 25. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a instituir Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Paraná – FGP/PR, regido pelo direito privado, com a finalidade de prestar garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos em virtude de parcerias integrantes do Programa de Parcerias Público-Privadas do Paraná.

Parágrafo único. O FGP-PR responderá por suas obrigações com os bens e direitos integrantes de seu patrimônio, não respondendo os cotistas por qualquer obrigação do Fundo, salvo pela integralização das cotas que subscreverem.

Art. 26. O patrimônio do FGP/PR será constituído pelo aporte dos seguintes créditos, bens e direitos, na forma que dispuser ato do Chefe do Poder Executivo:

I – ativos de propriedade do Estado, excetuados os de origem tributária;

II – bens móveis e imóveis, inclusive ações ordinárias ou preferenciais de titularidade do Estado, ou de suas entidades da Administração Indireta, representativas do capital social de empresas públicas ou sociedades de economia mista, desde que tal alienação ao FGP/PR não acarrete a perda do controle estatal;

III – títulos da dívida pública;

IV – recursos orçamentários destinados ao FGP/PR;

V – receitas de contratos de parceria público-privada, desde que destinados ao FGP/PR;

VI – rendimentos provenientes de depósitos bancários e outras aplicações financeiras dos recursos do próprio FGP/PR;

VII – doações, auxílios, contribuições ou legados destinados ao FGP/PR;

VIII – outras receitas destinadas ao fundo.

§ 1.º Os bens e direitos transferidos ao FGP/PR, quando não existir preços públicos cotados em mercados ou provenientes de demonstrações contábeis auditadas, serão avaliados por empresa especializada, que deverá apresentar laudo fundamentado, com indicação dos critérios de avaliação adotados e instruído com os documentos relativos aos bens avaliados.

GABINETE DO GOVERNADOR



§ 2.º Os bens imóveis constantes do Anexo I serão aportados no FGP/PR no valor de sua avaliação, passando a ser considerados automaticamente desafetados, sendo que outros bens imóveis poderão ser aportados ao FGP/PR, mediante prévia autorização legislativa.

Art. 27. O FGP/PR será gerido pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral, observadas as diretrizes do Conselho Gestor do Programa Parcerias Público-Privadas do Paraná, com poderes para administrar os recursos financeiros em conta vinculada ou para promover a alienação de bens gravados, segundo condições previamente definidas em regulamento.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere este artigo poderão ser destinados ao pagamento de obrigações contratadas ou garantidas, diretamente ao beneficiário da garantia ou em favor de quem financiar o projeto de parceria.

Art. 28. O estatuto e o regulamento do FGP/PR devem ser aprovados em assembleia dos cotistas, competindo a representação do Estado em referida assembleia ao Conselho Gestor do Paraná Parcerias.

Art. 29. A presidência do FGP/PR deve remeter ao Conselho Gestor do Paraná Parcerias, à Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado, com periodicidade semestral, relatórios gerenciais das ações, evolução patrimonial, demonstrações contábeis, rentabilidade e liquidez do FGP/PR e demais fatos relevantes, sem prejuízo de parecer de auditores independentes, conforme definido em regulamento.

§ 1.º Os demonstrativos financeiros e os critérios para a prestação de contas do FGP devem observar as normas gerais sobre contabilidade pública e fiscalização financeira e orçamentária, conforme o disposto na Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e legislação correlata.

§ 2.º O FGP/PR não deve pagar rendimentos a seus cotistas.

Art. 30. As condições para concessão de garantias pelo FGP, as modalidades e utilização dos recursos do Fundo por parte do beneficiário devem ser definidas em regulamento.

Parágrafo único. Em caso de inadimplemento, os bens e direitos do FGP podem ser objetos de constrição judicial e alienação, para satisfazer às obrigações garantidas.

Art. 31. É vedada a concessão de garantia cujo valor presente líquido, somado ao das garantias anteriormente prestadas e demais obrigações, supere o ativo total do FGP/PR.

Art. 32. As garantias do FGP/PR serão prestadas nas seguintes modalidades:

GABINETE DO GOVERNADOR



- I – fiança, sem benefício de ordem para o fiador;
- II – penhor de bens móveis ou de direitos integrantes do FGP/PR, sem transferência da posse da coisa empenhada antes da execução da garantia;
- III – hipoteca de bens imóveis do patrimônio do FGP/PR;
- IV – alienação fiduciária, permanecendo a posse direta dos bens com o FGP/PR ou com agente fiduciário por ele contratado antes da execução da garantia;
- V – outros contratos que produzem efeito de garantia, desde que não transfiram a titularidade ou posse direta dos bens ao parceiro privado antes da execução da garantia;
- VI – garantia real ou pessoal, vinculado a um patrimônio de afetação constituído em decorrência da separação de bens e direitos pertencentes ao FGP/PR.

Art. 33. O FGP/PR poderá prestar contragarantia a seguradoras, instituições financeiras e organismos internacionais que garantirem o cumprimento das obrigações pecuniárias dos cotistas em contratos de parceria público-privadas.

Art. 34. A quitação pelo parceiro público de cada parcela de débito garantido pelo FGP/PR importará exoneração proporcional da garantia.

Art. 35. A dissolução do FGP/PR ficará condicionada à prévia quitação da totalidade dos débitos garantidos ou liberação das garantias pelos credores.

Art. 36. É facultada a constituição de patrimônio de afetação, que não se comunicará com o restante do patrimônio do FGP/PR, ficando vinculado exclusivamente à garantia em virtude da qual tiver sido constituído, não podendo ser objeto de penhora, arresto, sequestro, busca e apreensão ou qualquer ato de constrição judicial decorrente de outras obrigações do FGP/PR.

§ 1.º A constituição do patrimônio de afetação será feita por registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou, no caso de bem imóvel, no Cartório de Registro Imobiliário correspondente.

§ 2.º Ao término dos contratos de parceria público-privadas, os saldos remanescentes do patrimônio de afetação constituído de acordo com o caput deste artigo poderão ser reutilizados em outros projetos ou, se previsto em contrato, revertidos ao patrimônio do ente que integralizou os respectivos recursos.

Capítulo X
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37. Os projetos de parceria público-privada serão objeto de consulta pública, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da publicação do edital da respectiva licitação, mediante publicação de aviso na imprensa oficial, em jornais de grande circulação e por meio eletrônico, no qual serão informadas as justificativas para a contratação, a identificação do objeto, o prazo de duração do contrato e seu valor estimado, fixando-se prazo para fornecimento de sugestões, cujo termo dar-se-á pelo menos com 7 (sete) dias de antecedência da data prevista para a publicação do edital.

Art. 38. O disposto nesta lei não prejudica os contratos de parceria público-privadas já celebrados, nem os procedimentos licitatórios em curso quando de sua vigência.
Parágrafo único. Não serão objeto de repactuação as parcerias estabelecidas anteriormente a esta lei.

Art. 39. É aplicável, no que couber, o disposto na Lei n.º 8.987/1995 e Lei 11.079/2004, além das penalidades previstas no Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, na Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992 – Lei de Improbidade Administrativa, na Lei n.º 10.028, de 19 de outubro de 2000 – Lei dos Crimes Fiscais, no Decreto-Lei n.º 201, de 27 de fevereiro de 1967, e na Lei n.º 1.079, de 10 de abril de 1950, sem prejuízo das penalidades financeiras previstas contratualmente.

Art. 40. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 31 de outubro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 27/2011

Curitiba, 31 de outubro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que institui o Programa de Parcerias Público-Privadas no Paraná e dá outras providências.

JUSTIFICATIVA DO ANTEPROJETO DE LEI

Inicialmente, é notório que a Administração Pública muitas vezes se ressentida de condições técnicas e financeiras que lhe permitam executar projetos e programas destinados ao pleno atendimento das necessidades de seus administrados.

O surgimento deste modelo de contratação administrativa, que se produziu na esteira de um evolutivo processo de modificação quanto ao modo de atuação do Estado (preferindo a intervenção indireta e a transferência da gestão de serviços e empreendimentos públicos à esfera privada), teve o propósito de complementar o sistema de contratos administrativos até então vigente. Com a Lei Geral de Parcerias Público-Privadas – PPP, duas novas modalidades contratuais foram disponibilizadas à Administração, sobretudo quanto ao modo de arranjar economicamente os ajustes: (a) concessão patrocinada e (b) concessão administrativa.

Com a previsão do tipo concessão patrocinada, o legislador pretendeu dotar as concessões de serviços públicos convencionais da possibilidade de ser adicionada à receita tarifária uma contraprestação pecuniária pelo Poder Concedente, permitindo assim a execução de projetos que, pelo modo de remuneração tarifária pura, não eram economicamente viáveis (focando-se, particularmente, a modalidade tarifária).

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

Com a concessão administrativa, pretendeu-se, por um lado, estender a aplicação da técnica concessória a serviços e atividades que antes eram contratadas exclusivamente mediante a aplicação do modelo da Lei n.º 8.666/93, autorizando, neste particular, o surgimento de empreendimentos de longo prazo que não necessariamente envolvam a prestação de serviços públicos (mas, entre outros escopos, serviços à Administração), e, por outro, possibilitar a delegação da prestação de serviços públicos a um parceiro privado, comportando remuneração custeada integralmente pela Administração, sem pagamento de tarifas pelos usuários.

Essas modalidades vêm complementar o elenco das modalidades contratuais pelo Estado, criando importantes alternativas econômicas e jurídicas à Administração.

Repousa aí, então, o interesse público da medida ora justificada. O parceiro privado apresenta-se com a contribuição de partilhar e dispor da técnica necessária e da capacidade de apresentar, por exemplo, inovações na definição de soluções eficientes em relação ao custo de investimentos necessários para a execução de projetos e programas de interesse da Administração Pública e, via reflexa, do próprio administrado. A Parceria Público-Privada tem plenas condições de promover o desenvolvimento social no Estado, poupando-o de despendar significativos recursos que, por isso, podem ser aplicados de outra maneira, sempre tendo como fim o interesse público e o administrado.

Por outro lado, desde o ano de 2004, vige a Lei Federal nº. 11.079, advinda de Mensagem do Poder Executivo, no período em que o Chefe de Governo era Luiz Inácio Lula da Silva, que institui normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público-Privada no âmbito da Administração Pública Federal.

Assim, após a edição da Lei Federal, diversos estados da Federação, no âmbito de sua competência territorial, têm instituído leis criando programas de Parcerias Público-Privadas. Na verdade, antes mesmo da edição da Lei Federal de n.º 11.079/2004, seis estados (Minas Gerais, pela Lei n.º 14.868/2003; Santa Catarina, Lei n.º 12.930/2004; São Paulo, Lei n.º 11.688/2004; Goiás, Lei n.º 14.910/2004; Sergipe, Lei n.º 6.299/2004; e Bahia, Lei n.º 9.290/2004) já dispunham e utilizavam esse instrumento com base na legislação própria. Depois da Lei Federal mencionada, o Distrito Federal, pela Lei n.º 3.792/2006, e outros treze estados (Rio Grande do Sul, Lei n.º 12.234/2005; Pernambuco, Lei n.º 12.765/2005; Amapá, Lei n.º 921/2005; Piauí, Lei n.º 5.494/2005; Rio Grande do Norte, Lei Complementar n.º 307/2005; Maranhão, Lei n.º 8.437/2006; Rio de Janeiro, Lei n.º 5.068/2007; Alagoas, Lei n.º 6.792/2008; Paraíba, Lei n.º 8.684/2008; Amazonas, Lei n.º 3.363/2008; Ceará, Lei n.º 14.391/2009; Espírito Santo, Lei Complementar n.º 492/2009; e o Tocantins, Lei n.º 2.231/2009) instituíram normas com o mesmo fim.

GABINETE DO GOVERNADOR



O Estado do Paraná sempre foi pioneiro em iniciativas como essa, visando seu desenvolvimento social e econômico, já se fazendo tarde a instituição de tais normas que permitirão a compensação do *déficit* existente na capacidade de investimento do Estado. É certa, assim, a relevância da adoção dessas Parcerias Público-Privadas pelo Estado do Paraná, pois diversos serão os projetos e programas viabilizados jurídica e economicamente, incrementando a atração do capital privado para a expansão, recuperação e implementação de equipamentos e infraestrutura pública, o que será de fundamental importância se considerado o advento da Copa do Mundo de Futebol em 2014, que terá como uma das suas subseqüentes a Capital do Estado e que por consequência gerará efeitos em todo o território estadual.

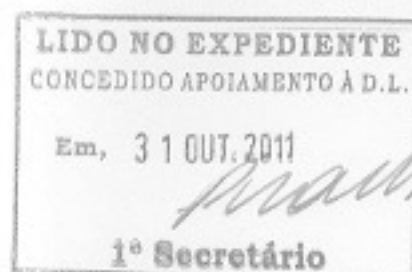
Sendo assim, apresenta-se importante e urgente que o Estado do Paraná crie sua própria legislação sobre a matéria, sobretudo disciplinando aspectos centrais desse modelo que dependem de previsão especial pelos entes federados.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 31 de outubro de 2011
OF CEE/G 090/11



Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências,
a Mensagem n.º 27/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que
institui o Programa de Parcerias Público-Privadas no Paraná.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/JC

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14:33 31/10/2011 000427 DP EXAMINAR LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 852/11

Projeto de Lei nº. 852/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 027/11

Súmula: DISPÕE SOBRE NORMAS PARA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA DO PARANÁ (PARANÁ PARCERIAS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMENTA: DISPÕE SOBRE NORMAS PARA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA DO PARANÁ (PARANÁ PARCERIAS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 66 E 87 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo dispõe sobre normas para licitação e contratação de parceria público-privada do Paraná (Paraná Parcerias) e dá outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei Complementar, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo, criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei, (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 31 de outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

RELATOR


Concedido Vistas ao

Senhor Deputado

Fernando (Caran) / nureu / Fodun

Em, 31, 10, 2011

cc 



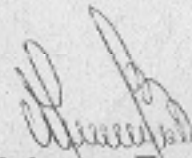
REQUERIMENTO

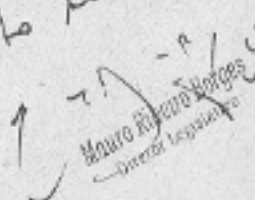


Requer "Regime de Urgência" para a votação dos Projetos de Lei 852/11, 909/11 e 919/11, oriundos de Mensagens Governamentais conforme especifica.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação dos Projeto de Lei 852/11 (Mensagem 027 – institui Parcerias Público Privadas), 091/11 (Mensagem 091 – Cria a Secretaria de Estado do Esporte) e 919/11 (Mensagem 093 – Transfere atribuições da Secretaria de Desenvolvimento Social para as Secretarias da Justiça e Cidadania e Secretaria do Emprego e Trabalho)

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 2011.


Deputado Ademar Traiano
Líder do Governo

*Envia-se a todos
os projetos de referência*

Mauro Rocco
Diretor Legislativo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 852/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 27/11, que dispõe sobre normas para licitação e contratação de Parceria Público-Privada do Paraná (paraná parcerias) e dá outras providências.

Convém, preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que o Projeto em questão, no seu art. 21, estabelece que o comprometimento anual com as despesas decorrentes dos contratos de Parcerias Público-Privadas que vierem a ser custeados com recursos do Tesouro Estadual, não excederá o limite previsto no art. 28 da Lei Federal nº 11.079/04 e, ainda atenderão aos preceitos da Lei Complementar nº 101/00. E, no art. 22, esclarece que as despesas relativas ao Programa de Parcerias Público-Privadas são caracterizadas como despesas obrigatórias de caráter continuado, submissas ao que disciplina a Lei Complementar nº 101/00.

Ainda, observe-se que os arts. 66 e 87 da Carta Estadual asseguram a competência privada do Governador do Estado para iniciar processos que dispõem sobre contração de parceria público-privada do paraná.

Isto posto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Comissão de Finanças

Sala das Comissões, 07/12/14

[Assinatura]
DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

[Assinatura]
DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR

[Assinatura]
VISTAS PARA
DEB. ENVIADO VERRI
Em 16/12/14
MF:

ORIGINAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA 01
de Plenário.
DAP
Inclusão

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 852/2011 MENSAGEM DO
PODER EXECUTIVO

EMENTA: Suprime o artigo 5º do
Projeto de Lei 852/2011.


Art. 1º Fica suprimido o artigo 5º do Projeto de Lei
852/2011.

Plenário das Sessões 13 de dezembro de 2011.

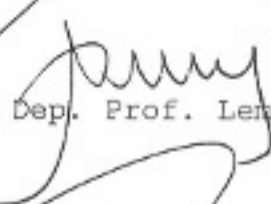
Dep.ª  Luciana Rafagnin


Dep. Enio Verri

Dep. Péricles de M. Mello


Dep. Tadeu Veneri

Dep. Toninho Wandsheer


Dep. Prof. Lemos.

Dep. Elton Welker


Dep. Antônio Anibelli Neto



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMenda 2
de Plenário,
DAP *Luciana*

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 852/2011 MENSAGEM DO PODER EXECUTIVO

EMENTA: Acrescenta onde couber, parágrafo ao artigo 7º do Projeto de Lei 852/2011.

Art. 1º Acrescenta-se onde couber ao artigo 7º do Projeto de Lei 852/2011, parágrafo com a seguinte redação:

"§ (...) Durante o processo de estabelecimento de PPPs, fica assegurada a participação do respectivo Conselho Estadual da área a que se destina a parceria, o qual deverá emitir seu parecer."

Plenário das Sessões, 13 de dezembro de 2011.

Dep.ª *Luciana Rafagnin*

Dep. Elio Verri

Dep. Péricles de H. Mello

Dep. Tadeu Veneri

Dep. Toninho Wandsheer

Dep. Prof. Lemos.

Dep. Elton Walter

Antonio Anibelli Neto



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda 3
de Plenário
DAP Loube

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 852/2011 - MENSAGEM
DO PODER EXECUTIVO

EMENTA: Suprime o artigo 19 do
Projeto de Lei 852/2011.

Art. 1º Fica suprimido o artigo 19 do Projeto de Lei
852/2011, renumerando-se os artigos subsequentes.

Plenário das Sessões, 13 de dezembro de 2011.

Dep.ª Luciana Rafagnin

Dep. Enio Verri

Dep. Péricles de H. Mello

Dep. Tadeu Veneri

Dep. Toninho Wandsheer

Dep. Prof. Lenos.

Dep. Elton Walter

Dep. Antonio Anibelli Neto



ORIGINAL
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda 4 de
Plenário.
DAP Aníbal

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 852/2011 - MENSAGEM
DO PODER EXECUTIVO

EMENTA: Suprime o inciso I, do
artigo 17 do Projeto de
Lei 852/2011.

Art. 1º Fica suprimido do artigo 17, do Projeto de Lei
852/2011, seu inciso I.


Plenário das Sessões, 13 de dezembro de 2011.


Dep*  Luciana Rafagim



Dep. Enio Verri

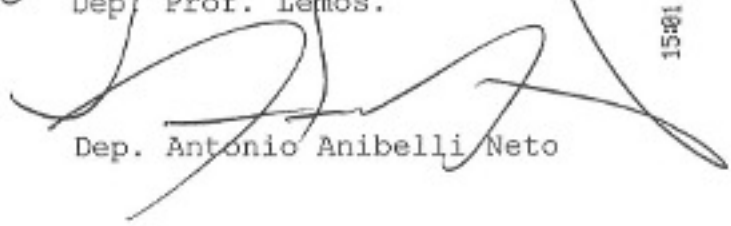
Dep.  Péricles de H. Mello


Dep. Tadeu Veneri

Dep.  Toninho Wandsheer


Dep. Prof. Lemos.

Dep.  Elton Belter


Dep. Antonio Anibelli Neto



ORIGINAL

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda 5 de
Plenário. JAP
Aníbal

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 852/2011 - MENSAGEM
DO PODER EXECUTIVO

EMENTA: Suprime do artigo 21 do
Projeto de Lei 852/2011
seu parágrafo 2º.

Art. 1º Fica suprimido do artigo 21 do Projeto de Lei
852/2011, seu parágrafo 2º.

Plenário das Sessões, 13 de dezembro de 2011.

Dep^a Luciana Ráfagnin

Dep. Enio Verri

Dep. Péricles de H. Mello

Dep. Tadeu Veneri

Dep. Toninho Wandsheer

Dep. Prof. Lemos.

Dep. Elton Weiler

Dep. Antonio Anibelli Neto

ORIGINAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda 06
de Plenário DAP
Mendes

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 852/2011 - MENSAGEM
DO PODER EXECUTIVO

EMENTA: Suprime no artigo 14, do
Projeto de Lei 852/2011, a
alínea "c" do seu inciso
II.

Art. 1º. Fica suprimida a alínea "c" do inciso II, do
artigo 14, do Projeto de Lei 852/2011.

Plenário das Sessões, 13 de dezembro de 2011.

Dep^a Luciana Rafagnin

Dep. Enio Verri

Dep. Péricles de H. Mello

Dep. Iadeu Veneri

Dep. Toninho Wandsheer

Dep. Prof. Lemos.

Dep. Elton Walter

Dep. Antonio Anibelli Neto



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


Plenário das Sessões, 13 de dezembro de 2011.


Dep.ª Luciana Rafagnin



Dep. Péricles de H. Mello

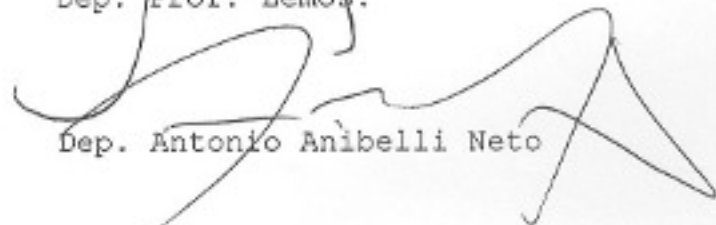

Dep. Toninho Wandsheer


Dep. Elton Welter


Dep. Enio Verri


Dep. Tadeu Veneri


Dep. Prof. Lemos.


Dep. Antonio Anibelli Neto



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Emenda 08 de
Plenário. DAP
Mucilio

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 852/2011 -
MENSAGEM DO PODER EXECUTIVO

EMENTA: Modifica os parágrafos 1º e
2º do artigo 16, do
Projeto de Lei 852/2011.

Art. 1º. O parágrafo 1º do artigo 16 do Projeto de Lei 852/2012, passa a ter seus incisos I, II e III com a seguinte redação:

§ 1º O poder concedente poderá reequilibrar o contrato por meio dos seguintes instrumentos:

"I - revisão no valor da tarifa paga pelo usuário";

"II - revisão no valor da contraprestação paga pelo poder concedente";

"III - extensão do prazo de concessão, respeitado o limite previsto no inciso II do artigo 16 desta Lei, mediante aprovação da Assembleia Legislativa".

- a) A revisão de que tratam os incisos I e II deste artigo, considerará a evolução das receitas e despesas totais, vis-à-vis a taxa interna de retorno descrita no contrato de PPP.
- b) Anualmente será procedida a análise dos indicadores macroeconômicos, com vistas a verificar a pertinência e conveniência da alteração da TIR (taxa Interna de Retorno), primando sempre pela modicidade das tarifas.

Art. 2º O parágrafo 2º do artigo 16 do Projeto de Lei 842/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º A decisão final sobre pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser precedida de estudo técnico que comprove o maior custo benefício para o Estado do instrumento de reequilíbrio proposto e das análises previstas no inciso XIII do caput deste artigo e aprovado pela Assembleia Legislativa".

A



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2011

Dep^a Luciana Rafagnin

Dep. Enzo Verri

Dep. Péricles de H. Mello

Dep. Tadeu Veneri

Dep. Toninho Wandsheer

Dep. Prof. Lenos.

Dep. Elton Walter

Dep. Antonio Anibelli Neto



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Bancada do PMDB

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 852/2011

De acordo com o que determina os artigos 137, §3º e 141, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, **fica acrescido §3º ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 852/11**, passando a contar com a seguinte redação:

Arl. 1º [...]

.....

§ 3º. Toda celebração de parceria público-privada mencionada no caput deste artigo, deverá ser devidamente informada à Assembleia Legislativa do Paraná pelos respectivos órgãos, fundos ou entidades envolvidas no âmbito do Programa ora instituído.

Sala das Sessões, 05 de dezembro de 2011.

DEP. ADEMIR BIER

DEP. ALEXANDRE CURI

DEP. ANTONIO ANIBELLI NETO

DEP. CAÍTO QUINTANA

DEP. CLEITON NIELSE

DEP. WALDYR FUGLIESI

DEP. JONAS GUIMARÃES

DEP. LUIZ EDUARDO CHEIDA

DEP. NEREU MOURA

DEP. STEPHANES JUNIOR

DEP. TERUO KATO

ANTEPROJETO DE LEI N.º 940/2011

Súmula: Regulamenta o Acordo Direto de Precatórios e estabelece Políticas Fazendárias.

CAPÍTULO I
DOS ACORDOS DIRETOS

Art. 1.º Nos termos do art. 97, § 8.º, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, fica instituído o Acordo Direto de Precatórios, resultado da conciliação que tenha por objeto débitos do Estado do Paraná, inclusive da Administração Pública Indireta, que originaram precatórios requisitórios.

Art. 2.º Fica criada a Câmara de Conciliação de Precatórios (CCP), que funcionará no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado, composta exclusivamente por Procuradores do Estado do Paraná.

§ 1.º A CCP é o órgão competente para propor o ato convocatório de conciliação e emitir parecer conclusivo.

§ 2.º Os pareceres conclusivos da CCP, emitidos após a análise dos requerimentos, serão apreciados pelo Procurador-Geral do Estado.

Art. 3.º Participará da conciliação o credor, por meio de advogado, devidamente munido de procuração, contendo os poderes da cláusula *ad judicia*, com firma reconhecida, e ainda os poderes específicos para transigir e dar quitação, mencionando o processo e o precatório objeto da conciliação.

§ 1.º Os créditos de litisconsortes, de substituídos processuais, de honorários sucumbenciais e contratuais são considerados autônomos para efeitos de conciliação, desde que, com relação aos últimos, tenha sido juntado aos autos o contrato antes da expedição do precatório, nos termos do art. 22, § 4.º da Lei n.º 8.906/94.

§ 2.º Poderá o credor renunciar a parte do crédito para participar de conciliação, quando o ato de convocação estabelecer limite de valor de pagamento.

§ 3.º É defeso ao credor do principal transacionar sobre créditos relativos aos honorários sucumbenciais e contratuais reservados no processo, a menos que esteja munido de procuração com firma reconhecida e poderes específicos para a conciliação.

Art. 4.º O cessionário, se o auto convocatório autorizar, o inventariante, o herdeiro e o cônjuge supérstite do credor original do precatório poderão participar da conciliação.

§ 1.º Os interessados relacionados no *caput* deverão atender aos requisitos previstos nesta Lei e no ato de convocação para habilitação e comprovação de titularidade do crédito.

§ 2.º Não tendo havido partilha do crédito, os sucessores do *de cujus* serão admitidos à conciliação, mediante apresentação de autorização específica do juízo do inventário, que ateste a liquidez, certeza e titularidade do crédito.

§ 3.º Tendo havido partilha do crédito, o cessionário, cada herdeiro e o cônjuge supérstite podem conciliar os seus quinhões individualmente, mediante apresentação do formal de partilha.

Art. 5.º O credor somente pode transacionar sobre o crédito que detenha, apurado após a exclusão de créditos de terceiros incluídos no precatório requisitório, ressalvada a possibilidade de renúncia, nos termos do art. 3.º, § 2.º desta Lei.

§ 1.º Os créditos decorrentes de cessão ou partilha, conforme art. 4.º, §§ 1.º e 3.º desta Lei devem representar percentual do crédito total do credor originário, observando-se as exclusões mencionadas no *caput* deste artigo, devendo ser comprovada, de maneira individualizada, a cadeia dominial de sucessão do crédito, desde o credor original até o último cedente, nos termos desta Lei.

§ 2.º Para estabelecimento da cadeia sucessória do crédito, os instrumentos públicos de cessão devem ser apresentados nos autos judiciais que originaram a requisição de pagamento e nos autos de precatório requisitório, levando-se em conta para estabelecimento da preferência entre cessionários credores, sucessivamente, a data de celebração da cessão e a data da comunicação do juízo de execução.

Art. 6.º A rodada de conciliação será veiculada através de Decreto do Poder Executivo.

Art. 7.º O ato convocatório poderá:

I – ser revogado e substituído por outro, a qualquer tempo, ou perderá vigor depois de escoado o prazo de vigência ou quando se esgotarem os recursos destinados àquela conciliação;

II – estabelecer parâmetros diferenciados de conciliação, de acordo com a natureza e o valor do crédito, a natureza da demanda que originou o crédito, ano de inscrição do precatório no orçamento estadual, dentre outros, podendo combiná-los entre si;

III – delimitar o universo de créditos a serem objeto de uma rodada de conciliação.

Parágrafo único. A delimitação de que trata o inciso III do *caput* somente se fará por meio de utilização de parâmetros gerais e abstratos, tais como a natureza do crédito, seu valor, a natureza da demanda que o originou, ou parâmetro que objetive concretizar políticas de administração fazendária.

Art. 8.º As concessões a serem feitas pelos credores serão especificadas no ato convocatório, nos termos do art. 7.º desta Lei, que poderá se valer, dentre outras, das seguintes condições:

- I – pagamento com deságio em percentual fixo;
- II – pagamento de acordo com oferta de deságio maior;
- III – modificação nos critérios de readequação do valor nominal da dívida.

Parágrafo único. Na modalidade prevista no inciso II do *caput*, haverá pré-fixação de deságio mínimo.

Art. 9.º Para a celebração do Acordo Direto previsto nesta Lei, os créditos alimentares não gozam de preferência, salvo se o ato convocatório utilizar esse critério para fins de distinção, conforme art. 7.º, II desta Lei ou de filtragem, nos termos do art. 7.º, III desta Lei.

Parágrafo único. Se o crédito alimentar gozar da preferência especial concedida pelo art. 100, § 2.º, da Constituição Federal, ele será excluído da conciliação até que seja pago o valor limite de que trata o mesmo dispositivo, e seu saldo poderá ser objeto de acordo.

Art. 10. Aquele que detiver crédito que se enquadre nos parâmetros estabelecidos pelo ato convocatório deverá apresentar requerimento de conciliação perante a CCP, acompanhado dos documentos exigidos por esta Lei e pelo ato convocatório.

§ 1.º A apresentação dos documentos não dispensa a análise dos autos judiciais e do precatório requisitório para verificação do preenchimento das condições legais e regulamentares para a conciliação, em especial a certeza, liquidez e titularidade do crédito.

§ 2.º Para os fins desta Lei, compete à Procuradoria-Geral do Estado a apuração dos valores e percentuais dos créditos do precatório e das respectivas cessões.

Art. 11. Preenchidos todos os requisitos intrínsecos e formais, a CCP apresentará parecer conclusivo sobre o requerimento e encaminhará ao Procurador-Geral do Estado e ao Secretário de Estado da Fazenda, para apreciação, e após a celebração do termo de acordo de pagamento, será encaminhado ao Tribunal competente, que homologará o acordo e realizará os pagamentos devidos.

§ 1.º O pagamento será feito com os recursos financeiros destinados especificamente à conciliação, integrantes do repasse constitucional previsto no art. 97, § 6.º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 2.º Quando do levantamento do montante, devem ser observadas as regras referentes às retenções e recolhimentos previdenciários e tributários cabíveis, inclusive o montante devido a título de custas judiciais.

§ 3.º A celebração do acordo para pagamento implicará quitação integral do percentual e do débito conciliado e renúncia a qualquer discussão acerca dos critérios de cálculo do percentual apurado e do valor devido.

Art. 12. Não podem ser objeto de conciliação os créditos que estejam de alguma forma controvertidos quanto à sua certeza, liquidez, exigibilidade e titularidade, em razão de impugnação administrativa ou judicial, inclusive por objeção ou exceção de pré-executividade e ação autônoma anulatória, até o respectivo trânsito em julgado.

Parágrafo único. Não podem ser conciliados créditos sobre os quais incida constrição judicial de que qualquer espécie ou que foram dados em garantia de obrigação de qualquer natureza.

CAPÍTULO II **DA PRIMEIRA RODADA DE NEGOCIAÇÕES**

Art. 13. A primeira rodada de conciliação, especificamente, atenderá objetivos de política de administração fazendária e de responsabilidade fiscal, e:

I – admitirá a habilitação de credores originários de precatórios requisitórios não pagos e inscritos até o orçamento do ano de 2010, que possuam débitos de ICMS com a Fazenda Pública Estadual e que tenham celebrado o termo de acordo de parcelamento previsto no art. 19 desta Lei;

II – admitirá a habilitação de cessionários de créditos de precatórios requisitórios não pagos e inscritos até o orçamento do ano de 2010, cuja cessão de direitos tenha sido celebrada até 9 de dezembro de 2009, data de promulgação da Emenda Constitucional n.º 62/2009, e que tenham celebrado o termo de acordo de parcelamento previsto no art. 19 desta Lei;

III – terá como limite global de recursos o montante necessário para atender ao pagamento de todos os acordos diretos deferidos na presente rodada;

IV – terá como limite máximo individual de pagamento o montante líquido suficiente para a quitação da parcela postergada prevista no art. 19, após as retenções previdenciárias e tributárias cabíveis.

Art. 14. Para ingressar na primeira rodada de conciliação, os interessados deverão apresentar requerimento com proposta de deságio máximo de 30% (trinta por cento) do montante do crédito oferecido, consideradas as exclusões previstas no *caput* do art. 5.º desta Lei.

Parágrafo único. Os requerimentos serão analisados, sucessivamente, conforme a ordem cronológica de protocolo e respeitarão o limite de recursos disponíveis para conciliação.

Art. 15. Para habilitação na primeira rodada de conciliação, especificamente, o interessado, nos termos dos arts. 3.º e 4.º desta Lei, deverá apresentar requerimento à Procuradoria-Geral do Estado do Paraná acompanhado:

I – de certidão original do registro de empresário individual ou do contrato social consolidado, em que esteja especificado quem é o representante legal da empresa;

II – de cópia autenticada do documento oficial de identidade do representante legal da empresa e do instrumento procuratório respectivo, com firma reconhecida, e cópia autenticada do documento oficial de identidade do outorgado;

III – de requerimento de cópia integral e autenticada do precatório requisitório, a ser efetivada junto ao Tribunal de Justiça, que as encaminhará diretamente à Procuradoria-Geral do Estado, mediante o pagamento dos serviços de fotocópia e autenticação;

IV – certidão original expedida pelo cartório competente, da cessão do crédito, se o interessado for sucessor do credor original, demonstrando a cadeia dominial sucessória, do credor primário até o último cedente, de maneira individualizada, atestando a certeza, liquidez, exigibilidade e titularidade do crédito, na cadeia sucessória respectiva;

V – de cópia do termo de acordo de parcelamento firmado nos termos do art. 19 desta Lei;

VI – de cópia do formal de partilha e da sentença homologatória respectiva, ou da autorização judicial específica, se o crédito apresentado se enquadrar nas hipóteses do art. 4.º, §§ 2.º e 3.º, desta Lei;

VII – declaração firmada pelo interessado atestando que o crédito de precatório objeto da conciliação não é controvertido, nos termos do art. 12, *caput*, e não pese sobre ele constrição judicial ou ônus, conforme previsto no parágrafo único do art. 12 deste diploma legal, exceto nos casos de garantia em execução fiscal do Estado do Paraná, nos termos do artigo 20, §5.º desta Lei.

§ 1.º Os requerimentos deverão ser protocolizados no prazo de até 90 (noventa) dias contados do encerramento do prazo previsto no art. 20 desta Lei.

§ 2.º A CCP atualizará o valor total do precatório requisitório e apurará, com base na documentação constante do requerimento, dos autos judiciais e dos autos de precatório, o percentual e o valor líquido do crédito oferecido pelo interessado, nos termos dos arts. 5.º e 10, §§ 1.º e 2.º, desta Lei.

§ 3.º Caso a CCP verifique o não atendimento dos requisitos legais, intimará o signatário para, no prazo de 15 (quinze) dias, saná-las, sob pena de indeferimento do requerimento de conciliação.

§ 4.º Verificada a regularidade do requerimento, apurado o percentual e o valor do crédito oferecido nos termos dos art. 5.º, §§ 1.º e 2.º, e art. 10, § 2.º, desta Lei, o interessado será intimado para, em 5 (cinco) dias, comparecer à sede da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná e firmar termo de acordo de pagamento com o Procurador-Geral do Estado.

§ 5.º O termo de acordo de pagamento conterá os dados do precatório requisitório e seu valor total atualizado, os dados das partes acordantes, a descrição da cadeia dominial sucessória, o percentual e o valor objeto de conciliação, e implica aceitação pelo interessado dos valores e percentuais apurados pela PGE e quitação integral do valor devido pelo Estado do Paraná, nos termos do art. 11, § 3.º desta Lei.

§ 6.º Após parecer conclusivo da CCP, o termo de acordo será firmado pelo Procurador-Geral do Estado, e em seguida, encaminhado ao Tribunal competente para homologação judicial, efetivo pagamento e demais anotações no precatório.

§ 7.º No termo de acordo de pagamento constará cláusula expressa de autorização para que a Procuradoria-Geral do Estado, após as retenções legais, levante o valor depositado nos termos do art. 11 e proceda ao seu recolhimento, por GR-PR, para quitação da parcela postergada.

Art. 16. As condições do art. 13, os documentos e procedimento do art. 15, bem como o modelo de requerimento do Anexo I, servem como edital de convocação para a primeira rodada de conciliação, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. As condições, os documentos e o procedimento previstos no *caput* vinculam-se exclusivamente à primeira rodada de conciliação, podendo ser alterados, por ato do Chefe do Poder Executivo, nos termos desta Lei e da legislação correlatas, para as próximas rodadas de conciliação.

CAPÍTULO III **DO PARCELAMENTO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

Art. 17. Os créditos tributários relacionados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, suas multas e demais acréscimos legais, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 30 de setembro de 2011, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive ~~ajuzados~~ ^{ajustados}, poderão ser pagos em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais consecutivas, observadas as condições desta Lei.

§ 1.º O débito será consolidado na data do pedido do parcelamento, com todos os acréscimos legais vencidos previstos na legislação vigente na data dos respectivos fatos geradores da obrigação tributária.

§ 2.º Poderão ser incluídos na consolidação os valores espontaneamente denunciados pelo contribuinte ao fisco, decorrentes de infrações relacionadas a fatos geradores ocorridos até 30 de setembro de 2011.

§ 3.º O pedido de parcelamento importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais e expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais incluídos no pedido por opção do contribuinte.

Art.18. Para os créditos tributários relacionados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, suas multas e demais acréscimos legais, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 30 de novembro de 2009, a consolidação poderá ocorrer separadamente dos demais, a critério do contribuinte, alocando até 50% (cinquenta por cento) do valor total para a última parcela, devendo ser o restante dividido em até 119 (cento e dezenove) parcelas, respeitando-se o valor mínimo disposto no artigo 22.

Parágrafo único. A postergação prevista neste artigo será mantida independentemente do resultado do acordo direto previsto nos artigos 13 e 14 desta Lei.

Art. 19. Para fazer jus aos parcelamentos previstos nos arts. 18 e 19 desta Lei, o contribuinte deverá estar em dia com o recolhimento das Guias de Informação e Apuração do ICMS – GIA's, posteriores a 30 de setembro de 2011.

Art. 20. O pedido de parcelamento deverá ser formalizado até 60 (sessenta) dias da vigência desta Lei, mediante requerimento a ser protocolado na Agência da Receita Estadual – ARE do domicílio tributário do interessado, indicando todos os débitos que pretende parcelar.

§ 1.º A falta de pagamento da primeira parcela ou o inadimplemento de três parcelas consecutivas ou não, implica rescisão imediata do parcelamento.

§ 2.º A falta de recolhimento do ICMS declarado através do GIA/ICMS mensal, no período de vigência do parcelamento, implica rescisão imediata deste.

§ 3.º A rescisão do parcelamento importará a exigência do saldo do crédito tributário, incluindo juros e multas, com inscrição em dívida ativa para cobrança judicial.

§ 4.º Para as dívidas ajuizadas, o pedido deverá ser instruído com comprovante de pagamento de custas processuais e dos honorários advocatícios ou da primeira parcela do acordo de parcelamento de honorários, estes limitados ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do débito tributário cobrado mediante execução fiscal, bem como apresentação de termo de penhora formalizado em juízo.

§ 5.º Para fins de garantia do crédito tributário ajuizado, somente será aceito crédito oriundo de precatório, nos casos de termo de penhora formalizado até 30 de novembro de 2009, desde que não haja decisão judicial em sentido contrário.

Art. 21. O crédito parcelado e os honorários estarão sujeitos:

I – a partir da segunda parcela, até a data do vencimento, a juros vincendos correspondentes ao somatório da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, aplicada sobre os valores do imposto e multa constantes da parcela até a data do efetivo pagamento;

II – a juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, sobre o valor da parcela paga em atraso, sem prejuízo do disposto na alínea anterior.

Art. 22. O valor de cada parcela não será inferior a R\$ 1.000,00 (um mil reais), devendo o pagamento da primeira parcela ser efetuado até o último dia útil do mês da adesão ao parcelamento e o das demais parcelas até o último dia útil dos meses subsequentes.

Art. 23. O contribuinte que antecipar a quitação integral do parcelamento do crédito tributário, exclusivamente em dinheiro, obterá os seguintes benefícios sobre o saldo residual:

I – redução de 100% sobre a multa e 45% dos juros sobre imposto e multa, para quitação integral até 31 de dezembro de 2012;

II – redução de 70% sobre a multa e 30% dos juros sobre imposto e multa, para quitação integral até 31 de dezembro de 2013;

III – redução de 50% sobre a multa e 20% dos juros sobre imposto e multa, para quitação integral até 31 de dezembro de 2014.

Parágrafo único. Este artigo não se aplica aos créditos tributários originários de autos de infração em que sejam exigidas as penalidades previstas nos incisos VII, VIII, IX, X, XI, XII, na alínea "a" do inciso XIII, na alínea "g" do inciso XV e nas alíneas "b" e "c" do inciso XVII, todos do § 1.º do art. 55 da Lei n.º 11.580/1996, e as penalidades correlatas previstas nas leis orgânicas anteriores do ICMS.

Art. 24. Os parcelamentos que estejam em curso poderão ser rescindidos, a pedido do contribuinte, para que ocorra novo parcelamento nos termos desta legislação, com a perda dos benefícios antes concedidos, relativamente aos valores pendentes de recolhimento.

Art. 25. O contribuinte somente estará em situação regular, relativamente aos débitos parcelados, após o pagamento da primeira parcela, sob a condição resolutória de pagamento integral das demais parcelas, nos prazos fixados.

Art. 26. Os créditos tributários objeto do parcelamento previsto nesta Lei terão sua exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151, VI do Código Tributário Nacional.

Art. 27. Ficam remetidos os créditos tributários relativos ao ICMS, cujo montante atualizado até 31 de dezembro de 2010 seja igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

§ 1.º A autorização prevista neste artigo alcança o crédito tributário inscrito em dívida ativa, ajuizada ou não, e o lançamento de ofício, efetuados até 31 de dezembro de 2010.

§ 2.º Para fins de apuração do montante de que trata o *caput* deve ser observada a soma de créditos tributários, por inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS – CAD/ICMS.

§ 3.º Os procedimentos necessários para o cancelamento dos créditos tributários serão estabelecidos por ato do Poder Executivo.

§ 4.º O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de valores eventualmente recolhidos.

Art. 28. A Lei Estadual n.º 15.354, de 22 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1.º Não estão sujeitos ao processo de execução fiscal os créditos tributários e não tributários, inscritos em dívida ativa, cujo valores atualizados sejam iguais ou inferiores a:

I – 80 UPF/PR (Unidade de Padrão Fiscal do Estado do Paraná) na hipótese de créditos de natureza tributária, relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS;

II – 30 UPF/PR (Unidade de Padrão Fiscal do Estado do Paraná) na hipótese de quaisquer outros créditos;”

“Art. 1.º A Salvo os créditos relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, não estão sujeitos à inscrição em dívida ativa pela Secretaria de Estado da Fazenda, aqueles cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a 10 UPF/PR;”

“Art. 5.º Fica autorizada a Secretaria de Estado da Fazenda a reemitir automaticamente dívidas ativas cujo saldo restante seja igual ou inferior a 0,2 UPF/PR.”

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 29. A Lei Estadual n.º 11.580, de 14 de novembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3.º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios concessivos de benefícios fiscais na forma prevista em lei complementar a que se refere o art. 155, inciso XII, alínea "g" da Constituição Federal.

§ 1.º Ao regulamentar a matéria tributária, o Poder Executivo arrolará as hipóteses de imunidade e benefícios fiscais, observadas as disposições previstas:

I – em tratados e convenções internacionais;

II – em convênios celebrados ou ratificados na forma da lei complementar a que se refere o art. 155, inciso XII, "g" da Constituição Federal.

§ 2.º A instituição de Programas de Recuperação Fiscal no Estado do Paraná dependerá de lei específica para a sua implementação."

*Art.41 (...)

§ 2.º Tratando-se de crédito tributário ajuizado, o parcelamento será autorizado desde que haja bens em garantia ou fiança suficiente para liquidação do débito, ficando dispensada a garantia quando o valor do crédito tributário for inferior a 800 (oitocentas) UPF/PR (Unidade de Padrão Fiscal do Estado do Paraná), e for parcelado em 12 (doze) parcelas."

Art. 30. Fica revogada a Lei n.º 14.470/2004.

Art. 31. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei por meio de decreto.

Art. 32. Esta Lei entrará em vigor em 90 (noventa) dias de sua publicação.

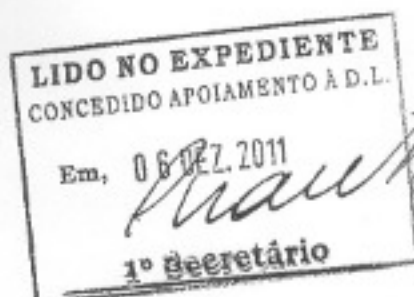
Curitiba, 18 de novembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.

Assinatura manuscrita de Carlos Albert Richa.

CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 18 de novembro de 2011
OF CEE/G 196/11



I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências
Em, 05/12/2011
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências,
a Mensagem n.º 92/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que
objetiva regulamentar o Acordo Direto de Precatórios e o
estabelecimento de Políticas Fazendárias.

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/GUI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacé Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14:04 06/12/2011 010039 DP ASSINATURA LUIZ ALBERTO DE MORAES

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 92/2011

Curitiba, 18 de novembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei, objetivando regulamentar o Acordo Direto de Precatórios e o estabelecimento de Políticas Fazendárias.

Atualmente, o ajuizamento de execução fiscal é obrigatório sempre que as dívidas ativas forem maiores que 30 UPF/PR (Unidade de Padrão Fiscal do Estado do Paraná) para ICMS, e 5 UPF/PR para os demais tipos de créditos, de acordo com a Lei n.º 15.354/2006.

Tais valores hoje encontram-se defasados, implicando ajuizamento de execuções fiscais de R\$ 1.921,80 para créditos de ICMS e R\$ 320,00 para créditos diversos.

Estudo recente do Conselho Nacional de Justiça aponta que o custo de um único processo de execução fiscal é de R\$ 4.300,00, em média, e que seu trâmite possui tempo médio de 8 anos.

Na Justiça Estadual, o custo é ainda maior. Sabendo-se que as custas processuais integram este cálculo, pode-se comparar tais valores na esfera federal e estadual. A título de exemplo, uma execução fiscal de R\$ 5.000,00 na Justiça Federal, com um ato de citação, penhora e intimação, tem custas iniciais no valor de R\$ 25,00. No cível, o mesmo processo custaria R\$ 422,50 (R\$ 294,10 de custas iniciais, mais R\$ 20,00 de taxa judiciária, mais R\$ 9,40 de autuação, e R\$ 99,00 de penhora e intimação).

Assim, processos de execução fiscal para cobrança de créditos inferiores a R\$ 5.000,00 possuem custo-benefício à sociedade próximo ou menor que zero, quando efetivamente recebidos.

Ademais, o baixo valor hoje estabelecido para ingressar com execuções fiscais tem levado a um excessivo número de processos judiciais de pouca relevância para a arrecadação da dívida ativa em estoque.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

Protocolo n.º 11.258.343-2 (hph/vcl)

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2485 Fax: 41 3350-2476

Atualmente, existem cerca de sessenta e cinco mil processos de execução fiscal em andamento cujo valor de cobrança é inferior a R\$ 5.000,00. Isso corresponde a quase 50% do total de execuções fiscais do Estado, cujo montante somado é pouco superior a 1% do estoque da dívida e cujo custo de cobrança é igual ou maior que o crédito que se pretende cobrar.

Esses processos geraram, nos últimos 12 meses, aproximadamente 30.000 peças processuais, representando mais de ¼ do trabalho desenvolvido com as execuções fiscais no período.

A grande quantidade de processos pouco relevantes contribui decisivamente para a morosidade na tramitação de todos os processos da justiça estadual, posto que concorre em termos de recursos com processos milionários e com os demais processos de particulares.

Por tal razão, apresentamos a proposta para que o valor mínimo de ajuizamento seja aumentado para 80 UPF/PR para dívidas de ICMS, e 30 UPF/PR para dívidas diversas, cujos valores para 2011 correspondem a R\$ 5.124,80 e R\$ 1.921,80, respectivamente.

Ressalta-se que a proposta não implica renúncia fiscal do Estado, mas sim evitar o meio judicial para a cobrança de créditos, buscando recebê-los de forma administrativa.

Saliente-se que continua possível ajuizar os créditos, se no prazo de cinco anos seus débitos acumulados superam o limite previsto na legislação.

Ainda, outra proposta apresentada visa diminuir a quantidade de inscrições em dívida ativa de créditos pouco representativos para o Estado. São dívidas que não serão ajuizadas, pois muito inferiores ao limite mínimo proposto. A inscrição traria apenas geração de despesas de inscrição e manutenção de dívida ativa sem retorno financeiro ao Estado.

Propõe-se que, mantendo-se o lançamento tributário ou o ato administrativo que a gerou, seja autorizado não inscrevê-la em dívida ativa, podendo ser cobrada administrativamente até o momento de sua prescrição quinquenal. Também não se verifica impacto orçamentário, tratando-se meramente de usar meios adequados à importância do crédito que se pretende receber.

Por fim, a proposta repassa ao Governador, por meio de Decreto, a análise futura de valores mínimos de ajuizamento, posto que se trata de questão de aprimoramento da máquina pública sem impacto orçamentário, podendo-se conferir maior dinamismo no ajuste a maior ou a menor.

GABINETE DO GOVERNADOR



Com relação à remissão dos créditos tributários de ICMS iguais ou inferiores a R\$ 10.000,00, esta alcançará os débitos inscritos em dívida ativa, ajuizada ou não, e os lançamentos de ofício, efetuados até 31 de dezembro de 2010, observada a soma de créditos tributários, por inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS – CAD/ICMS.

A proposta se justifica diante dos custos da cobrança administrativa e judicial que, tal como nos casos de não ajuizamento de valores iguais ou inferiores a 80 UPF para créditos de ICMS, são maiores que os eventuais benefícios que essa cobrança poderia trazer.

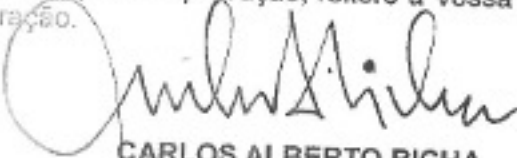
Com a remissão proposta, estima-se que cerca de 35.000 (trinta e cinco mil) débitos inscritos serão cancelados – perfazendo o montante de aproximadamente R\$ 44.000.000,00 (quarenta e quatro milhões de reais) –, com a respectiva extinção das execuções correlatas, o que corresponde a 0,30% (trinta centésimos por cento) do estoque da dívida, de forma a concentrar o esforço para a cobrança de valores de maior expressão e com efetiva possibilidade de recuperação do crédito tributário, além de desafogar o Poder Judiciário, já que aproximadamente 30% (trinta por cento) das execuções fiscais em andamento no Estado serão arquivadas.

Salienta-se que os cerca de 35.000 (trinta e cinco mil) débitos de ICMS inscritos em dívida ativa referem-se a 10.471 inscrições no Cadastro de Contribuintes de ICMS, ou seja, em média, cada contribuinte seria devedor de 3,3 débitos inscritos em dívida ativa, podendo ensejar o mesmo número de execuções fiscais. Se levamos em consideração que, segundo o CNJ, o valor despendido para ajuizamento de cada execução fiscal equivaleria a R\$ 4.300,00, estaríamos gastando R\$ 14.190,00 para a cobrança de valores tributários iguais ou inferiores a R\$ 10.000,00.

Ademais, grande parte do valor que será remitido decorre de débitos de ICMS de empresas inativas (R\$ 37.348.239,63), débitos estes de difícil recuperação e que consomem grande parte dos recursos do Poder Judiciário e da Procuradoria-Geral do Estado.

Por fim, ressalta-se que a proposta de remissão vem ao encontro das recomendações do Conselho Nacional de Justiça, que tem solicitado ao Poder Judiciário e às Procuradorias a implementação de medidas que propiciem agilidade e eficiência na tramitação dos processos de execução fiscal.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 940/11

Projeto de Lei nº. 940/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 092/11

Súmula: Regulamenta o acordo direto de precatórios e estabelece políticas fazendárias.

EMENTA: REGULAMENTA O ACORDO DIRETO DE PRECATÓRIOS E ESTABELECE POLÍTICAS FAZENDÁRIAS NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 13; 65 e 66 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. DECRETO ESTADUAL 2.838/97. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo regulamentar o acordo direto de precatórios e estabelece políticas fazendárias no âmbito do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a

+ cópia PL
Tadeu
J

Regimento Interno da
Senhor Deputado
Tadeu Venen
em, 07, 12, 2011
ccj



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu art. 65, estabelece que:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido projeto de lei.

Já, com relação à competência, é importante destacar que a Constituição do Estado do Paraná determina como competência concorrente entre o Estado e a União legislar sobre direito tributário, conforme segue:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; (Grifos Nossos)

Ademais, quanto ao tema em análise cumpre ressaltar que é de competência da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná (SEFA), vide Decreto nº 2.838 de 15 de janeiro de 1997 que aprova o regulamento desta secretaria e assim preceitua:

Art. 1º - A Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA constitui, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza instrumental, para o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Fazenda e as entidades da administração indireta a ela vinculadas têm como finalidade elaborar, acompanhar e executar o orçamento do Estado, obter e fornecer ao Poder Público os recursos financeiros necessários à consecução de seus objetivos, gerir os valores do Estado, propiciar a administração pública as informações do setor imprescindíveis à sua boa gestão e desenvolver as medidas tendentes a fortalecer e a ampliar os setores da economia.

Parágrafo único - Para atingir as finalidades constantes do artigo, a Secretaria de Estado da Fazenda deverá alcançar os seguintes objetivos:

(...)

III - o aperfeiçoamento da legislação tributária estadual;

IV - a formulação da política tributária, como instrumento de ação do Governo;

(...)

Art. 8º - Ao Secretário de Estado da Fazenda compete:

(...)

XIV - expedir instruções referentes à matéria tributária;

[gritos nossos]

Desse modo, nota-se que a respectiva Secretaria possui prerrogativas para realizar o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação; bem como, expedir instruções referentes à matéria tributária.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ocorre que, por se tratar de competência da SEFA-PR, consequentemente, deve-se ressaltar a **competência privativa do Governador do Estado**; uma vez que a Constituição Estadual assim preceitua:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública. (grifos nossos)

Para finalizar, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00 que determina que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, tendo em vista que abrange um valor de inadimplência irrelevante, e, portanto, amparada pelo art. 16 da Lei Complementar Federal n.º 101/00:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes; •

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias. (grifos nossos)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 07 de dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR










REQUERIMIENTO

APROVADO

À Diretoria Legislativa.

Em. 12 FEB 2011

1º Secretário

Requer "Regime de Urgência" para a votação dos Projetos de Lei, oriundos de Mensagens Governamentais conforme especifica.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme os artigos 181 e 184 do Regimento Interno desta Casa, **requer**, na condição de Presidente da Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação dos Projetos de Lei 823, 884, 885, 886, 907, 908, 914, 932, 933, 938, 939, 940, 941, 942, 944, 951, 952 e 953, todos do ano de 2011 e oriundos de Mensagens do Poder Executivo e em tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 2011.

Deputado **Marcelo Rangel**

Presidente Com. Obras, Transporte e Comunicação

Amor e
entusiasmo
e justiça nas perspectivas
projeto


 Roberto Augusto
 Diretor Legislativo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 940/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 92/11, que regulamenta o acordo direto de precatórios e estabelece políticas fazendárias.

A proposta foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou parecer favorável.

No que compete a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria em questão apresenta-se justificada.

Insta ressaltar, que a matéria proposta, está em consonância com os arts. 13, 65 e 66, da Carta Estadual, onde denota-se a competência privativa do Governador do Estado, para matérias dessa natureza.

De igual modo, constata-se que a proposta em tela está em consonância com o que preceitua o Decreto 2838 de 15 de janeiro de 1997 que aprova regulamento da Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná.

Observando ainda, que o Projeto em questão, não apresenta impedimento com relação a Lei Complementar Federal nº 101/00.

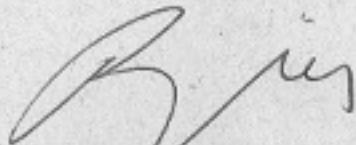
Assim sendo, não encontramos nada que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

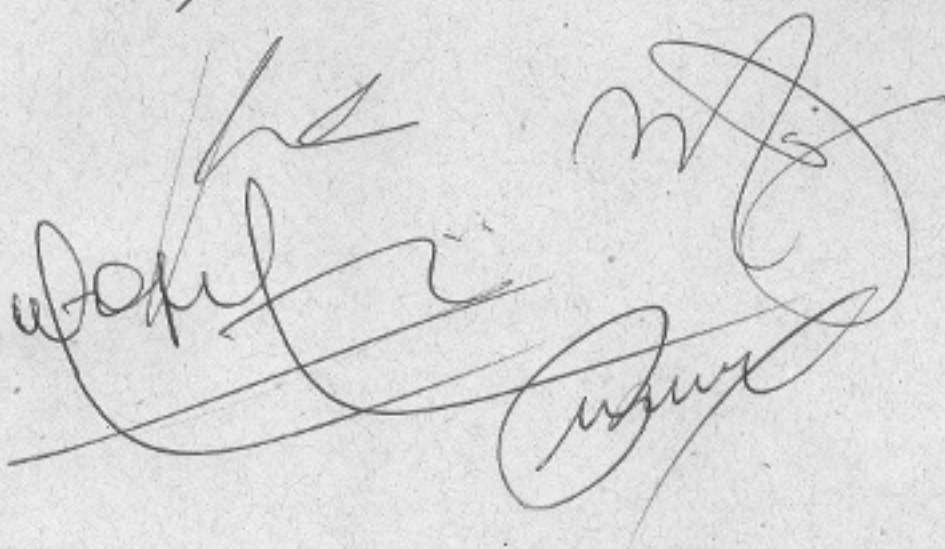


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Sala das Comissões, 13/12/11


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior

EMENDA 01
DE PLENÁRIO
DAP *Alurite*

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI NÚMERO 940/2011


14 DEZ. 2011

Súmula: Acrescenta ao Projeto de Lei Nº 940/2011 a seguinte emenda:

Art. 1º. Acrescente-se, onde couber, a seguinte emenda:

"Fica autorizada a realização de acordo direto envolvendo os créditos de precatórios requisitórios, dados em garantia de débitos objeto de execução fiscal ajuizada até 31 de dezembro de 2010."

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.


Evandro Junior
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

É pública e notória a desaceleração da economia, com índices de crescimento decrescentes, repercutindo negativamente na saúde das empresas e nos indicadores sociais em geral, principalmente no nível de emprego.

A emenda proposta é constitucional e meritória, pois concilia os interesses do Estado e dos contribuintes, visando solucionar execuções fiscais em que foram dados em garantia da execução créditos objeto de precatórios requisitórios não pagos.

14438 14/12/2011 09:41:46 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Evandro Junior

EMENDA 02
DE PLENÁRIO
DAP - Louche

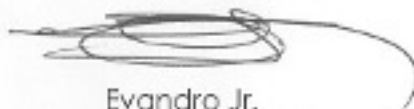
EMENDA MODIFICATIVA AO ARTIGO 27, § 2º DO PROJETO DE LEI NÚMERO 940/2011 14 DEZ. 2011

Súmula: Modifica a redação do § 2º, do artigo 27, do Projeto de Lei Nº 940/2011

Art. 1º: O § 2º do artigo 27 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Para fins de apuração do montante de que trata o caput deste artigo, deve ser observada a soma de créditos tributários, por inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS - CAD/ICMS, exceto os créditos já ajuizados."

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.


Evandro Jr.
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

A remissão concedida através do artigo 27, funda-se no espírito de justiça e economia processual, visando evitar os custos da execução e agilizar a máquina administrativa tributária. Em razão disso, por coerência e lógica, os créditos ajuizados devem ser remidos individualmente.







14/38 14/12/2011 010413 DEP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda 03
de PLENÁRIO
DAP
14 DEZ 2011

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 940/11

Art. 1º- O parágrafo 4º do art. 20 do projeto em análise passa a contar com a seguinte redação:

"54º - Para as dívidas ajuizadas, o pedido deverá ser instruído com comprovante de pagamento de custas processuais e dos honorários advocatícios ou da primeira parcela do acordo de parcelamento de honorários, estes limitados ao percentual de 1% (um por cento) do valor total do débito tributário consolidado mediante execução fiscal, bem como apresentação de termo de penhora formalizado em juízo."

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 2011.

DEPUTADO ESTADUAL

AUGUSTINHO ZUCCHI

ARTAGÃO JR

Justificativa

TRAIANO

O objetivo é alterar os percentuais dos honorários advocatícios da Procuradoria Geral do Estado vez que os mesmos já possuem remuneração e independem de tais valores.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Pedro Lupion

Emenda 04/
de Plenário

14 DEZ 2011
Juni

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 940/11

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, apresenta-se Emenda Modificativa, passando o art. 6º do projeto em apreço a contar com redação modificada nos seguintes termos:


Art. 1º - O Art. 6º do Projeto de Lei em comento passa a contar com a seguinte redação:

"Art. 6º. A rodada de conciliação será veiculada através de decreto do Poder Executivo, que tem a competência para estipular seus critérios e condições."

Art. 2º - O caput do Art. 8º do Projeto de Lei em comento passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º. As concessões a serem feitas pelos credores serão especificadas no ato do Chefe do Poder Executivo, nos termos do artigo 6º desta Lei, que poderá se valer, dentre outras, das seguintes condições:”

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 2011.


Pedro Luján

Pedro Lupion

DEPUTADO ESTADUAL

15:09 14/12/2011 010452 WP ISSUECALL 0000000000000000



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Pedro Lupion

Justificativa

A presente alteração visa sanar vício ocorrido por falta de competência do Procurador Geral do Estado, vez que este não é o Poder Maior do Estado do Paraná, portanto, incompetente para a expedição de regras conforme inicialmente proposto.

Desta maneira, sana-se vício de ilegalidade ocorrido.

Por isso, requer-se apoio dos nobres parlamentares.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Pedro Lupion

Emenda 5
de Plenário
DAP
14 DEZ. 2011
[Assinatura]

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 940/11

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, apresentamos a presente emenda modificativa, passando o §3º do art. 4º do projeto em apreço a contar com a seguinte redação:

"§3º - Tendo havido partilha do crédito, o cessionário, cada herdeiro e o cônjuge supérstite podem conciliar os seus quinhões individualmente, mediante apresentação do formal de partilha tanto judicial como a extrajudicial (escritura pública), prevista no art. 982 do Código de Processo Civil."

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 2011.

[Assinatura]
Pedro Lupion
DEPUTADO ESTADUAL

[Assinatura]
Justificativa

A alteração proposta faz-se especialmente necessária tendo em vista a incoerência do Projeto Proposto com as alterações havidas no Código de Processo Civil.

Assim, a fim de sanar a ilegalidade havida, necessita-se deste novo texto.

Por isso, requer-se apoio dos nobres parlamentares.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA ADITIVA AO
PROJETO 940/11

Emenda 8
de Plenário
DAP
14 DEZ 2011

Art. 1º - Acrescenta-se ao art. 13 do Projeto de Lei 940/2011 o inciso V:

V- Admitirá a habilitação e transferência de direitos de credores, originários ou cessionários, de precatórios alimentares não pagos e inscritos até o orçamento do ano de 2010, que possuam ou possuam débitos de ICMS com a Fazenda Pública Estadual e que já tenha pago, em todo ou em parte, seus débitos.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 2011.

DEPUTADO ESTADUAL

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

15/12/2011 01:04:59 DAP 055811110 11/12/2011 11:22:11



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
17ª LEGISLATURA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

Emenda 7/
de Plenário
DAP

14 DEZ. 2011

[Assinatura]

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 940/11

Conforme o estabelecido nos artigos 29 e 127, § 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, ficam modificados os incisos II e III do artigo 23 do Projeto de Lei nº 940/11, visando aumentar os percentuais de redução, passando a vigor com a seguinte redação:

Art. 23.

I -

II – redução de **80%** sobre a multa e 30% dos juros sobre imposto e multa, para quitação integral até 31 de dezembro de 2013;

III – redução de **60%** sobre a multa e 20% dos juros sobre imposto e multa, para quitação integral até 31 de dezembro de 2014.

15:21 14/12/2011 010462 Nº ASSINLEP LEGISLATIVA DO PARANÁ

Sala das Sessões, em

[Assinatura]
NELSON LUERSEN
DEPUTADO ESTADUAL

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Emenda 8
de Plenário
DAP
14 DEZ 2011
[Signature]

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI NÚMERO 940/2011

Súmula: Acrescenta ao Projeto de Lei Nº 940/2011 a seguinte emenda:

Art. 1 Fica autorizado a convalidação de ICMS com precatórios dados em garantia de execução fiscal até 31 dezembro 2010.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2011.

[Signature]
DR. BATISTA
Deputado Estadual

[Signature] MARCELO *[Signature]* RANGEL

JUSTIFICATIVA

A emenda é constitucional, pois diminui o endividamento do Estado, e vem ao encontro dos interesses dos contribuintes, solucionando execuções fiscais dados em garantia.

15:22 14/12/2011 010462 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda 9 /
de Plenário

14 DEZ 2011

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 940/11


Art. 1º - O art. 10 do projeto 940/11 passa a contar com a seguinte redação:

"Art. 10. Aquele que detiver crédito que se enquadre nos parâmetros estabelecidos pelo ato convocatório deverá apresentar requerimento de conciliação perante a Câmara de Conciliação de Precatórios, acompanhado dos documentos exigidos por esta lei e pelo ato convocatório, sendo utilizado, para efeito de cálculo dos precatórios, os parâmetros de correção e juros de mora fixados em sentença ou lei, combinados com a Súmula Vinculante nº 17, do Supremo Tribunal Federal e com o §12, do art. 100 da CF/88, alterado pela Emenda Constitucional nº 62/2009."

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 2011.


DEPUTADO ESTADUAL











940

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº. ____/11

Emenda 10
de Plenário
DAP
14 DEZ 2011

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, § 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, o Projeto de Lei ____/11, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - O Projeto de Lei nº ____/2011 passa a vigora com a seguinte redação:

Súmula: *Regulamenta o Acordo Direto de Precatórios e estabelece Políticas Fazendárias.*

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DOS ACORDOS DIRETOS

Art. 1º. Nos termos do artigo 97, § 8º, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, fica instituído o Acordo Direto de Precatórios, resultado da conciliação que tenha por objeto débitos do Estado do Paraná, inclusive da Administração Pública Indireta, que originaram precatórios requisitórios.

Art. 2º. Fica criada a Câmara de Conciliação de Precatórios, que funcionará no âmbito da Procuradoria Geral do Estado, composta por representantes da



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Procuradoria Geral do Estado do Paraná, da Secretaria de Estado da Fazenda e da Secretaria da Administração e Previdência.

§1º - A Câmara de Conciliação de Precatórios é o órgão competente para propor o ato convocatório de conciliação e emitir parecer conclusivo.

§ 2º - Os pareceres conclusivos da Câmara de Conciliação de Precatórios, emitidos após a análise dos requerimentos, serão apreciados pelo Procurador-Geral do Estado.

Art. 3º. Participará da conciliação o credor, por meio de advogado, devidamente munido de procuração contendo os poderes da cláusula *ad judicium*, com firma reconhecida, e ainda os poderes específicos para transigir e dar quitação, mencionando o processo e o precatório objeto da conciliação.

§1º - Os créditos de litisconsortes, de substitutos processuais, de honorários sucumbenciais e contratuais são considerados autônomos para efeitos de conciliação, desde que, com relação aos últimos, tenha sido juntado aos autos o contrato antes da expedição do precatório, nos termos do artigo 22, §4º da Lei 8.906/94.

§2º - Poderá o credor renunciar a parte do crédito para participar de conciliação, quando o ato de convocação estabelecer limite de valor de pagamento.

§3º - É defeso ao credor do principal transacionar sobre créditos relativos aos honorários sucumbenciais e contratuais reservados no processo, a menos que esteja munido de procuração com firma reconhecida e poderes específicos para a conciliação.

Art. 4º. O cessionário, se o ato convocatório autorizar, o inventariante, o herdeiro e o cônjuge supérstite do credor originário, do precatório poderão participar da conciliação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

§1º - Os interessados relacionados no *caput* deverão atender aos requisitos previstos nesta lei e no ato de convocação para habilitação e comprovação de titularidade do crédito.

§2º - Não tendo havido partilha do crédito, os sucessores do *de cujus* serão admitidos à conciliação mediante apresentação de autorização específica do juízo do inventário, que ateste a liquidez, certeza e titularidade do crédito.

§3º - Tendo havido partilha do crédito, o cessionário, cada herdeiro e o cônjuge supérstite podem conciliar os seus quinhões individualmente, mediante apresentação do formal de partilha devidamente homologado.

Art. 5º. O credor somente pode transacionar sobre o crédito que detenha, apurado após a exclusão de créditos de terceiros incluídos no precatório requisitório, ressalvada a possibilidade de renúncia, nos termos do artigo 3º, § 2º desta Lei.

§1º - Os créditos decorrentes de cessão ou partilha, conforme artigo 4º, *caput* e § 3º desta Lei, devem representar percentual do crédito total do credor originário, observando-se as exclusões mencionadas no *caput* deste artigo, devendo ser comprovada, de maneira individualizada, a cadeia dominial de sucessão do crédito, desde o credor originário até o último cedente, nos termos desta lei.

§2º - Para estabelecimento da cadeia dominial de sucessão do crédito, os instrumentos públicos de cessão devem ser apresentados nos autos judiciais que originaram a requisição de pagamento e nos autos de precatório requisitório, levando-se em conta para estabelecimento da preferência entre cessionários credores, sucessivamente, a data de celebração da cessão e a data da comunicação ao juízo de execução.

Art. 6º. A rodada de conciliação será veiculada através de decreto do Poder Executivo.

Art. 7º. Todos os atos convocatórios poderão:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

I – ser revogados e substituídos por outros a qualquer tempo, através de Decreto do Poder Executivo, ou perderão vigor depois de escoado o prazo de vigência ou quando se esgotarem os recursos destinados àquela conciliação;

II – estabelecer parâmetros diferenciados de conciliação, de acordo com a natureza e o valor do crédito, a natureza da demanda que originou o crédito, ano de inscrição do precatório no orçamento estadual, dentre outros, podendo combiná-los entre si;

III – delimitar o universo de créditos a serem objeto de uma rodada de conciliação;

Parágrafo único. A delimitação de que trata o inciso III do *caput* somente se fará por meio de utilização de parâmetros gerais e abstratos, tais como a natureza do crédito, seu valor, a natureza da demanda que o originou, ou parâmetro que objetive concretizar políticas de administração fazendária.

Art. 8º. As concessões a serem feitas pelos credores serão especificadas no ato convocatório, nos termos do artigo 6º desta Lei, que poderá se valer, dentre outras, das seguintes condições:

I – Pagamento com deságio em percentual fixo;

II – Pagamento de acordo com oferta de deságio maior;

III – Modificação nos critérios de readequação do valor nominal da dívida.

Parágrafo único. Na modalidade prevista no inciso II do *caput*, haverá pré-fixação de deságio mínimo.

Art. 9º. Para a celebração do Acordo Direto previsto nesta Lei, os créditos alimentares não gozam de preferência, salvo se o ato convocatório utilizar esse critério para fins de distinção, conforme artigo 7º, II, desta Lei ou de filtragem, nos termos do artigo 7º, III, desta Lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Parágrafo único. Se o crédito alimentar passar a gozar da preferência especial concedida pelo artigo 100, § 2º, da Constituição Federal, ele será excluído da conciliação até o valor limite de que trata o mesmo dispositivo, e seu saldo poderá ser objeto de acordo.

Art. 10. Aquele que detiver crédito que se enquadre nos parâmetros estabelecidos pelo ato convocatório deverá apresentar requerimento de conciliação perante a Câmara de Conciliação de Precatórios, acompanhado dos documentos exigidos por esta lei e pelo ato convocatório.

§1º - A apresentação dos documentos não dispensa a análise dos autos judiciais e do precatório requisitório para verificação do preenchimento das condições legais e regulamentares para a conciliação, em especial, a certeza, liquidez e titularidade do crédito.

§2º - Para os fins desta lei, compete à Procuradoria Geral do Estado a apuração dos valores e percentuais dos créditos do precatório e das respectivas cessões.

Art. 11. Preenchidos todos os requisitos intrínsecos e formais, a Câmara de Conciliação de Precatórios apresentará parecer conclusivo sobre o requerimento e encaminhará ao Procurador-Geral do Estado para apreciação, e após a celebração do termo de acordo será encaminhado ao Tribunal competente, que homologará o acordo e realizará os pagamentos devidos.

§1º - O pagamento será feito com os recursos financeiros destinados especificamente à conciliação, oriundos do repasse constitucional previsto no artigo 97, § 6º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§2º - Quando do levantamento do montante, devem ser observadas as regras referentes às retenções e recolhimentos previdenciários e tributários cabíveis, inclusive o montante devido a título de custas judiciais.



§3º - A celebração do acordo para pagamento implicará a quitação integral do débito conciliado e renúncia a qualquer discussão acerca dos critérios de cálculo do percentual apurado e do valor devido.

Art. 12. Não podem ser objeto de conciliação os créditos que sejam ou venham a ser, de alguma forma, controvertidos quanto sua certeza, liquidez, exigibilidade e titularidade, em razão de impugnação administrativa ou judicial, através de incidente processual ou ação autônoma até o trânsito em julgado dos mesmos.

Parágrafo único. Não podem ser conciliados créditos sobre os quais incida constrição judicial de qualquer espécie, ou que foram dados em garantia de obrigação de qualquer natureza.

CAPÍTULO II

DA PRIMEIRA RODADA DE NEGOCIAÇÕES

Art. 13. A primeira rodada de conciliação, especificamente, atenderá a objetivos de política de administração fazendária e de responsabilidade fiscal, e:

I - admitirá a habilitação de credores originários de precatórios requisitórios não pagos e inscritos até orçamento do ano de 2010, que possuam débitos de ICMS com a Fazenda Pública Estadual e que tenham celebrado o termo de acordo de parcelamento previsto no artigo 18 desta lei;

II – admitirá a habilitação de cessionários de créditos de precatórios requisitórios não pagos e inscritos até orçamento do ano de 2010, cuja cessão de direitos tenha sido celebrada até 09 de dezembro de 2009, data de promulgação da Emenda Constitucional nº 62/2009, e que tenham celebrado o termo de acordo de parcelamento previsto no artigo 18 desta lei;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

III – terá como limite global de recursos o montante necessário para atender ao pagamento dos acordos diretos deferidos na presente rodada, observado o disposto no artigo 7º, I, desta Lei.

IV – terá como limite máximo individual de pagamento o montante líquido suficiente para a quitação da parcela postergada prevista no artigo 18, após as retenções previdenciárias e tributárias cabíveis.

Art. 14. Para ingressar na primeira rodada de conciliação, os interessados deverão apresentar requerimento com proposta de deságio de 20% (vinte por cento) do montante do crédito oferecido, atendidas as exclusões previstas no *caput* do artigo 5º desta lei.

§1º - Os pedidos de acordo serão apreciados segundo a ordem cronológica decrescente de inscrição do precatório objeto da conciliação, respeitado o limite de recursos disponíveis para conciliação.

§2º - Se o pedido envolver mais de um precatório, será considerado, para aferição do critério de prioridade na apreciação, aquele de maior valor.

§3º - Concorrendo interessados que ofereçam precatórios inscritos na mesma data ou partes de um mesmo precatório, preferirá aquele que possuir maior dívida tributária.

Art. 15. Para habilitação na primeira rodada de conciliação, especificamente, o interessado, por meio de advogado, nos termos dos artigos 3º e 4º desta Lei, deverá apresentar requerimento à Procuradoria Geral do Estado do Paraná acompanhado:

•



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

I – de certidão original ou cópia autenticada do registro de empresário individual ou do contrato social consolidado, onde esteja especificado quem é o representante legal da empresa;

II – de cópia autenticada do documento oficial de identidade do representante legal da empresa, e do instrumento procuratório respectivo, com firma reconhecida, e cópia autenticada do documento oficial de identidade do outorgado;

III – de requerimento de cópia integral e autenticada do precatório requisitório, a ser efetivada junto ao Tribunal de Justiça, que as encaminhará diretamente à Procuradoria Geral do Estado, mediante o pagamento dos serviços de fotocópia e autenticação;

IV – certidão original expedida pelo cartório competente, da cessão do crédito, se o interessado for sucessor do credor originário, demonstrando a cadeia dominial sucessória, do credor originário até o último cedente, de maneira individualizada, atestando a certeza, liquidez, exigibilidade e titularidade do crédito, na cadeia sucessória respectiva.

V – de cópia do termo de acordo de parcelamento firmado nos termos do artigo 18 desta lei.

VI – de cópia do formal de partilha e da sentença homologatória quando judicial ou escritura pública, nos termos do artigo 982 do Código de Processo Civil, quando extrajudicial, ou da autorização judicial específica, se o crédito apresentado se enquadrar nas hipóteses do artigo 4º, §§ 2º e 3º, desta lei.

VII – declaração firmada pelo interessado atestando que o crédito de precatório objeto da conciliação não é controvertido, nos termos do artigo 12, *caput*, e que não pesa sobre ele constrição judicial ou ônus, de qualquer espécie, conforme previsto no parágrafo único do artigo 12 deste diploma legal.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

§1º - Os requerimentos deverão ser protocolizados no prazo de até 90 (noventa) dias contados do encerramento do prazo previsto no artigo 20 desta Lei;

§2º - A Câmara de Conciliação de Precatórios atualizará o valor total do precatório requisitório e apurará, com base na documentação constante do requerimento, dos autos judiciais e dos autos de precatório, o percentual e o valor líquido do crédito oferecido pelo interessado, nos termos dos artigos 5º e 10, §§ 1º e 2º, desta lei.

§3º - Caso a Câmara de Conciliação de Precatórios verifique o não atendimento dos requisitos legais, intimará o signatário para, no prazo de 15 (quinze) dias saná-las, sob pena de indeferimento do requerimento de conciliação.

§ 4º - Verificada a regularidade do requerimento, apurado o percentual e o valor do crédito oferecido nos termos dos artigos 5º, §§1º e 2º, e artigo 10, §2º, desta lei, o interessado será intimado para, em 5 (cinco) dias, comparecer à sede da Procuradoria Geral do Estado do Paraná e firmar termo de acordo de pagamento com o Procurador Geral do Estado.

§ 5º - O termo de acordo de pagamento conterá os dados do precatório requisitório e seu valor total atualizado, os dados das partes acordantes, a descrição da cadeia dominial sucessória, o percentual e o valor objeto de conciliação e implica aceitação pelo interessado dos valores e percentuais apurados pela Procuradoria Geral do Estado e quitação integral do valor devido pelo Estado do Paraná, nos termos do artigo 11, § 3º desta lei.

§ 6º - Com o parecer conclusivo da Câmara de Conciliação de Precatórios, o termo de acordo poderá ser deferido pelo Procurador-Geral do Estado, e, em seguida, encaminhado ao Tribunal competente para homologação judicial e efetivo pagamento, e demais anotações no precatório. •



§ 7º - No termo de acordo de pagamento constará cláusula expressa de autorização para que a Procuradoria Geral do Estado, após as retenções legais, levante o valor depositado nos termos do artigo 11, e proceda ao seu imediato recolhimento, por GR-PR, para pagamento da parcela postergada.

Art. 16. As condições do artigo 13 e os documentos e procedimento previstos nos artigos 14 e 15 servem como edital de convocação para a primeira rodada de conciliação, nos termos desta lei.

CAPÍTULO III

POLÍTICAS FAZENDÁRIAS

Art. 17. Os créditos tributários relacionados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e Imposto de Transmissão *causa mortis* e Doações – ITCMD, suas multas e demais acréscimos legais, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2010, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive ajuizados, poderão ser pagos em até 60 (sessenta) parcelas mensais consecutivas, observadas as condições desta lei.

§1º - O débito será consolidado na data do pedido do parcelamento, com todos os acréscimos legais vencidos previstos na legislação vigente na data dos respectivos fatos geradores da obrigação tributária.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

§2º - Poderão ser incluídos na consolidação os valores espontaneamente denunciados pelo contribuinte ao fisco, decorrentes de infrações relacionadas a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2010.

§3º - O pedido de parcelamento importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais e expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais incluídos no pedido por opção do contribuinte.

Art. 18. Para os créditos tributários relacionados ao Imposto sobre Operações Relativas Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e Imposto de Transmissão *causa mortis* e Doações – ITCMD, suas multas e demais acréscimos legais, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 30 de novembro de 2009, a consolidação poderá ocorrer separadamente dos demais, a critério do contribuinte, alocando até 75% (setenta e cinco por cento) do valor total para a última parcela, aplicando-se o disposto no artigo 23, I desta Lei, devendo ser o restante dividido em até 59 (cinquenta e nove) parcelas, respeitando-se o valor mínimo disposto no artigo 22 e as demais condições previstas no artigo 17 desta lei.

Parágrafo único. A postergação prevista neste artigo será mantida independente do resultado do acordo direto previsto nos artigos 13 e 14 desta lei.

Art. 19. Para fazer jus aos parcelamentos previstos nos artigos 17 e 18 desta Lei, o contribuinte deverá estar em dia com o recolhimento das Guias de Informação e Apuração do ICMS – GIA's, posteriores a 01 de janeiro de 2011.

Art. 20. O pedido de parcelamento deverá ser formalizado até 60 (sessenta) dias, a contar da data da vigência desta Lei, mediante requerimento a ser protocolizado na Agência da Receita Estadual – ARE do domicílio tributário do interessado, indicando todos os débitos que pretende parcelar.



§1º - A falta de pagamento da primeira parcela ou o inadimplemento de três parcelas consecutivas ou não, implica a rescisão imediata do parcelamento.

§2º - A falta de recolhimento do ICMS declarado através da GIA/ICMS mensal, no período de vigência do parcelamento, implica a rescisão imediata do mesmo.

§3º - A rescisão do parcelamento importará na exigência do saldo do crédito tributário, incluindo juros e multas, com inscrição em dívida ativa para cobrança judicial.

§4º - Para as dívidas ajuizadas, o pedido deverá ser instruído com comprovante de pagamento de custas processuais e dos honorários advocatícios ou da primeira parcela do acordo de parcelamento de honorários, estes limitados ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do débito tributário cobrado mediante execução fiscal, bem como apresentação de termo de penhora formalizado em juízo.

§5º - Para adesão ao parcelamento previsto nos artigos 17 e 18 desta Lei, em face da postergação contida no artigo 18, não serão aceitos os créditos oriundos de precatórios como garantia dos créditos tributários, devendo o contribuinte proceder a substituição das garantias nas execuções fiscais.

Art. 21. O crédito tributário parcelado e os honorários advocatícios estarão sujeitos:

I – a partir da segunda parcela, até a data do vencimento, a juros vincendos correspondentes ao somatório da taxa referencial do sistema especial de liquidação e de custódia – SELIC, aplicada sobre os valores do imposto e multa constantes da parcela até a data do efetivo pagamento;

II – a juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, sobre o valor da parcela paga em atraso, sem prejuízo disposto na alínea anterior.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 22. O valor de cada parcela do crédito tributário não será inferior a R\$ 1.000,00 (hum mil reais), devendo o pagamento da primeira parcela ser efetuado até o último dia útil do mês da adesão ao parcelamento e o das demais parcelas até o último dia útil dos meses subsequentes.

Art. 23. O contribuinte que antecipar a quitação integral, do parcelamento do crédito tributário obterá os seguintes benefícios sobre o saldo residual:

I – redução de 95% (noventa e cinco por cento) sobre a multa e 80% (oitenta por cento) dos juros sobre imposto e multa, para quitação integral em parcela única;

II – redução de 80% (oitenta por cento) sobre a multa e 45% (quarenta e cinco por cento) dos juros sobre imposto e multa, para quitação integral até 31 de dezembro de 2012;

III – redução de 70% (setenta por cento) sobre a multa e 30% (trinta por cento) dos juros sobre imposto e multa, para quitação integral até 31 de dezembro de 2013;

IV – redução de 50% (cinquenta por cento) sobre a multa e 20% (vinte por cento) dos juros sobre imposto e multa, para quitação integral até 31 de dezembro de 2014.

Parágrafo único. Este artigo não se aplica aos créditos tributários originários de autos de infração em que sejam exigidas as penalidades previstas nos incisos VII, VIII, IX, X, XI, XII, na alínea "a" do inciso XIII, na alínea "h" do inciso XV e nas alíneas "b" e "c" do inciso XVII, todos do § 1º do artigo 55 da Lei n. 11.580/1996, e as penalidades correlatas previstas nas leis orgânicas anteriores do ICMS.

Art. 24. Os parcelamentos que estejam em curso poderão ser rescindidos, a pedido do contribuinte, para que ocorra novo parcelamento nos termos desta legislação, com a perda dos benefícios antes concedidos, relativamente aos valores pendentes de recolhimento.



Art. 25. O contribuinte somente estará em situação regular, relativamente aos débitos parcelados, após o pagamento da primeira parcela, sob a condição resolutória de pagamento integral das demais parcelas, nos prazos fixados.

Art. 26. Os créditos tributários, objeto do parcelamento previsto nesta Lei, terão sua exigibilidade suspensa, nos termos do artigo 151, VI do Código Tributário Nacional.

CAPÍTULO IV

DA REMISSÃO

Art. 27. Ficam cancelados os créditos tributários relativos ao ICMS, cuja soma, por devedor, atualizada até 31 de dezembro de 2010, seja igual ou inferior a R\$10.000,00 (dez mil reais).

§1º - A autorização prevista neste artigo alcança o crédito tributário inscrito em dívida ativa, ajuizada ou não, e o lançamento de ofício, efetuados até 31 de dezembro de 2010.

§2º - Os procedimentos necessários para o cancelamento dos créditos tributários serão estabelecidos por ato do Poder Executivo.

§3º - O disposto neste artigo:

I - não autoriza a restituição ou compensação de valores eventualmente recolhidos;

II - não se aplica aos créditos tributários originários de autos de infração em que sejam exigidas as penalidades previstas nos incisos VII, VIII, IX, X, XI e XII, na alínea "a" do inciso XIII, na alínea "h" do inciso XV e nas alíneas "b" e "c" do inciso XVII, todos do parágrafo primeiro do artigo 55 da Lei nº 11580, de 14 de novembro de 1996, e as penalidades correlatas previstas nas leis orgânicas anteriores do ICMS.



Art. 28. A Lei Estadual nº 15.354, de 22 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Artigo 1º. Não estão sujeitos ao processo de execução fiscal os créditos tributários e não tributários, inscritos em Dívida Ativa, cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a:

I – 80 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná) na hipótese de créditos de natureza tributária, relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal – ICMS;

II – 30 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná) na hipótese de quaisquer outros créditos;”

“Artigo 1º-A. Salvo os créditos de relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal – ICMS, não estão sujeitos à inscrição em dívida ativa pela Secretaria de Estado da Fazenda, aqueles cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a 10 UPF/PR;”

“Artigo 5º – Fica autorizada a Secretaria de Estado da Fazenda a remittir automaticamente dívidas ativas cujo saldo restante seja igual ou inferior a 0,2 UPF/PR.”

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 29. A Lei Estadual nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Artigo 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios concessivos de benefícios fiscais na forma prevista em lei complementar a que se refere o artigo 155, inciso XII, alínea "g" da Constituição Federal.

§1º - Ao regulamentar a matéria tributária o Poder Executivo arrolará as hipóteses de imunidade e benefícios fiscais, observadas as disposições previstas:

- I - em tratados e convenções internacionais;
- II - em convênios celebrados ou ratificados na forma da lei complementar a que se refere o artigo 155, inciso XII, "g" da Constituição Federal.

§2º - A instituição de Programas de Recuperação Fiscal no Estado do Paraná dependerá de Lei específica para a sua implementação."

"Artigo

41.

.....

§2º - Tratando-se de crédito tributário ajuizado, o parcelamento será autorizado desde que haja bens em garantia ou fiança suficiente para liquidação do débito, ficando dispensada a garantia quando o valor do crédito tributário for parcelado em 06 (seis) parcelas, ou quando o valor do crédito tributário for inferior a 800 (oitocentas) Unidades Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPF/PR, e for parcelado em até 12 (doze) parcelas."

. •

Art. 30. Fica revogada a Lei Estadual nº 14.470/2004.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 31. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei através de decreto.

Art. 32. Esta lei entrará em vigor em 90 (noventa) dias de sua publicação.

Manoel Rangel
Manoel Rangel
ADEMAR TRAIANO
DEPUTADO ESTADUAL

[Signature]
[Signature]

[Signature]
[Signature]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda 11
de Plenário
DAO
14 DEZ. 2011

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 940/11

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, §4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, passando o projeto em análise a conter com o parágrafo abaixo, onde couber:

“§ 4º - Concorrendo interessados que ofereçam precatórios inscritos na mesma data ou partes de um mesmo precatório, preferirá aquele que possuir menor dívida tributária.”.

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 2011.

DEPUTADO ESTADUAL

Justificativa

A presente emenda visa alterar a regra de seleção por valor das dívidas privilegiando os menores devedores, diminuindo assim o passivo de devedores do Estado.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

15:44 14/12/2011 01:04:75 000 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda 12
Plenário
DAD
14 DEZ 2011

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 940/11

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno, importante a apresentação da presente Emenda Modificativa, passando os parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 20 do projeto em análise a ter os seguintes termos:

Art. 1º - Os parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 20 passam a contar com a seguinte redação:

§4º - Os honorários da procuradoria ficam limitados, incluindo todas as demandas que versam sobre os fatos geradores abrangidos no parcelamento a 1,0% (hum por cento) do valor do débito consolidado.

§5º - A apuração destes valores será efetuada pela Fazenda Estadual após consolidar o débito, que deverá notificar o contribuinte para o pagamento dos honorários em um prazo de 30 dias, facultando a este o parcelamento nas mesmas condições das previstas para o débito tributário.

§6º - No caso de rescisão do parcelamento, porém após já protocolado o requerimento do acordo constante do Capítulo II - Primeira Rodada de Negociação, desta Lei, poderá o contribuinte usufruir do acordo e seus benefícios.

Art. 2º - O caput do Art. 22 e seu parágrafo 1º passam a contar com a seguinte redação:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 22. O valor de cada parcela do crédito tributário não será inferior a R\$ 1.000,00 (hum mil reais), ressalvado o disposto no §4º do art.20 desta Lei, devendo o pagamento da primeira parcela ser efetuado até o último dia útil do mês da adesão ao parcelamento e o das demais parcelas até o último dia útil dos meses subsequentes.

§1º - Caso o disposto no caput do presente artigo alcance pessoas físicas, o valor mínimo de cada parcela será de R\$ 300,00 (trezentos reais).

Art. 3º Permanecem inalterados os demais dispositivos.

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 2011.

DEPUTADO ESTADUAL

Justificativa

A Procuradoria Geral do Estado, remunerada nos termos da Constituição Estadual, não necessita dos valores decorrentes de honorários para remunerar seus membros, razão pela qual, os valores inicialmente apresentados demonstram-se absurdos, necessitando de diminuição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda 12-A
de Plenário

DAP

14 DEZ. 2011

EMENDA SUPRESSIVA - PROJETO DE LEI N.º 940/11

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 1º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Supressiva, passando o art. 21 do projeto em análise a contar com redação nos termos seguintes:

"Art. 21. O crédito tributário parcelado e os honorários advocatícios estarão sujeitos a partir da segunda parcela, até a data do vencimento, a juros vincendos correspondentes ao somatório da taxa referencial do sistema especial de liquidação e de custódia - SELIC, aplicada sobre os valores do imposto e multa constantes da parcela até a data do efetivo pagamento."

2011.

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de


DEPUTADO ESTADUAL


Justificativa

Considerando a inconstitucionalidade decorrente de súmula do STF no que tange ao inciso II do artigo em análise, propomos a presente emenda supressiva.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda 13
Plenário
DAP

14 DEZ. 2011
Jus

EMENDA SUPRESSIVA - PROJETO DE LEI N.º ~~940/11~~
940/11

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, §1º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Supressiva, passando o art. 7º do projeto em análise a contar com redação nos seguintes termos, sem outros dispositivos acessórios:

"Art. 7º. Todos os atos convocatórios poderão ser revogados e substituídos por outros a qualquer tempo, através de Decreto do Poder Executivo, ou perderão vigor depois de escoado o prazo de vigência ou quando se esgotarem os recursos destinados àquela conciliação."

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 2011.


DEPUTADO ESTADUAL







15:44 14/12/2011 010477 DP ASSINADO UESB.0136 10 PIS046



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Justificativa

A presente emenda tem o escopo de eliminar critérios pessoais de classificação dos créditos, razão pela qual merece prosperar dentre os nobres pares.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 940/11

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, §4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, ao art. 12 deste projeto:

“Art. 12. É requisito para o deferimento, pela Câmara de Conciliação de Precatórios, que os créditos decorrentes de precatórios não estejam suspensos por decisão judicial, caso contrário, será aceito o requerimento, nos termos do art. 10, sem que a Câmara de Conciliação de Precatórios emita parecer, devendo esta, aguardar o deslinde final da demanda.

Parágrafo único - Não podem ser conciliados créditos sobre os quais incida constrição judicial de qualquer espécie, ou que foram dados em garantia de obrigação de qualquer natureza, salvo as previstas no art. 15, VII, desta Lei."

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 2011.

DEPUTADO ESTADUAL

Praça Nossa Senhora da Saleté s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Justificativa

A presente medida visa alterar texto encaminhado pelo Poder Executivo que restringe a aplicabilidade da norma de maneira excessiva, sanando tal ineficácia normativa, adequando o texto ao fim precípua de qualquer norma.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda 16
Plenário
DAP
14 DEZ 2011
[Assinatura]

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 940/11

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, apresenta-se a seguinte Emenda Modificativa, passando o art. 2º do projeto a contar com a seguinte redação:

“Art. 2º. Fica criada a Câmara de Conciliação de Precatórios, que funcionará no âmbito da Procuradoria Geral do Estado, composta por 01 (um) representante da Procuradoria do Estado do Paraná, 01 (um) representante da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR).”

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 2011.

[Assinaturas]
DEPUTADO ESTADUAL
[Assinatura]

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

[Assinatura]

15:44 14/12/2011 010460 NP 153261130 L551401100 00 153261130



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Justificativa

Tendo em vista a relevância do tema, necessária a presença de representantes da população, através do indicado da Assembleia Legislativa e de uma opinião técnica independente, através do representante da Ordem dos Advogados do Brasil.

Assim, requer-se apoio dos nobres parlamentares.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA ADITIVA - PROJETO DE LEI N.º 940/11

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, §3º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Aditiva, passando o art. 10 do projeto em análise a contar com redação nos seguintes termos:

⁴⁵³⁰ - A atualização dos valores dos precatórios deverá ser feita:

- a) Até a publicação da Emenda Constitucional nº 62/2009, na forma das decisões judiciais que os originaram, respeitados os índices de correção monetária, os juros a qualquer título e outras verbas ou penalidades eventualmente fixadas; e
- b) A partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 62/2009, até o efetivo pagamento, independentemente de sua natureza, pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e, para fins de compensação de mora, incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios.”

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 2011.

DEPUTADO ESTADUAL

Praca Nossa Senhora da Saleté s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Justificativa

Considerando que existem normas federais e constitucionais e ainda súmula vinculante acerca do tema, faz-se necessária a presente emenda.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda 18
PLENÁRIO
DAD

14 DEZ. 2011

EMENDA MODIFICATIVA ADITIVA - PROJETO DE LEI N.º 940/11



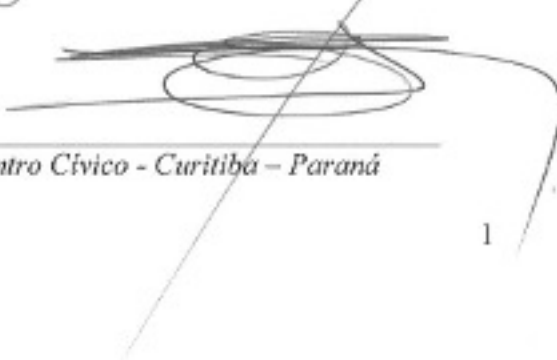
Com fulcro no que autoriza o artigo 137, §§ 3º e 4º do Regimento Interno indispensável a apresentação da presente Emenda Modificativa e Aditiva, passando o art. 5º do projeto em apreço a contar com redação modificada no seu parágrafo 2º e acrescido de parágrafo 3º:

“§2º - Para estabelecimento da cadeia dominial de sucessão do crédito, os instrumentos públicos de cessão devem ser apresentados nos autos judiciais que originaram a requisição de pagamento e deve ser efetuada a comunicação ao Tribunal de origem da entidade devedora, nos termos do § 14 do art. 100 da CF, alterada pela emenda nº 62/2009, mesmo que pelo último adquirente.

§3º o critério de preferência entre o cessionário e os credores se dará pelo que primeiro comunicou, a cessão, nos autos judiciais que originaram a requisição de pagamento. ”

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 2011.


DEPUTADO ESTADUAL




Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

15145 14/12/2011 010482 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda 19
PLENARIO
DAP

14 DEZ 2011
[assinatura]

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 940/11

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, §4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, passando o art. 11 do projeto em análise a contar com redação nos seguintes termos:

“§3º - A celebração do acordo para pagamento implicará a quitação integral do débito conciliado.”

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 2011.

[Assinatura]
DEPUTADO ESTADUAL

15:45 14/12/2011 010483 DP ASSINADO LEGISLATIVO DO PARANÁ

[Assinaturas]
Am. Am.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Emenda 20
PLENÁRIO
DAP

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 940/2011

14 DEZ 2011
Juo

De acordo com o que determina o artigo 137, §3º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, inclui-se o §4º ao art. 17 do Projeto de Lei nº 940/11 a contar com a seguinte redação:

Art.17. Os créditos relacionados ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, suas multas e demais acréscimos legais, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 30 de setembro de 2011, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive ajuizados, poderão ser pagos em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais consecutivas, observadas as condições desta lei.

(...)

§4º. Os créditos a que se refere o *caput* deste artigo, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 30 de setembro de 2011, não serão objetos de novos benefícios ou parcelamentos até o dia 31 de dezembro de 2014.

15:45 14/12/2011 010484 DP ASSUNTO 1161547100 00 070349

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.

CAÍTO QUINTANA
DEPUTADO ESTADUAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda 21
PLENÁRIO

DAP

14 DEZ. 2011

EMENDA ADITIVA - PROJETO DE LEI N.º 940/11

Inclua-se onde couber no projeto 940/11 os parágrafos abaixo:

§1º - Os pedidos de acordo serão apreciados segundo a ordem cronológica de inscrição do precatório objeto da conciliação, do mais antigo para o mais novo, respeitado o limite de recursos disponíveis para conciliação.

(...)

§4º - Os requerimentos deferidos, porém ainda sem recursos efetivamente depositados, aguardarão a disponibilidade destes para a devida amortização, ficando os débitos fiscais, objeto do pedido, com a exigibilidade suspensa desde a data do requerimento previsto no Art. 15, §1º desta Lei, nos moldes do artigo 151 do Código Tributário Nacional.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 2011.

DEPUTADO ESTADUAL

13445 14/12/2011 010485 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Justificativa

A presente emenda visa clarificar a ordem de apresentação e classificação dos créditos, a fim de evitar futuras discussões acerca do tema, razão pela qual merece ser acolhida.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda 22
PLENÁRIO
DAP

14 DEZ 2011
Jato

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 940/11




Conforme o disposto no art. 137, § 4º do Regimento Interno da Casa, o deputado que subscreve, apresenta emenda, passando o art. 27 a contar com redação conforme segue:

Art. 27 – Após a opção pelo parcelamento, previsto no artigo 18 e 19 desta lei, deverão ser suspensos todos os processos envolvendo estes fatos geradores, incluindo ações declaratórias, mandados de segurança, reconhecimento de grupo econômico, arresto, execução, embargos, enfim, todo e qualquer processo que tenha como objeto os fatos gerados parcelados.

Parágrafo único: Após a quitação dos débitos incluídos no parcelamento as partes deverão, no prazo de 60 (sessenta) dias desistir de todos os processos previstos no caput, sem ônus para qualquer das partes, salvo custas processuais que serão pagas pelo contribuinte e os honorários previstos no §4º do artigo 20.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 2011.


DEPUTADO ESTADUAL




Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

15:45 14/12/2011 010456 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE AGRICULTURA

Emenda 22ª
PLENÁRIO
DAP

14 DEZ 2011
JUN

PROJETO DE LEI Nº 940/2011

Súmula: REGULAMENTA O ACORDO DIRETO DE
PRECATÓRIOS E ESTABELECE POLÍTICAS
FAZENDÁRIAS

Autoria: Poder Executivo

EMENDA SUPRESSIVA E CORRETIVA AO PROJETO DE LEI Nº 940/2011 -

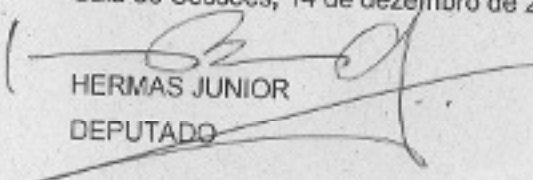
Nº.....

De acordo com os artigos 136 e seguintes do Regimento Interno, apresenta-se a seguinte emenda ao Projeto de Lei nº 940/2011:

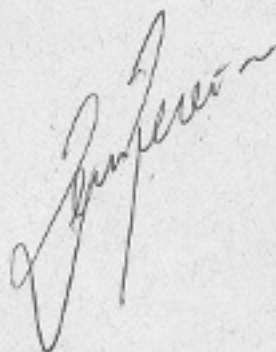
O artigo 30 será suprimido do Projeto de Lei.

O artigo 31 passará a ser identificado como 30, bem como, o artigo 32, passará a ser identificado como 31.

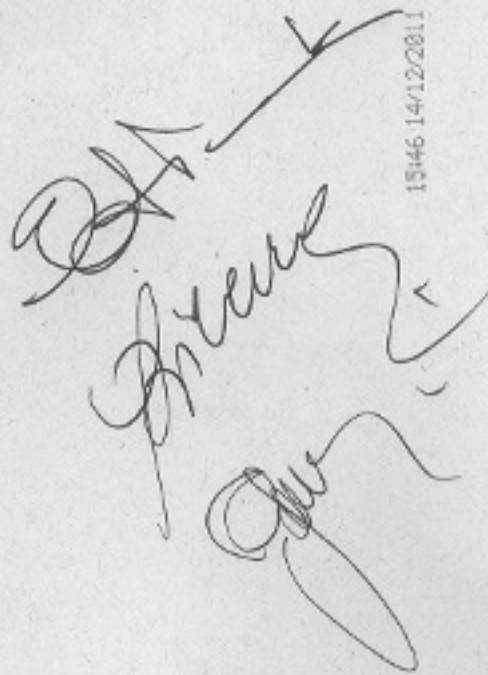
Sala de Sessões, 14 de dezembro de 2011


HERMAS JUNIOR
DEPUTADO

DEMAIS AUTORES:



Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora do Salete, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504-170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br



15:46 14/12/2011 010467 DP RESOLUÇÃO LEGISLATIVA DO PRON



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE AGRICULTURA

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei que pretende instituir Acordos Diretos de Precatórios e outras Políticas Fazendárias, por certo, atende o estatuído no artigo 96, Parágrafo 8, III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que prevê a hipótese, desde que estatuído por lei específica, como é o caso.

Entendeu-se inoportuna e sem justificativa plausível da Mensagem, no que toca a revogação da Lei n. 14470/2004, que trata da possibilidade de pagamento do Imposto Sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, com precatórios de natureza alimentícia. O Projeto de Lei em questão não colide com a possibilidade de compensação de créditos alimentícios com o Imposto Sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, o que, por certo, trata de um benefício ao cidadão e forma eficiente de para minorar os créditos do Estado perante o contribuinte-credor.

Transcreve-se a lei em comento para melhor esclarecimento:

Art. 1º. Fica autorizado o pagamento do Imposto Sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, criado pela Lei nº 8.927, de 28 de dezembro de 1988, alterada pela Lei nº 10.064, de 17 de julho de 1992, com precatórios de natureza alimentícia.

§ 1º. Ficam habilitados, a serem beneficiados pelo imposto no caput deste artigo, os portadores titulares de precatórios de natureza alimentícia decorrente de salários, vencimentos, proventos, honorários

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Salette, s/n
Gab. Dep. Hermes Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80.530-911
www.hermesjunior.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE AGRICULTURA

advocáticos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez.

§ 1º. Ficam habilitados a serem beneficiados pelo disposto no caput deste artigo, os titulares de precatórios de natureza alimentícia ou objeto de cessão de direitos decorrentes de salários, vencimentos, proventos, honorários advocáticos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez.

(Redação dada pela Lei 14651 de 23/02/2005)

§ 2º. O precatório de natureza alimentícia, para fins de pagamento, deverá ser expedido, processado e registrado pelo Tribunal competente, não podendo sobre aquele haver pendência de recurso judicial, com efeito suspensivo, em favor da Fazenda Estadual.

§ 3º. O precatório de natureza alimentícia terá seu valor atualizado monetariamente e com a incidência de juros até a data do pagamento, respeitando-se os critérios da sentença judicial.

Art. 2º. ...Vetado...



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE AGRICULTURA

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 26 de julho de 2004.

Dessa forma, tendo em vista que a emenda ora apresentadas tem por condão acompanhar preceitos constitucionais e o benefício ao cidadão, com respeito à política fazendária do Estado, pede apoio aos nobres Pares para aprová-las.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
GABINETE DO DEPUTADO HERMAS JUNIOR

Emenda 23
PLENÁRIO
DAP
14 DEZ 2011
Tur

PROJETO DE LEI Nº 940/2011

Súmula: REGULAMENTA O ACORDO DIRETO DE
PRECATÓRIOS E ESTABELECE POLÍTICAS
FAZENDÁRIAS

Autoria: Poder Executivo

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 940/2011 - Nº.....

De acordo com os artigos 136 e seguintes do Regimento Interno, apresenta-se a seguinte emenda ao Projeto de Lei nº 940/2011:

Os incisos I e II do artigo 13 passará a ter a seguinte redação:

I. admitirá a habilitação dos credores originários de precatórios requisitórios não pagos e inscritos até o orçamento do ano de 2010, que possuam débitos de ICMS com a Fazenda Pública Estadual e que tenham celebrado termo de acordo de parcelamento previsto no artigo 19 desta Lei, respeitados os privilégios dos créditos e a ordem cronológica de inscrição ou de protocolo;

II. admitirá a habilitação de cessionários de créditos de precatórios requisitórios não pagos e inscritos até o orçamento do ano de 2010, cuja cessão de direitos tenha sido celebrada até 9 de dezembro de 2009, data da promulgação da Emenda Constitucional nº 62/2009, e que tenham celebrado termo de acordo de parcelamento previsto no artigo 19 desta Lei, respeitados eventuais privilégios, a ordem cronológica de inscrição ou de protocolo;"

Sala de Sessões, 14 de dezembro de 2011

HERMAS JUNIOR
DEPUTADO

DEMAIS AUTORES

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Salete, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33604170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br

1546 14/12/2011 010488 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE AGRICULTURA

PROJETO DE LEI Nº 940/2011

Emenda 24
Plenário
DAP

14 DEZ 2011
Hermas Junior

Súmula: REGULAMENTA O ACORDO DIRETO DE
PRECATÓRIOS E ESTABELECE POLÍTICAS
FAZENDÁRIAS

Autoria: Poder Executivo

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 940/2011 - Nº.....

De acordo com os artigos 136 e seguintes do Regimento Interno, apresenta-se a seguinte emendas ao Projeto de Lei nº 940/2011:

Ao artigo 3º, será acrescido um parágrafo, com a seguinte redação:

"§ 4º - ao credor que declarar ser carente, na acepção jurídica do termo e assim o reclamar perante a CCP, ser-lhe-á nomeado defensor público para acompanhar os termos do acordo direto e instruí-lo sobre os benefícios e riscos do acordo;"

Curitiba, 14 de dezembro de 2011

HERMAS JUNIOR

DEPUTADO ESTADUAL

DEMAIS AUTORES:

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Salette, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33604170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br

1546 14/12/2011 09:04:59 Nº 9514111 LEGISLADOR DE PRONTO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
GABINETE DO DEPUTADO HERMAS JUNIOR

Emenda 25
Plenário
DAP
14 DEZ 2011
Jao

PROJETO DE LEI Nº 940/2011

Súmula: REGULAMENTA O ACORDO DIRETO DE
PRECATÓRIOS E ESTABELECE POLÍTICAS
FAZENDÁRIAS

Autoria: Poder Executivo

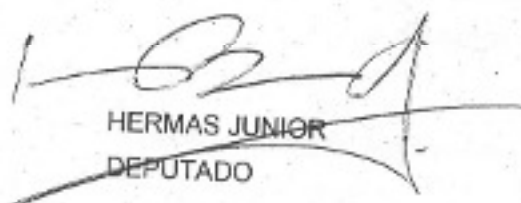
EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 940/2011 - Nº.....

De acordo com os artigos 136 e seguintes do Regimento Interno, apresenta-se a seguinte emenda ao Projeto de Lei nº 940/2011:

Os incisos I, II e III do artigo 7º do Projeto de Lei nº 940/2011 passarão a ter a seguinte redação:

- I. ser revogado e substituído por outro, a qualquer tempo, desde que por ato devidamente motivado pela autoridade competente, ou perderá vigor depois de escoado o prazo de vigência ou quando se esgotarem os recursos destinados àquela conciliação;
- II. estabelecer parâmetros diferenciados de conciliação, de acordo com a natureza e o valor do crédito, a natureza da demanda que originou o crédito, ano de inscrição do precatório no orçamento estadual, dentre outros, podendo combiná-los entre si, respeitada na ordem de conciliação os privilégios a eles referentes, a ordem cronológica de inscrição dos créditos ou a ordem cronológica de protocolos;
- III. delimitar o universo de créditos a serem objeto de uma rodada de conciliação, desde que respeitada na ordem de conciliação os privilégios a eles referentes, a ordem cronológica de inscrição dos créditos ou a ordem cronológica de protocolos;"

Sala de Sessões, 14 de dezembro de 2011


HERMAS JUNIOR
DEPUTADO

DEMAIS AUTORES:



Edifício Pres. Tancredio Neves
Praça Nossa Senhora da Saúde, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br



15446 14/12/2011 09:04:50 39 63346110 1143400100 00 10/04/2014



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
GABINETE DEPUTADO HERMAS JUNIOR

PROJETO DE LEI Nº 940/2011

Súmula: REGULAMENTA O ACORDO DIRETO DE PRECATÓRIOS E ESTABELECE POLÍTICAS FAZENDÁRIAS

Autoria: Poder Executivo

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 940/2011 - Nº.....

De acordo com os artigos 136 e seguintes do Regimento Interno, apresenta-se a seguinte emenda ao Projeto de Lei nº 940/2011:

O Parágrafo Único do artigo 16 passará a ter a seguinte redação:

“As condições, os documentos e o procedimento previstos no *caput* vinculam-se exclusivamente à primeira rodada de conciliação, podendo ser alterados por ato do Chefe do Poder Executivo, respeitados os princípios da preferência dos créditos, da ordem cronológica de inscrição, da ordem cronológica dos protocolos, nos termos desta lei e da legislação correlatas, para as próximas rodadas de conciliação;

Sala de Sessões, 14 de dezembro de 2011

HERMAS JUNIOR
DEPUTADO

DEMAIS AUTORES:

E
 Prag
 Gab. De
 C

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Salette, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr – 3. Andar – sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br

Finwick

15:48 14/12/2011 01:049: NT 164810 11022171 987:51



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

GABINETE DEPUTADO HERMAS JUNIOR

Emenda
PLENÁRIO
27

PROJETO DE LEI Nº 940/2011

Súmula: REGULAMENTA O ACORDO DIRETO DE
PRECATÓRIOS E ESTABELECE POLÍTICAS
FAZENDÁRIAS

DAP

14 DEZ 2011
[Signature]

Autoria: Poder Executivo

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 940/2011 - Nº.....

De acordo com os artigos 136 e seguintes do Regimento Interno, apresenta-se a seguinte emenda ao Projeto de Lei nº 940/2011:

O Parágrafo Único do artigo 14 passará a ter a seguinte redação:

"Os requerimentos serão analisados sucessivamente, conforme as eventuais preferências, a ordem cronológica dos créditos entre si ou a ordem cronológica de protocolo e respeitarão o limite de recursos disponíveis para conciliação;"

Sala de Sessões, 14 de dezembro de 2011

[Signature]
HERMAS JUNIOR
DEPUTADO

DEMAIS AUTORES:

[Signature]

Edifício Pres. Tancredi Neves
Praça Nossa Senhora da Saúde, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br

[Signature]
[Signature]
[Signature]

15:49 14/12/2011 01:0492 000 055661134 1111111111 01 113040



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda
Plenário 28
DAP

Emenda modificativa ao projeto de Lei nº. 9492011

14 DEZ 2011
[Signature]

Art. 1º. Altera o art. 24 do Projeto de Lei 940/2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24. Os parcelamentos que estejam em curso poderão ser rescindidos, a pedido do contribuinte, para que ocorra novo parcelamento nos termos desta legislação, com a perda dos benefícios antes concedidos, relativamente aos valores pendentes de recolhimento.

§1.º Aos parcelamentos mantidos nos termos da Lei n.º 15.290, de 22 de setembro de 2006, ficam preservadas as parcelas mensais e sucessivas determinadas em função do percentual calculado sobre a receita bruta mensal, nos termos do seu art. 3º.

§2.º Aos parcelamentos mantidos nos termos da Lei n.º 15.290, de 22 de setembro de 2006, não se aplica o critério temporal de números de parcelas, prevalecendo, a qualquer tempo, exclusivamente o critério contido no seu art. 3º.

§3.º O Poder Executivo baixará decreto regulamentando o disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo."

[Signature]
NELSON GARCIA
Deputado Estadual

[Signature]

[Signature]

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

15:50 14/12/2011 01:04:94 DP ASSUNTO LEGISLATIVO DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

GABINETE DEPUTADO HERMAS JUNIOR

Emenda
Plenário
29

DAP

4 DEZ 2011

PROJETO DE LEI Nº 940/2011

Súmula: REGULAMENTA O ACORDO DIRETO DE
PRECATÓRIOS E ESTABELECE POLÍTICAS
FAZENDÁRIAS

Autoria: Poder Executivo

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 940/2011 - Nº.....

De acordo com os artigos 136 e seguintes do Regimento Interno, apresenta-se a seguinte emenda ao Projeto de Lei nº 940/2011:

O artigo 9º passará a ter a seguinte redação:

"Para celebração do Acordo Direto previsto nesta lei, os créditos alimentares terão prioridade sobre os demais créditos, obedecida a ordem cronológica entre os mesmos, desde que o valor estipulado no ato convocatório assim o permita;"

Sala de Sessões, 14 de dezembro de 2011

HERMAS JUNIOR
DEPUTADO

DEMAIS AUTORES:

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Salete, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br

15449 14/12/2011 010435 000 ASSUNTO: LEGISLAÇÃO DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA MODIFICATIVA

Ao Projeto de Lei n.º 940/2011

Emenda 30
Plenário
DAP
14 DEZ 2011

O artigo 3º do Projeto de Lei n.º 940/2011, passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º – Participará da conciliação **o credor ou seu representante legal**, devidamente munido de procuração, contendo os poderes da cláusula *ad judicium*, com firma reconhecida, e ainda os poderes específicos para transigir e dar quitação, mencionando o processo e o precatório objeto da conciliação.

Sala das Sessões, 14 de dezembro 2011.

Paranhos

Deputado Estadual – PSC

Roni Pereira

Deputado Estadual – PSB

Gilberto Ribeiro

Deputado Estadual – PSB

Hermes Brandão Júnior

Deputado Estadual – PSB

Pastor Edson Praczik

Deputado Estadual – PRB

Gilson Souza

Deputado Estadual – PSC



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA MODIFICATIVA AO PL 940/2011

Emenda
Plenário 31
DAP

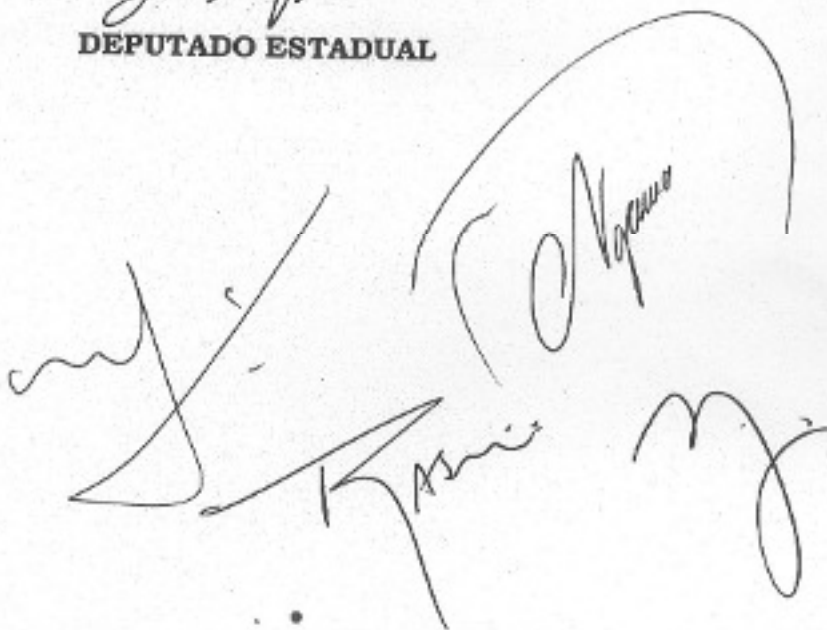
14 DEZ 2011
[assinatura]

Art. 1º - O art. 26 do projeto 940/2011, que tramita nesta Casa, passa a contar com redação nos seguintes termos:

Art. 26. Os créditos tributários, objeto do parcelamento e do requerimento previsto nesta Lei, terão sua exigibilidade suspensa, nos termos do artigo 151, VI do Código Tributário Nacional.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2011.


DEPUTADO ESTADUAL



15:50 14/12/2011 018496 009 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 940/11

Emenda
Plenário 32
JAP

14 DEZ 2011
[Assinatura]

O parágrafo único do art. 7º do projeto 940/11 passa a contar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. As delimitações de que tratam os incisos II e III do *caput* somente se farão por meio de utilização de parâmetros gerais e abstratos, tais como a natureza do crédito, seu valor, a natureza da demanda que o originou, ou parâmetro que objetive concretizar políticas de administração fazendária."

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 2011.

DEPUTADO ESTADUAL

Justificativa

Esta emenda visa adequar a remissão havida no parágrafo ora alterado para que sejam adequados os critérios de especificação relativos aos créditos objeto de negociação.



Assembleia Legislativa do Estado do
Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 940/11

Emenda
Plenário 33
DAP
14 DEZ 2011
Joa

Conforme o artigo 137, §4º do Regimento Interno, os deputados que o presente subscrevem, apresentam Emenda Modificativa, passando os incisos III e IV do art. 13 do projeto em análise a contar com redação nos seguintes termos:

"III – terá como limite global de recursos o montante necessário para atender ao pagamento dos acordos diretos protocolados na presente rodada, observado o disposto no artigo 7º, I, retro e desde que atendam as exigências contidas nesta Lei.

IV – terá como limite máximo individual de pagamento o montante líquido suficiente para a quitação da parcela postergada prevista no artigo 18, após as retenções previdenciárias e tributárias previstas em sentença."

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 2011.


DEPUTADO ESTADUAL
CESAR S. FILHO







15:51 14/12/2011 01:04:56 MP ASSINADO LEGISLADOR DO PARANÁ

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda 34
Plenário
DAP

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 940/11

14 DEZ 2011
[Assinatura]

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Assembleia, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, passando o caput do art. 21 do projeto em análise a contar com redação nos seguintes termos:

"Art. 21. Os créditos tributários parcelados nos termos desta Lei, e os honorários advocatícios decorrentes independem da apresentação de garantias, mesmo no caso de débitos já ajuizados. Porém, ficam mantidas as garantias de imóveis e de precatórios já com termo de penhora formalizado, ressalvadas as liberações previstas no art. 26, parágrafo único desta Lei e estarão sujeitos: "

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 2011.

[Assinatura]
DEPUTADO ESTADUAL

15:51 14/12/2011 01:04:99 DAP ASSEMBLEIA DO LEGISLATIVO DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda 35
Plenário

DAP

14 DEZ 2011
[Assinatura]

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 940/11

Com fulcro no que autoriza o artigo 137,

§ 4º do Regimento Interno da ALEP, apresenta-se a presente Emenda Modificativa, passando o parágrafo 2º do art. 22 do projeto a ter o seguinte formato:

§2º - Após o pagamento da primeira parcela do parcelamento previsto no art. 17 e 18 desta Lei, serão de imediato liberados todos os alertas judiciais (art. 615-A do CPC), todas as penhoras, bloqueios ou depósitos judiciais: faturamento; valores monetários (BACENJUD); recebíveis; duplicatas ou cartões de crédito; estoques e veículos quando substituídos por garantias em imóveis equivalentes a 150% (cento e cinquenta por cento) dos valores liberados.

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de

2011.

DEPUTADO ESTADUAL

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

15:51 14/12/2011 010500 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda
PLENÁRIO 38
DAP
14 DEZ 2011
lu

940/11

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 940/11

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, passando o art. 23 do projeto em análise a contar com redação nos seguintes termos:

"Art. 23. O contribuinte que efetivar a quitação, do parcelamento do crédito tributário obterá os seguintes benefícios:

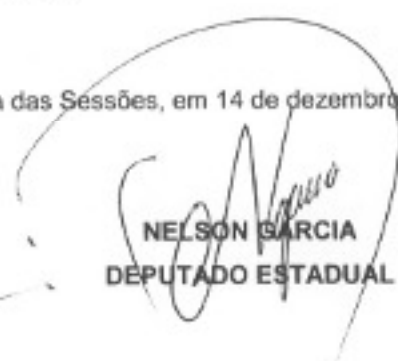
I - em parcela única, com redução de até noventa e cinco por cento das multas punitivas e moratórias e, de oitenta por cento dos juros de mora;




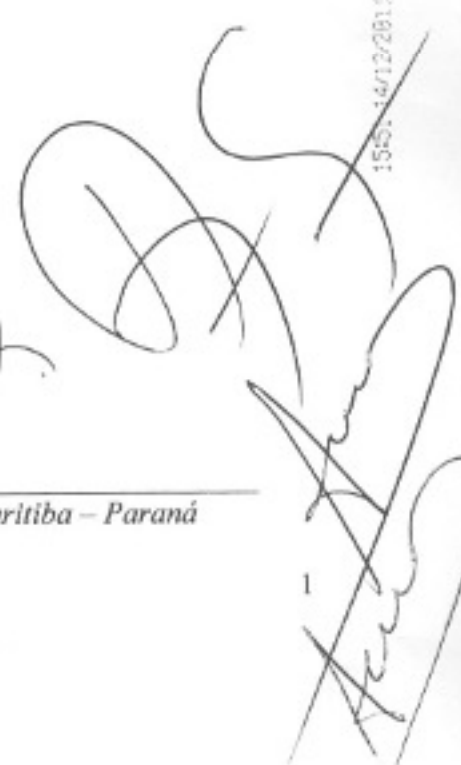

II - em até sessenta parcelas mensais e sucessivas, com redução de oitenta por cento das multas punitivas e moratórias e, de sessenta por cento dos juros de mora; ou

III - em até cento e vinte parcelas mensais e sucessivas, com redução de sessenta e cinco por cento das multas punitivas e moratórias e, de cinquenta por cento dos juros de mora.

Parágrafo único. Este artigo não se aplica aos créditos tributários originários de autos de infração em que sejam exigidas as penalidades previstas nos incisos VII, VIII, IX, X, XI, XII, na alínea "a" do inciso XIII, na alínea "h" do inciso XV e nas alíneas "b" e "c" do inciso XVII, todos do § 1º do artigo 55 da Lei n. 11.580/1996, e as penalidades correlatas previstas nas leis orgânicas anteriores do ICMS."

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 2011.


NELSON GARCIA
DEPUTADO ESTADUAL






Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda 37
Plenário

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 940/11

DAP
14 DEZ 2011
Jun

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, passando os arts. 17 e 19 do projeto em análise a contar com redação nos seguintes termos:

Art. 1º - O Art. 17 do projeto de lei em análise passa a contar com a seguinte redação:

Art. 17. Os créditos tributários relacionados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e Imposto de Transmissão *causa mortis* e Doações – ITCMD, suas multas e demais acréscimos legais, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 30 de setembro de 2011, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive ajuizados, poderão ser pagos em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais consecutivas, observadas as condições desta lei.

§1º - O débito será consolidado na data do pedido do parcelamento, com todos os acréscimos legais vencidos previstos na legislação vigente na data dos respectivos fatos geradores da obrigação tributária.

§2º - Poderão ser incluídos na consolidação os valores espontaneamente denunciados pelo contribuinte ao fisco, decorrentes de infrações relacionadas a fatos geradores ocorridos até 30 de setembro de 2011.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

[Assinatura]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

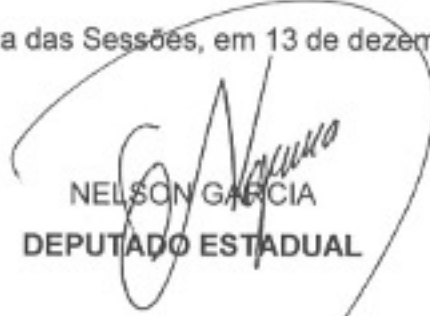
§3º - O pedido de parcelamento importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais e expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais incluídos no pedido por opção do contribuinte.







Art. 2º - O Art. 19 do projeto de lei em análise passa a contar com a seguinte redação:

"Art. 19. Para fazer jus aos parcelamentos previstos nos artigos 17 e 18 desta Lei, o contribuinte deverá estar em dia com o recolhimento das Guias de Informação e Apuração do ICMS – GIA's, posteriores a 01 de novembro de 2011."

Art. 3º - Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 2011.


NELSON GARCIA
DEPUTADO ESTADUAL







Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda 38
PLENÁRIO

DAP

14 DEZ 2011

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 940/11

Os deputados que o presente subscrevem apresentam a seguinte Emenda Modificativa, passando os arts. 2º e 11 do projeto em comento a contar com a seguinte redação:

Art. 1º - O art. 2º do Projeto de Lei em comento, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. Fica criada a Câmara de Conciliação de Precatórios, que funcionará no âmbito da Procuradoria Geral do Estado, composta por 01 (um) representante da Procuradoria do Estado do Paraná e 01 (um) representante da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

§1º Os integrantes da Câmara de Conciliação de Precatórios serão indicados pelos respectivos órgãos e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo.

§2º - A Câmara de Conciliação de Precatórios é o órgão competente para propor o ato convocatório de conciliação e emitir parecer conclusivo.

§ 3º - Os pareceres conclusivos da Câmara de Conciliação de Precatórios terão força vinculativa e serão emitidos após a análise dos requerimentos.”

Art. 2º - O Art. 11 do Projeto de Lei em comento, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11. Preenchidos todos os requisitos intrínsecos e formais, a Câmara de Conciliação de Precatórios apresentará parecer conclusivo sobre o requerimento, na forma do §2º do art. 2º, e encaminhará ao Procurador-Geral do Estado para a celebração do termo de acordo será encaminhado ao Tribunal competente, que homologará o acordo e realizará os pagamentos devidos.

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

15452 14/12/2011 010503 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Eg 1



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

§1º - O pagamento será feito com os recursos financeiros destinados especificamente à conciliação, oriundos do repasse constitucional previsto no artigo 97, § 6º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§2º - Quando do levantamento do montante, devem ser observadas as regras referentes às retenções e recolhimentos previdenciários e tributários fixados em sentença, inclusive o montante devido a título de custas judiciais.

§3º - A celebração do acordo para pagamento implicará a quitação integral do débito conciliado e renúncia a qualquer discussão acerca dos critérios de cálculo do percentual apurado e do valor devido.

Art. 3º - Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 2011.



DEPUTADO ESTADUAL





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda 39
Pleatório
DAP
14 DEZ 2011
Jus

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 940/2011.

Súmula: Altera o caput do artigo 3º do Projeto de Lei 940/2011 que Regulamenta o Acordo Direto de Precatórios e estabelece Políticas Fazendárias.

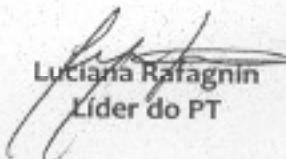
Art. 1º Altera o caput artigo 3º, do Projeto de Lei 940/2011, que Regulamenta o Acordo Direto de Precatórios e estabelece Políticas Fazendárias, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º. Participará da conciliação o credor, pessoalmente ou por meio de advogado, devidamente munido de procuração, contendo os poderes da cláusula *ad judicia*, com firma reconhecida, e ainda os poderes específicos para transigir e dar quitação, mencionando o processo e o precatório objeto da conciliação."

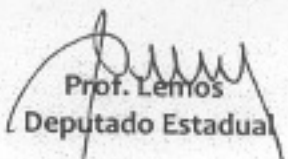
Sala das sessões, 14 de dezembro de 2011.

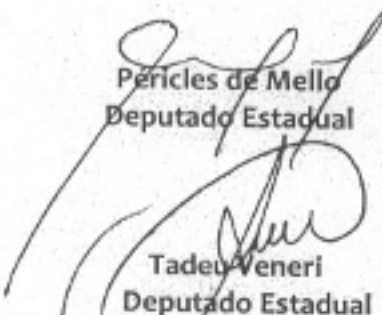

Enio Verri
Líder da Oposição


Elton Welter
Deputado Estadual


Luciana Rafagnin
Líder do PT


Pericles de Mello
Deputado Estadual


Prof. Lemos
Deputado Estadual


Tadeu Veneri
Deputado Estadual


Toninho Wandscheer
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda 40
PLENÁRIO
DAP
14 DEZ 2011

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI N.º 940/11.


Súmula: Inclui o artigo 17 ao Capítulo II do Projeto de Lei 940/11, que Regulamenta o Acordo Direto de Precatórios e estabelece Políticas Fazendárias.

Art. 1º. Inclui o artigo 17 ao Capítulo II do Projeto de Lei 940/11, que Regulamenta o Acordo Direto de Precatórios e estabelece Políticas Fazendárias, que passa a vigorar com a seguinte redação:

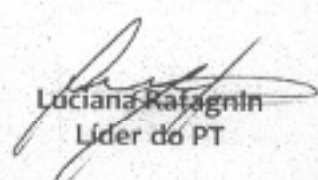
“Art.17º. A CCP enviará a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná relatório bimestral com os termos de acordo firmados entre a Procuradoria-Geral do Estado e os credores.”


Art. 2º. Os artigos subsequentes ficam renumerados.

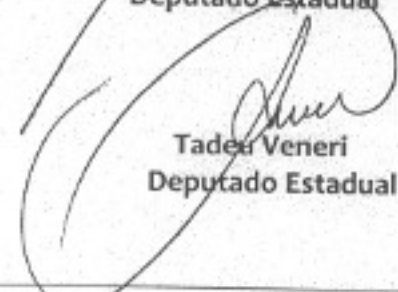
Sala das sessões, 28 de novembro de 2011.

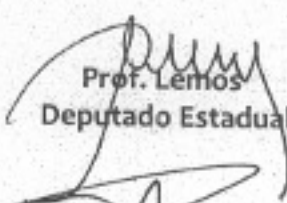

Enio Verri
Líder da Oposição


Elton Welter
Deputado Estadual


Luciana Ratagnin
Líder do PT


Pericles de Mello
Deputado Estadual


Tadeu Veneri
Deputado Estadual


Prof. Lemos
Deputado Estadual


Toninho Wandscheer
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda 41
Plenário

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 940/2011.

14 DEZ 2011
DAP

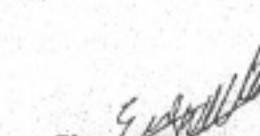
Súmula: Altera o caput do artigo 4º do Projeto de Lei 940/2011 que Regulamenta o Acordo Direto de Precatórios e estabelece Políticas Fazendárias.

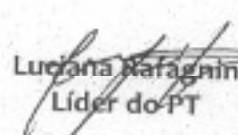
Art. 1º Altera o caput do artigo 4º do Projeto de Lei 940/2011, que Regulamenta o Acordo Direto de Precatórios e estabelece Políticas Fazendárias, que passa a vigorar com a seguinte redação:

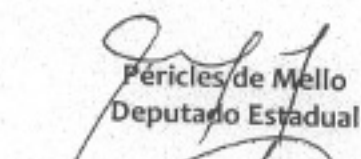
“Art. 4º. O cessionário, o inventariante, o herdeiro, e o cônjuge supérstite do credor original do precatório poderão participar da conciliação.”

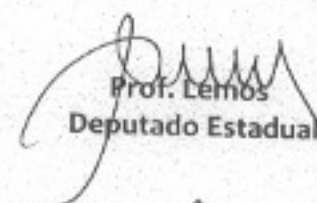
Sala das sessões, 14 de dezembro de 2011.

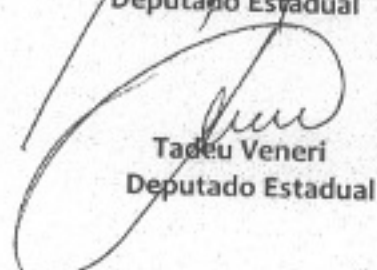

Enio Verri
Líder da Oposição

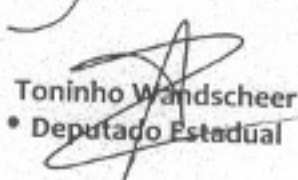

Elton Welter
Deputado Estadual


Luciana Paraguan
Líder do PT


Péricles de Mello
Deputado Estadual


Prof. Lemos
Deputado Estadual


Tadeu Veneri
Deputado Estadual


Toninho Wandscheer
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda
Plenário 42
DAP
14 DEZ 2011
JW


EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 940/2011.

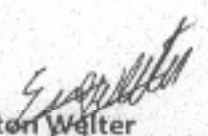
Súmula: Altera o caput do artigo 14º do Projeto de Lei 940/2011 que Regulamenta o Acordo Direto de Precatórios e estabelece Políticas Fazendárias.

Art. 1º Altera o caput do artigo 14º do Projeto de Lei 940/2011, que Regulamenta o Acordo Direto de Precatórios e estabelece Políticas Fazendárias, que passa a vigorar com a seguinte redação:

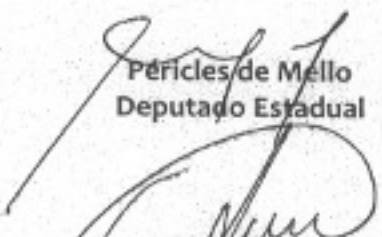
“Art. 14º. Para ingressar na primeira rodada de conciliação, os interessados deverão apresentar requerimento com proposta de deságio mínimo de 30% (trinta por cento) do montante do crédito oferecido, consideradas as exclusões previstas no caput do art. 5º desta Lei.

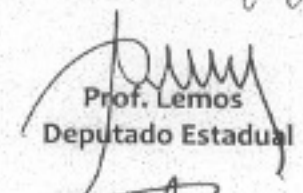
Sala das sessões, 14 de dezembro de 2011.

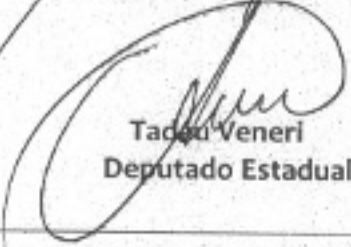

Enio Verri
Líder da Oposição

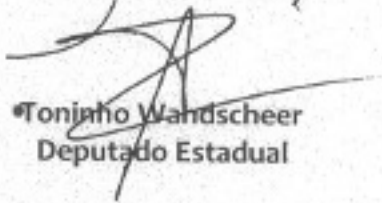

Elton Welter
Deputado Estadual


Luciana Ratinho
Líder do PT


Péricles de Mello
Deputado Estadual


Prof. Lemos
Deputado Estadual


Tadeu Veneri
Deputado Estadual


Toninho Wandscheer
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda 43
Plenário

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 940/11

Dap

14 DEZ 2011
[Assinatura]

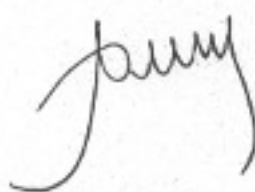
Com supedâneo no que dispõe o artigo 137 do Regimento Interno, fica apresentada a presente Emenda Modificativa, passando o art. 12 a contar com a seguinte redação:

"Art. 12. Não podem ser objeto de conciliação os créditos decorrentes de precatórios suspensos por decisão judicial.

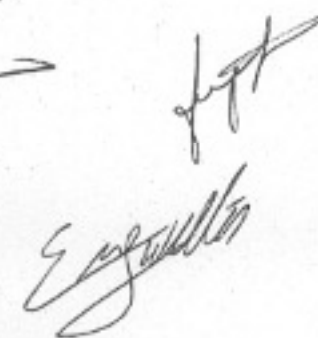
Parágrafo único. Não podem ser conciliados créditos sobre os quais incida constrição judicial exceto se a conciliação tiver como finalidade o pagamento dos débitos e créditos tributários, conforme previsto nos parcelamentos dos artigos 18 e 19 desta Lei e desde que a constrição judicial tenha sido deferida em favor do Estado do Paraná."

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 2011.


DEPUTADO ESTADUAL









Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

15/53 14/12/2011 01:05:08 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Emenda 44
PLENÁRIO
DAP

14 DEZ 2011
[Assinatura]

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 940/2011.

Súmula: Altera o § 1º do artigo 15 e o caput do artigo do Projeto de Lei 940/2011 que Regulamenta o Acordo Direto de Precatórios e estabelece Políticas Fazendárias.

Art. 1º Altera o § 1º do artigo 15 do Projeto de Lei 940/2011, que Regulamenta o Acordo Direto de Precatórios e estabelece Políticas Fazendárias, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º. Os requerimentos deverão ser protocolizados no prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação do edital de convocação, o que será feito pela Secretaria de Estado da Fazenda após o encerramento do prazo previsto no art. 20 desta Lei.”

Art. 2º Altera o caput do artigo 16 do Projeto de Lei 940/2011, que Regulamenta o Acordo Direto de Precatórios e estabelece Políticas Fazendárias, que passa a vigorar com a seguinte redação:

•



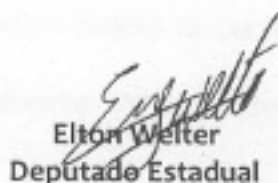
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

"Art. 16. Após o prazo de que trata o artigo 20 a Secretaria de Estado da Fazenda fará publicar edital de convocação para a primeira rodada de conciliação que obedecerá o disposto nesta Lei."

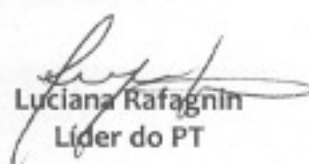
Sala das sessões, 14 de dezembro de 2011.



Erio Verri
Lider da Oposição



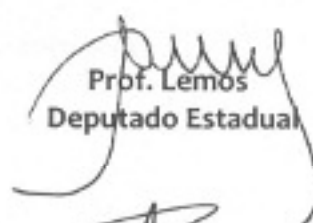
Elton Welter
Deputado Estadual



Luciana Rafagnin
Lider do PT



Péricles de Mello
Deputado Estadual



Prof. Lemos
Deputado Estadual

Tadeu Veneri
Deputado Estadual



Toninho Wandscheer
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda 15
Plenário

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 940/2011.

DAP


14 DEZ 2011

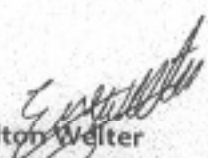
Súmula: Altera o parágrafo único do artigo 14º do Projeto de Lei 940/2011 que Regulamenta o Acordo Direto de Precatórios e estabelece Políticas Fazendárias.

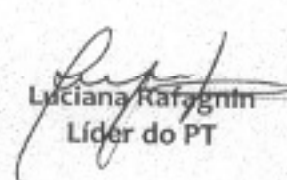
Art. 1º Altera o parágrafo único do artigo 14º do Projeto de Lei 940/2011, que Regulamenta o Acordo Direto de Precatórios e estabelece Políticas Fazendárias, que passa a vigorar com a seguinte redação:

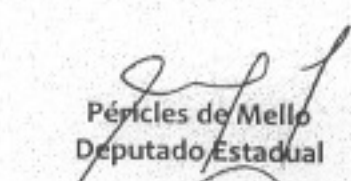
“Parágrafo único. Os requerimentos que atenderem aos requisitos previstos nesta Lei serão classificados conforme a antiguidade dos precatórios, de forma que os mais antigos sobrepõem os mais recentes, respeitado o limite de recursos disponíveis para conciliação.”

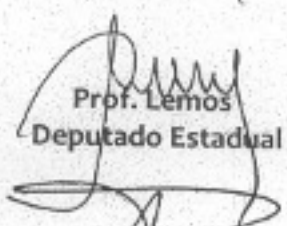
Sala das sessões, 14 de dezembro de 2011.

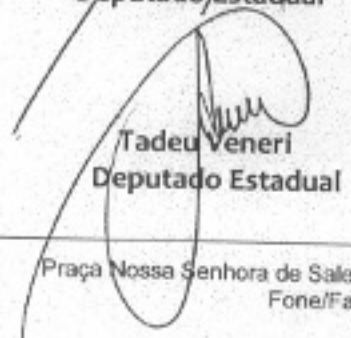

Elio Verri
Líder da Oposição

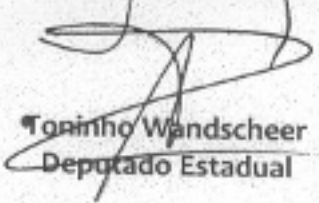

Elton Welter
Deputado Estadual


Luciana Rangelin
Líder do PT


Péricles de Mello
Deputado Estadual


Prof. Lemos
Deputado Estadual


Tadeu Veneri
Deputado Estadual


Toninho Wandscheer
Deputado Estadual

Praça Nossa Senhora de Salette, s/n – Curitiba/PR – CEP: 80.530-911
Fone/Fax: (41) 3350-4000

15:54 14/12/2011 010510 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Emenda 46
PLev'n'cio
DAP

Emenda Modificativa ao Projeto 940/11

Art. 2 §. Fica criada a Câmara de Conciliação de Precatórios, que funcionará no âmbito do Tribunal de Justiça, composta por 01(um) representante da Procuradoria Geral do Estado, 01(um) representante da Secretaria de Estado de Administração do Paraná, 01(um) representante da Secretaria da Fazenda do Paraná e 01(um) representante da Assembleia Legislativa do Paraná.

Art. 14.....

§4º- Os requerimentos deferidos, porém ainda sem recursos efetivamente depositados, aguardarão a disponibilidade destes para a devida amortização.

§5º - Os valores dos débitos fiscais e dos créditos decorrentes de precatório serão, a partir, da data do protocolo do requerimento, atualizados pelos mesmos índices.

Art. 15.....

VII – Declaração firmada pelo interessado atestando que o crédito de precatório objeto de conciliação não é controvertido, nos termos do artigo 12, caput, e que não pesa sobre ele constrição judicial ou ônus, de qualquer espécie, nos termos do parágrafo único do artigo 12 deste diploma legal.

§5º O termo de pagamento conterá os dados do precatório requisitório e seu valor total atualizado, os dados das partes acordantes, a descrição da cadeia dominial sucessória, o percentual e o valor objeto de conciliação e implica aceitação pelo interessado dos valores e percentuais apurados pela CCP e quitação integral do valor devido pelo Estado do Paraná, nos termos do artigo 11, § 3º desta lei.

Art.20. Fica eliminado o § 5º do projeto em questão.

Art. 26. Os créditos tributários, objeto do parcelamento e do requerimento prevista nesta lei, terão sua exigibilidade suspensa, nos termos do artigo 151, VI, do Código Tributário Nacional, desde a data dos protocolos.

Art. 33. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 2011.

Deputado Estadual

ERRADA
ASSINATURA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda 47
PLG 112/2011
DAP

14 DEZ 2011
[Assinatura]

EMENDA MODIFICATIVA ADITIVA - PROJETO DE LEI N.º 94011

Com fulcro no artigo 137, §§ 3º e 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa Aditiva, passando o art. 15 do projeto a contar com redação a seguir:

Art. 15. Para habilitação na primeira rodada de conciliação, especificamente, o interessado, por meio de advogado, nos termos dos artigos 3º e 4º desta Lei, deverá apresentar requerimento à Procuradoria Geral do Estado do Paraná acompanhado:

I – de certidão original do registro de empresário individual ou do contrato social consolidado, onde esteja especificado quem é o representante legal da empresa;

II – de cópia autenticada do documento oficial de identidade do representante legal da empresa, e do instrumento procuratório respectivo, com firma reconhecida, e cópia autenticada do documento oficial de identidade do outorgado;

III – de requerimento de cópia integral e autenticada do precatório requisitório, a ser efetivada junto ao Tribunal de Justiça, que as encaminhará diretamente à Procuradoria Geral do Estado, mediante o pagamento dos serviços de fotocópia e autenticação;

IV – certidão original expedida pelo cartório competente, da cessão do crédito, se o interessado for sucessor do credor originário, demonstrando a cadeia dominial sucessória, do credor originário até o último cedente, de maneira individualizada, atestando a certeza, liquidez, exigibilidade e titularidade do crédito, na cadeia sucessória respectiva.

IV – original ou cópia autenticada da certidão expedida pelo Tribunal de Justiça ou em não sendo o credor originário da certidão de escritura pública de cessão, desde o credor original até o último cessionário, demonstrando a cadeia dominial sucessória, atestando a certeza, liquidez, exigibilidade e titularidade do crédito.

V – de cópia do termo de acordo de parcelamento firmado nos termos do artigo 18 desta lei.

15:55 14/12/2011 010512 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

VI – de cópia do formal de partilha e da sentença homologatória respectiva, ou da autorização judicial específica, se o crédito apresentado se enquadrar nas hipóteses do artigo 4º, §§ 2º e 3º, desta lei.

VII – declaração firmada pelo interessado atestando que o crédito de precatório objeto da conciliação não é controvertido, nos termos do artigo 12, *caput*, e que não pesa sobre ele constrição judicial ou ônus, de qualquer espécie, conforme previsto no parágrafo único do artigo 12 deste diploma legal, exceto nos casos de garantia de execução fiscal do Estado do Paraná em relação a débitos objeto do parcelamento previsto no artigo 17 desta Lei.

§1º - Os requerimentos deverão ser protocolizados no prazo de até 90 (noventa) dias contados do encerramento do prazo previsto no artigo 20 desta Lei;

§2º - A Câmara de Conciliação de Precatórios atualizará o valor total do precatório requisitório e do tributo objeto da conciliação com base na data do requerimento previsto no *caput* deste artigo e na documentação constante deste, dos autos judiciais e dos autos de precatório, o percentual e o valor líquido do crédito oferecido pelo interessado, nos termos dos artigos 5º e 10, §§ 1º a 3º, desta lei.

§3º - Caso a Câmara de Conciliação de Precatórios verifique o não atendimento dos requisitos legais, intimará o signatário para, no prazo de 15 (quinze) dias saná-las, sob pena de indeferimento do requerimento de conciliação. Se o ato a ser sanado demandar maior prazo este será concedido mediante solicitação fundamentada, em 15 (quinze) dias.

§ 4º - Verificada a regularidade do requerimento, apurado o percentual e o valor do crédito oferecido nos termos do artigo 5º, §§1º e 2º, e artigo 10, §1º a 3º, desta lei, o interessado será intimado para, em 5 (cinco) dias, comparecer à sede da Procuradoria Geral do Estado do Paraná e firmar termo de acordo de pagamento com o Procurador Geral do Estado.

§ 5º - O termo de acordo de pagamento conterá os dados do precatório requisitório e seu valor total atualizado, os dados das partes acordantes, a descrição da cadeia dominial sucessória, o percentual e o valor objeto de conciliação e implica aceitação pelo interessado dos valores e percentuais apurados pela Procuradoria Geral do Estado e quitação integral do valor devido pelo Estado do Paraná, nos termos do artigo 11, § 3º desta lei.

§ 6º - Com o parecer conclusivo da Câmara de Conciliação de Precatórios, o termo de acordo será deferido pelo Procurador-Geral do Estado, e, em seguida, encaminhado ao Tribunal competente para homologação judicial e efetivo pagamento, e demais anotações no precatório.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

§ 7º - No termo do acordo de pagamento constará cláusula expressa de autorização para que a Procuradoria Geral do Estado, após as retenções previstas em sentença, levante o valor depositado nos termos do artigo 11, e proceda ao seu imediato recolhimento, por GR-PR, para pagamento da parcela postergada.

§8º - Em havendo saldo remanescente, de acordo com o previsto no §7º deste artigo, em favor do contribuinte será a este disponibilizado o saldo remanescente dos precatórios.

§9º - Em havendo saldo remanescente, de acordo com o previsto no §7º deste artigo, em favor do Estado do Paraná poderá o contribuinte parcelar o saldo nos termos do Capítulo III desta Lei.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 2011.

Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda 48
Plenário

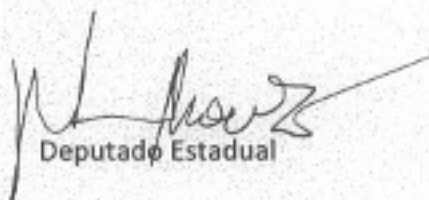
DAP

14 DEZ 2011

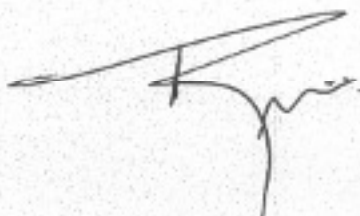
EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI 940/11

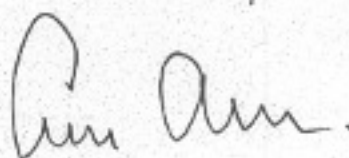
Estende-se ao projeto a possibilidade de serem válidos também, direitos de crédito oriundos de ações judiciais em que o Estado do Paraná foi condenado por decisão transitada em julgado e com decisão de liquidação de sentença, também transitada em julgado.

Curitiba, 14 de dezembro de 2011.


Deputado Estadual











EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI 940/11

O Deputado que esta subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fulcro no art. 137 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (Resolução 001/05), propor a seguinte emenda modificativa ao Projeto de Lei 940/11, de autoria do Poder Executivo.

O art. 12, do Projeto de Lei 940/11, passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12. Os créditos que estejam de alguma forma controvertidos quanto sua certeza, liquidez, exigibilidade e titularidade, em razão de impugnação administrativa ou judicial, inclusive por objeção ou exceção de pré-executividade e ação autônoma anulatória, até o trânsito em julgado das mesmas, somente poderão ser objeto de conciliação até o montante reconhecido como incontroverso, que não seja objeto de discussão judicial.

§1º - A cessão dos títulos referidos no *caput* desse artigo serão reconhecidos na mesma proporcionalidade do título principal.

§2º - Não podem ser conciliados créditos sobre os quais incida constrição judicial de qualquer espécie, ou que foram dados em garantia de obrigação de qualquer natureza, exceto nos casos de garantia em execução fiscal do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011

CESAR SILVESTRI FILHO
Deputado Estadual

16187 14/12/2011 010523 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PARECER ÀS EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 940/2011

Emendas ao Projeto de Lei nº. 940/2011 de nº. 01, 03, 04, 05, 06, 08, 09, 10, 20, 21, 22-A, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 47.

Autores: Evandro Júnior, Augustinho Zucchi, Pedro Lupion, Alexandre Curi, Dr. Batista, César Silvestre Filho, Ademar Traiano, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Rasca Rodrigues e Ênio Verri.

Súmula: Emendas visando alterar o projeto de lei nº. 940/2011, que regulamenta o acordo direto de precatórios e estabelece políticas fazendárias.

EMENTA: EMENDAS DE Nº. 01, 03, 04, 05, 06, 08, 09, 10, 20, 21, 22-A, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 47. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. EMENDAS ACOLHIDAS. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DO SUBSTITUTIVO GERAL.

PREÂMBULO

As presentes emendas ao projeto de lei 940/2011, de autoria dos Deputados **Evandro Júnior, Augustinho Zucchi, Pedro Lupion, Alexandre Curi, Dr. Batista, César Silvestre Filho, Ademar Traiano, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Rasca Rodrigues e Ênio Verri**, tem por escopo alterar o projeto de lei nº. 940/2011, que regulamenta o acordo direto de precatórios e estabelece políticas fazendárias.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade das emendas ora em análise, por estarem as emendas de nº **01, 03, 04, 05, 06, 08, 09, 10, 20, 21, 22, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 47** de acordo com as normas legais e com a Constituição Federal, não há óbice algum para a sua aprovação.

Ainda, devido ao grande número de emendas apresentadas, e com o intuito de adequar o presente projeto de Lei aos ditames estabelecidos na Lei Complementar nº 95/98, sugere-se a aprovação na forma do substitutivo geral.



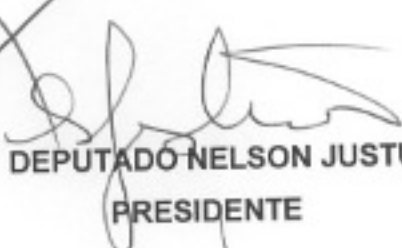
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

CONCLUSÃO

Ante o exposto, o parecer é favorável às emendas de nº. 01, 03, 04, 05, 06, 08, 09, 10, 20, 21, 22, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 47.

Ainda, tendo em vista o número de emendas apresentadas, e em consonância com o que leciona a Lei Complementar nº 95/98, sugere-se a aprovação na forma do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PARECER ÀS EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 940/2011

Emendas ao Projeto de Lei nº. 940/2011 de nº. 21, 27, 02, 07, 11, 12, 12-A, 14, 15, 16, 13, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 48, 44, 45, 46, 29, 30, 40, 42 e 49.

Autores: Hermas Brandão Jr., Evandro Jr. Nelson Luersen, Alexandre Curi, Artagão Jr., Paranhos, Bancada do PT.

Súmula: Emendas visando alterar o projeto de lei nº. 940/2011, que regulamenta o acordo direto de precatórios e estabelece políticas fazendárias.

EMENTA: EMENDAS DE Nº. 21, 27, 02, 07, 11, 12, 12-A, 14, 15, 16, 13, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 48, 44, 45, 46, 29, 30, 40, 42 e 49.
CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE.
EMENDAS ACOLHIDAS. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

As presentes emendas ao projeto de lei 940/2011, de autoria dos Deputados **Hermas Brandão Jr., Evandro Jr. Nelson Luersen, Alexandre Curi, Artagão Jr., Paranhos e da Bancada do PT**, tem por escopo



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

alterar o projeto de lei nº. 940/2011, que regulamenta o acordo direto de precatórios e estabelece políticas fazendárias.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade das emendas ora em análise, por estarem as emendas de nº **21, 27, 02, 07, 11, 12, 12-A, 14, 15, 16, 13, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 48, 44, 45, 46, 29, 30, 40, 42** de acordo com as normas legais e com a Constituição Federal, não há óbice algum para a sua aprovação.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, devido a constitucionalidade e legalidade das presentes proposições, o parecer é favorável às emendas ora



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

analisadas, deixando-as de contemplar no Substitutivo Geral, tendo em vista o confronto finalístico havido com demais contempladas.

Sala das Comissões, em 14/12/11 *g*

Nelson Justus
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

Nereu Moura
DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

SUBEMENDA NA FORMA DO SUBSTITUTIVO GERAL

ANTEPROJETO DE LEI Nº



Súmula: Regulamenta o Acordo Direto de Precatórios e estabelece Políticas Fazendárias.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sancto o seguinte:



CAPÍTULO I

DOS ACORDOS DIRETOS

Art. 1º. Nos termos do artigo 97, § 8º, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, fica instituído o Acordo Direto de Precatórios, resultado da conciliação que tenha por objeto débitos do Estado do Paraná, inclusive da Administração Pública Indireta, que originaram precatórios requisitórios.

Art. 2º. Fica criada a Câmara de Conciliação de Precatórios, que funcionará no âmbito da Procuradoria Geral do Estado, composta por representantes da Procuradoria do Estado do Paraná, Secretaria de Estado da Fazenda, Secretaria de Estado da Administração e Previdência.

§1º Os integrantes da Câmara de Conciliação de Precatórios serão indicados pelos respectivos órgãos e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo.

§2º - A Câmara de Conciliação de Precatórios é o órgão competente para propor o ato convocatório de conciliação e emitir parecer conclusivo.

§ 3º - Os pareceres conclusivos da Câmara de Conciliação de Precatórios terão força vinculativa e serão emitidos após a análise dos requerimentos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 3º. Participará da conciliação o credor, por meio de advogado, devidamente munido de procuração contendo os poderes da cláusula *ad judicium*, com firma reconhecida, e ainda os poderes específicos para transigir e dar quitação, mencionando o processo e o precatório objeto da conciliação.

§1º - Os créditos de litisconsortes, de substitutos processuais, de honorários sucumbenciais e contratuais são considerados autônomos para efeitos de conciliação, desde que, com relação aos últimos, tenha sido juntado aos autos o contrato antes da expedição do precatório, nos termos do artigo 22, §4º da Lei 8.906/94.

§2º - Poderá o credor renunciar a parte do crédito para participar de conciliação, quando o ato de convocação estabelecer limite de valor de pagamento.

§3º - É defeso ao credor do principal transacionar sobre créditos relativos aos honorários sucumbenciais e contratuais reservados no processo, a menos que esteja munido de procuração com firma reconhecida e poderes específicos para a conciliação.

Art. 4º. O cessionário, se o ato convocatório autorizar, o inventariante, o herdeiro e o cônjuge supérstite do credor originário do precatório poderão participar da conciliação.

§1º - Os interessados relacionados no *caput* deverão atender aos requisitos previstos nesta lei e no ato de convocação para habilitação e comprovação de titularidade do crédito.

§2º - Não tendo havido partilha do crédito, os sucessores do *de cujus* serão admitidos à conciliação mediante apresentação de autorização específica do juízo do inventário, que ateste a liquidez, certeza e titularidade do crédito.

§3º - Tendo havido partilha do crédito, o cessionário, cada herdeiro e o cônjuge supérstite podem conciliar os seus quinhões individualmente, mediante apresentação do formal de partilha tanto judicial como a extrajudicial (escritura pública), prevista no art. 982 do Código de Processo Civil.

Art. 5º. O credor somente pode transacionar sobre o crédito que detenha, apurado após a exclusão de créditos de terceiros incluídos no precatório requisitório, ressalvada a possibilidade de renúncia, nos termos do artigo 3º, § 2º desta Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

§1º - Os créditos decorrentes de cessão ou partilha, conforme artigo 4º, *caput* e § 3º desta Lei, devem representar percentual do crédito total do credor originário, observando-se as exclusões mencionadas no *caput* deste artigo, devendo ser comprovada, de maneira individualizada, a cadeia dominial de sucessão do crédito, desde o credor originário até o último cedente, nos termos desta lei.

§2º - Para estabelecimento da cadeia dominial de sucessão do crédito, os instrumentos públicos de cessão devem ser apresentados nos autos judiciais que originaram a requisição de pagamento e nos autos de precatório requisitório, levando-se em conta para estabelecimento da preferência entre cessionários credores, sucessivamente, a data de celebração da cessão e a data da comunicação ao juízo de execução.

Art. 6º. A rodada de conciliação será veiculada através de decreto do Poder Executivo, que tem a competência para estipular seus critérios e condições.

Art. 7º. Todos os atos convocatórios poderão ser revogados e substituídos por outros a qualquer tempo, através de Decreto do Poder Executivo, ou perderão vigor depois de escoado o prazo de vigência ou quando se esgotarem os recursos destinados àquela conciliação;

II – estabelecer parâmetros diferenciados de conciliação, de acordo com a natureza e o valor do crédito, a natureza da demanda que originou o crédito, ano de inscrição do precatório no orçamento estadual, dentre outros, podendo combiná-los entre si;

III – delimitar o universo de créditos a serem objeto de uma rodada de conciliação;

Parágrafo único. As delimitações de que tratam os incisos II e III do *caput* somente se farão por meio de utilização de parâmetros gerais e abstratos, tais como a natureza do crédito, seu valor, a natureza da demanda que o originou, ou parâmetro que objetive concretizar políticas de administração fazendária.

Art. 8º. As concessões a serem feitas pelos credores serão especificadas no ato do Chefe do Poder Executivo, nos termos do artigo 6º desta Lei, que poderá se valer, dentre outras, das seguintes condições:

I – Pagamento com deságio em percentual fixo;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

II – Pagamento de acordo com oferta de deságio maior;

III – Modificação nos critérios de readequação do valor nominal da dívida.

Parágrafo único. Na modalidade prevista no inciso II do *caput*, haverá pré-fixação de deságio mínimo.

Art. 9º. Para a celebração do Acordo Direto previsto nesta Lei, os créditos alimentares não gozam de preferência, salvo se o ato convocatório utilizar esse critério para fins de distinção, conforme artigo 7º, II, desta Lei ou de filtragem, nos termos do artigo 7º, III, desta Lei.

Parágrafo único. Se o crédito alimentar passar a gozar da preferência especial concedida pelo artigo 100, § 2º, da Constituição Federal, ele será excluído da conciliação até o valor limite de que trata o mesmo dispositivo, e seu saldo poderá ser objeto de acordo.

Art. 10. Aquele que detiver crédito que se enquadre nos parâmetros estabelecidos pelo ato convocatório deverá apresentar requerimento de conciliação perante a Câmara de Conciliação de Precatórios, acompanhado dos documentos exigidos por esta lei e pelo ato convocatório, sendo utilizado, para efeito de cálculo dos precatórios, os parâmetros de correção e juros de mora fixados em sentença ou lei, combinados com a Súmula Vinculante nº 17, do Supremo Tribunal Federal e com o §12, do art. 100 da CF/88, alterado pela Emenda Constitucional nº 62/2009.

§1º - A apresentação dos documentos não dispensa a análise dos autos judiciais e do precatório requisitório para verificação do preenchimento das condições legais e regulamentares para a conciliação, em especial, a certeza, liquidez e titularidade do crédito.

§2º - Para os fins desta lei, compete à Procuradoria Geral do Estado a apuração dos valores e percentuais dos créditos do precatório e das respectivas cessões.

Art. 11. Preenchidos todos os requisitos intrínsecos e formais, a Câmara de Conciliação de Precatórios apresentará parecer conclusivo sobre o requerimento, na forma do §2º do art. 2º, e encaminhará ao Procurador-Geral do Estado para a celebração do termo de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

acordo será encaminhado ao Tribunal competente, que homologará o acordo e realizará os pagamentos devidos.

§1º - O pagamento será feito com os recursos financeiros destinados especificamente à conciliação, oriundos do repasse constitucional previsto no artigo 97, § 6º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§2º - Quando do levantamento do montante, devem ser observadas as regras referentes às retenções e recolhimentos previdenciários e tributários fixados em sentença, inclusive o montante devido a título de custas judiciais.

§3º - A celebração do acordo para pagamento implicará a quitação integral do débito conciliado e renúncia a qualquer discussão acerca dos critérios de cálculo do percentual apurado e do valor devido.

Art. 12. Não podem ser objeto de conciliação os créditos que sejam ou venham a ser, de alguma forma, controvertidos quanto sua certeza, liquidez, exigibilidade e titularidade, em razão de impugnação administrativa ou judicial, através de incidente processual ou ação autônoma até o trânsito em julgado dos mesmos.

Parágrafo único. Não podem ser conciliados créditos sobre os quais incida constrição judicial de qualquer espécie, ou que foram dados em garantia de obrigação de qualquer natureza.

Art. 12. Não podem ser objeto de conciliação os créditos decorrentes de precatórios suspensos por decisão judicial.

Parágrafo único. Não podem ser conciliados créditos sobre os quais incida constrição judicial exceto se a conciliação tiver como finalidade o pagamento dos débitos e créditos tributários, conforme previsto nos parcelamentos dos artigos 18 e 19 desta Lei e desde que a constrição judicial tenha sido deferida em favor do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CAPÍTULO II

DA PRIMEIRA RODADA DE NEGOCIAÇÕES

Art. 13. A primeira rodada de conciliação, especificamente, atenderá a objetivos de política de administração fazendária e de responsabilidade fiscal, e:

I - admitirá a habilitação de credores originários de precatórios requisitórios não pagos e inscritos até o orçamento do ano de 2010, que possuam débitos de ICMS com a Fazenda Pública Estadual e que tenham celebrado o termo de acordo de parcelamento previsto no artigo 18 desta lei;

II – admitirá a habilitação de cessionários de créditos de precatórios requisitórios não pagos e inscritos até orçamento do ano de 2010, cuja cessão de direitos tenha sido celebrada até 09 de dezembro de 2010, e que tenham celebrado o termo de acordo de parcelamento previsto no artigo 18 desta lei;

III – terá como limite global de recursos o montante necessário para atender ao pagamento dos acordos diretos protocolados na presente rodada, observado o disposto no artigo 7º, I, retro e desde que atendam as exigências contidas nesta Lei.

IV – terá como limite máximo individual de pagamento o montante líquido suficiente para a quitação da parcela postergada prevista no artigo 18, após as retenções previdenciárias e tributárias previstas em sentença.

V – admitirá habilitação e transferência de direito de credores originários ou cessionários de precatórios alimentares não pagos e inscritos até o orçamento de 2010.

Art. 14. Para ingressar na primeira rodada de conciliação, os interessados deverão apresentar requerimento com proposta de deságio de 20% (vinte por cento) do montante do crédito oferecido, atendidas as exclusões previstas no *caput* do artigo 5º desta lei.

1º - Os pedidos de acordo serão apreciados segundo a ordem cronológica de inscrição do precatório objeto da conciliação, do mais antigo para o mais novo, respeitado o limite de recursos disponíveis para conciliação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

§2º - Se o pedido envolver mais de um precatório, será considerado, para aferição do critério de prioridade na apreciação, aquele de maior valor.

§3º - Concorrendo interessados que ofereçam precatórios inscritos na mesma data ou partes de um mesmo precatório, preferirá aquele que possuir maior dívida tributária.

§4º - Os requerimentos deferidos, porém ainda sem recursos efetivamente depositados, aguardarão a disponibilidade destes para a devida amortização, ficando os débitos fiscais, objeto do pedido, com a exigibilidade suspensa desde a data do requerimento previsto no Art. 15, §1º desta Lei, nos moldes do artigo 151 do Código Tributário Nacional.

Art. 15. Para habilitação na primeira rodada de conciliação, especificamente, o interessado, por meio de advogado, nos termos dos artigos 3º e 4º desta Lei, deverá apresentar requerimento à Procuradoria Geral do Estado do Paraná acompanhado:

- I – de certidão original do registro de empresário individual ou do contrato social consolidado, onde esteja especificado quem é o representante legal da empresa;
- II – de cópia autenticada do documento oficial de identidade do representante legal da empresa, e do instrumento procuratório respectivo, com firma reconhecida, e cópia autenticada do documento oficial de identidade do outorgado;
- III – de requerimento de cópia integral e autenticada do precatório requisitório, a ser efetivada junto ao Tribunal de Justiça, que as encaminhará diretamente à Procuradoria Geral do Estado, mediante o pagamento dos serviços de fotocópia e autenticação;
- IV – original ou cópia autenticada da certidão expedida pelo Tribunal de Justiça ou em não sendo o credor originário da certidão de escritura pública de cessão, desde o credor original até o último cessionário, demonstrando a cadeia dominial sucessória, atestando a certeza, liquidez, exigibilidade e titularidade do crédito.
- V – de cópia do termo de acordo de parcelamento firmado nos termos do artigo 18 desta lei.
- VI – de cópia do formal de partilha e da sentença homologatória respectiva, ou da autorização judicial específica, se o crédito apresentado se enquadrar nas hipóteses do artigo 4º, §§ 2º e 3º, desta lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

VII – declaração firmada pelo interessado atestando que o crédito de precatório objeto da conciliação não é controvertido, nos termos do artigo 12, *caput*, e que não pesa sobre ele constrição judicial ou ônus, de qualquer espécie, conforme previsto no parágrafo único do artigo 12 deste diploma legal, exceto nos casos de garantia de execução fiscal do Estado do Paraná em relação a débitos objeto do parcelamento previsto no artigo 17 desta Lei.

§1º - Os requerimentos deverão ser protocolizados no prazo de até 90 (noventa) dias contados do encerramento do prazo previsto no artigo 20 desta Lei;

§2º - A Câmara de Conciliação de Precatórios atualizará o valor total do precatório requisitório e do tributo objeto da conciliação com base na data do requerimento previsto no *caput* deste artigo e na documentação constante deste, dos autos judiciais e dos autos de precatório, o percentual e o valor líquido do crédito oferecido pelo interessado, nos termos dos artigos 5º e 10, §§ 1º a 3º, desta lei.

§3º - Caso a Câmara de Conciliação de Precatórios verifique o não atendimento dos requisitos legais, intimará o signatário para, no prazo de 15 (quinze) dias saná-las, sob pena de indeferimento do requerimento de conciliação. Se o ato a ser sanado demandar maior prazo este será concedido mediante solicitação fundamentada, em 15 (quinze) dias.

§ 4º - Verificada a regularidade do requerimento, apurado o percentual e o valor do crédito oferecido nos termos dos artigos 5º, §§1º e 2º, e artigo 10, §1º a 3º, desta lei, o interessado será intimado para, em 5 (cinco) dias, comparecer à sede da Procuradoria Geral do Estado do Paraná e firmar termo de acordo de pagamento com o Procurador Geral do Estado.

§ 5º - O termo de acordo de pagamento conterá os dados do precatório requisitório e seu valor total atualizado, os dados das partes acordantes, a descrição da cadeia dominial sucessória, o percentual e o valor objeto de conciliação e implica aceitação pelo interessado dos valores e percentuais apurados pela Procuradoria Geral do Estado e quitação integral do valor devido pelo Estado do Paraná, nos termos do artigo 11, § 3º desta lei.

§ 6º - Com o parecer conclusivo da Câmara de Conciliação de Precatórios, o termo de acordo será deferido pelo Procurador-Geral do Estado, e, em seguida, encaminhado ao



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Tribunal competente para homologação judicial e efetivo pagamento, e demais anotações no precatório.

§ 7º - No termo do acordo de pagamento constará cláusula expressa de autorização para que a Procuradoria Geral do Estado, após as retenções previstas em sentença, levante o valor depositado nos termos do artigo 11, e proceda ao seu imediato recolhimento, por GR-PR, para pagamento da parcela postergada.

§8º - Em havendo saldo remanescente, de acordo com o previsto neste artigo, em favor do contribuinte será a este disponibilizado o saldo remanescente dos precatórios.

§9º - Em havendo saldo remanescente, de acordo com o previsto neste artigo, em favor do Estado do Paraná poderá o contribuinte parcelar o saldo nos termos do art. 17 desta Lei.

Art. 16. As condições do artigo 13 e os documentos e procedimentos previstos nos artigos 14 e 15 servem como edital de convocação para a primeira rodada de conciliação, nos termos desta lei.

CAPÍTULO III

POLÍTICAS FAZENDÁRIAS

Art. 17. Os créditos tributários relacionados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e Imposto de Transmissão *causa mortis* e Doações – ITCMD, suas multas e demais acréscimos legais, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 30 de setembro de 2011, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive ajuizados, poderão ser pagos em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais consecutivas, observadas as condições desta lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

§1º - O débito será consolidado na data do pedido do parcelamento, com todos os acréscimos legais vencidos previstos na legislação vigente na data dos respectivos fatos geradores da obrigação tributária.

§2º - Poderão ser incluídos na consolidação os valores espontaneamente denunciados pelo contribuinte ao fisco, decorrentes de infrações relacionadas a fatos geradores ocorridos até 30 de setembro de 2011.

§3º - O pedido de parcelamento importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais e expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais incluídos no pedido por opção do contribuinte.

Art. 18. Para os créditos tributários relacionados ao Imposto sobre Operações Relativas Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e Imposto de Transmissão *causa mortis* e Doações – ITCMD, suas multas e demais acréscimos legais, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 30 de novembro de 2009, a consolidação poderá ocorrer separadamente dos demais, a critério do contribuinte, alocando até 75% (setenta e cinco por cento) do valor total para a última parcela, aplicando-se o disposto no artigo 24, I desta Lei, devendo ser o restante dividido em até 59 (cinquenta e nove) parcelas, respeitando-se o valor mínimo disposto no artigo 22, 24 e as demais condições previstas no artigo 17 desta lei.

Parágrafo único. A postergação prevista neste artigo será mantida independente do resultado do acordo direto previsto nos artigos 13 e 14 desta lei, podendo alternativamente, a critério do contribuinte, migrar para o parcelamento previsto no art. 17 desta Lei.

Art. 19. Para fazer jus aos parcelamentos previstos nos artigos 17 e 18 desta Lei, o contribuinte deverá estar em dia com o recolhimento das Guias de Informação e Apuração do ICMS – GIA's, posteriores a 01 de novembro de 2011.

Art. 20. O pedido de parcelamento deverá ser formalizado até 60 (sessenta) dias, a contar da data da vigência desta Lei, mediante requerimento a ser protocolizado na



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Agência da Receita Estadual – ARE do domicílio tributário do interessado, indicando todos os débitos que pretende parcelar.

§1º - A falta de pagamento da primeira parcela ou o inadimplemento de três parcelas consecutivas ou não, implica a rescisão imediata do parcelamento.

§2º - A falta de recolhimento do ICMS declarado através da GIA/ICMS mensal, no período de vigência do parcelamento, implica a rescisão imediata do mesmo.

§3º - A rescisão do parcelamento importará na exigência do saldo do crédito tributário, incluindo juros e multas, com inscrição em dívida ativa para cobrança judicial.

§4º - Para as dívidas ajuizadas, o pedido deverá ser instruído com comprovante de pagamento de custas processuais e dos honorários advocatícios ou da primeira parcela do acordo de parcelamento de honorários, estes limitados ao percentual de 1% (um por cento) do valor total do débito tributário consolidado mediante execução fiscal, bem como apresentação de termo de penhora formalizado em juízo.

§5º - Para adesão ao parcelamento previsto nos artigos 17 e 18 desta Lei, em face da postergação contida no artigo 18, não serão aceitos os créditos oriundos de precatórios como garantia dos créditos tributários, devendo o contribuinte proceder a substituição das garantias nas execuções fiscais.

Art. 21. Os créditos tributários parcelados nos termos desta Lei, e os honorários advocatícios decorrentes independem da apresentação de garantias, mesmo no caso de débitos já ajuizados. Porém, ficam mantidas as garantias de imóveis e de precatórios já com termo de penhora formalizado, ressalvadas as liberações previstas no art. 26, parágrafo único desta Lei e estarão sujeitos:

I – a partir da segunda parcela, até a data do vencimento, a juros vincendos correspondentes ao somatório da taxa referencial do sistema especial de liquidação e de custódia – SELIC, aplicada sobre os valores do imposto e multa constantes da parcela até a data do efetivo pagamento;

II – a juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, sobre o valor da parcela paga em atraso, sem prejuízo disposto na alínea anterior.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 22. O valor de cada parcela do crédito tributário não será inferior a R\$ 1.000,00 (um mil reais), ressalvado o disposto no §4º do art.20 desta Lei, devendo o pagamento da primeira parcela ser efetuado até o último dia útil do mês da adesão ao parcelamento e o das demais parcelas até o último dia útil dos meses subsequentes.

§1º - Caso o disposto no caput do presente artigo alcance pessoas físicas, o valor mínimo de cada parcela será de R\$ 300,00 (trezentos reais).

§2º - Após o pagamento da primeira parcela do parcelamento previsto no art. 17 e 18 desta Lei, serão de imediato liberados todos os alertas judiciais (art. 615-A do CPC), todas as penhoras, bloqueios ou depósitos judiciais: faturamento; valores monetários (BACENJUD); recebíveis; duplicatas ou cartões de crédito; estoques e veículos quando substituídos por garantias em imóveis equivalentes a 150% (cento e cinquenta por cento) dos valores liberados.

Art. 23. Débitos decorrentes de contratos firmados com a Agência de Fomento do Paraná ou com o Banco de Desenvolvimento do Paraná - BAD EP, poderão ser parcelados consoante o disposto no art. 17 desta Lei.

Art. 24. O contribuinte que efetivar a quitação, do parcelamento do crédito tributário obterá os seguintes benefícios:

I - em parcela única, com redução de até noventa e cinco por cento das multas punitivas e moratórias e, de oitenta por cento dos juros de mora;

II - em até sessenta parcelas mensais e sucessivas, com redução de oitenta por cento das multas punitivas e moratórias e, de sessenta por cento dos juros de mora; ou

III - em até cento e vinte parcelas mensais e sucessivas, com redução de sessenta e cinco por cento das multas punitivas e moratórias e, de cinquenta por cento dos juros de mora.

Parágrafo único. Este artigo não se aplica aos créditos tributários originários de autos de infração em que sejam exigidas as penalidades previstas nos incisos VII, VIII, IX, X, XI, XII, na alínea "a" do inciso XIII, na alínea "h" do inciso XV e nas alíneas "b" e "c" do inciso XVII, todos do § 1º do artigo 55 da Lei n. 11.580/1996, e as penalidades correlatas previstas nas leis orgânicas anteriores do ICMS.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 25. Os parcelamentos que estejam em curso poderão ser rescindidos, a pedido do contribuinte, para que ocorra novo parcelamento nos termos desta legislação, com a perda dos benefícios antes concedidos, relativamente aos valores pendentes de recolhimento.

§1.º Aos parcelamentos mantidos nos termos da Lei n.º 15.290, de 22 de setembro de 2006, ficam preservadas as parcelas mensais e sucessivas determinadas em função do percentual calculado sobre a receita bruta mensal, nos termos do seu art. 3º.

§2.º Aos parcelamentos mantidos nos termos da Lei n.º 15.290, de 22 de setembro de 2006, não se aplica o critério temporal de números de parcelas, prevalecendo, a qualquer tempo, exclusivamente o critério contido no seu art. 3º.

§3.º O Poder Executivo baixará decreto regulamentando o disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo.

Art. 26. O contribuinte somente estará em situação regular, relativamente aos débitos parcelados, após o pagamento da primeira parcela, sob a condição resolutória de pagamento integral das demais parcelas, nos prazos fixados.

Art. 27. Os créditos tributários, objeto do parcelamento e do requerimento previsto nesta Lei, terão sua exigibilidade suspensa, nos termos do artigo 151, VI do Código Tributário Nacional.

Art. 28 – Após a opção pelo parcelamento, previsto no artigo 18 e 19 desta lei, deverão ser suspensos todos os processos envolvendo estes fatos geradores, incluindo ações declaratórias, mandados de segurança, reconhecimento de grupo econômico, arresto, execução, embargos, enfim, todo e qualquer processo que tenha como objeto os fatos gerados parcelados.

Parágrafo único: Após a quitação dos débitos * incluídos no parcelamento as partes deverão, no prazo de 60 (sessenta) dias desistir de todos os processos previstos no caput, sem ônus para qualquer das partes, salvo custas processuais que serão pagas pelo contribuinte e os honorários previstos no §4º do artigo 20.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CAPÍTULO IV

DA REMISSÃO

Art. 29. Ficam cancelados os créditos tributários relativos ao ICMS, cuja soma, por devedor, atualizada até 31 de dezembro de 2010, seja igual ou inferior a R\$10.000,00 (dez mil reais).

§1º - A autorização prevista neste artigo alcança o crédito tributário inscrito em dívida ativa, ajuizada ou não, e o lançamento de ofício, efetuados até 31 de dezembro de 2010.

§2º - Os procedimentos necessários para o cancelamento dos créditos tributários serão estabelecidos por ato do Poder Executivo.

§3º - O disposto neste artigo:

I - não autoriza a restituição ou compensação de valores eventualmente recolhidos;

II - não se aplica aos créditos tributários originários de autos de infração em que sejam exigidas as penalidades previstas nos incisos VII, VIII, IX, X, XI e XII, na alínea "a" do inciso XIII, na alínea "h" do inciso XV e nas alíneas "b" e "c" do inciso XVII, todos do parágrafo primeiro do artigo 55 da Lei nº 11580, de 14 de novembro de 1996, e as penalidades correlatas previstas nas leis orgânicas anteriores do ICMS.

Art. 30. A Lei Estadual nº 15.354, de 22 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Artigo 1º. Não estão sujeitos ao processo de execução fiscal os créditos tributários e não tributários, inscritos em Dívida Ativa, cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a:

I - 80 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná) na hipótese de créditos de natureza tributária, relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal - ICMS;

II - 30 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná) na hipótese de quaisquer outros créditos;"



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

"Artigo 1º-A. Salvo os créditos de relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal – ICMS, não estão sujeitos à inscrição em dívida ativa pela Secretaria de Estado da Fazenda, aqueles cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a 10 UPF/PR:"

"Artigo 5º – Fica autorizada a Secretaria de Estado da Fazenda a remittir automaticamente dívidas ativas cujo saldo restante seja igual ou inferior a 0,2 UPF/PR."

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. A Lei Estadual nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Artigo 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios concessivos de benefícios fiscais na forma prevista em lei complementar a que se refere o artigo 155, inciso XII, alínea "g" da Constituição Federal.

§1º - Ao regulamentar a matéria tributária o Poder Executivo arrolará as hipóteses de imunidade e benefícios fiscais, observadas as disposições previstas:

I - em tratados e convenções internacionais;

II - em convênios celebrados ou ratificados na forma da lei complementar a que se refere o artigo 155, inciso XII, "g" da Constituição Federal.

§2º - A instituição de Programas de Recuperação Fiscal no Estado do Paraná dependerá de Lei específica para a sua implementação."

•

"Artigo

41.

.....

§2º - Tratando-se de crédito tributário ajuizado, o parcelamento será autorizado desde que haja bens em garantia ou fiança suficiente para liquidação do débito,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

ficando dispensada a garantia quando o valor do crédito tributário for parcelado em 06 (seis) parcelas, ou quando o valor do crédito tributário for inferior a 800 (oitocentas) Unidades Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPF/PR, e for parcelado em até 12 (doze) parcelas.”

Art. 32. Fica revogada a Lei Estadual nº 14.470/2004.

Art. 33. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei através de decreto.

Art. 34. Esta lei entrará em vigor em 90 (noventa) dias de sua publicação.

CARLOS ALBERTO RICHA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI N.º 942/2011

Súmula: Institui o Serviço Auxiliar Voluntário na Polícia Militar do Paraná.

Art. 1.º Fica instituído na Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR), nos termos da Lei Federal n.º 10.029, de 20 de outubro de 2000, o Serviço Auxiliar Voluntário, obedecidas as condições previstas nesta lei.

Parágrafo único. O voluntário que ingressar no serviço de que trata esta lei será denominado Soldado PM Voluntário e estará sujeito, no que couber, às normas aplicáveis aos integrantes da PMPR.

Art. 2.º O Serviço Auxiliar Voluntário objetiva:

- I – proporcionar a ocupação, qualificação profissional e renda aos jovens que especifica, contribuindo para evitar o seu envolvimento em atividades antissociais;
- II – aumentar o contingente de militares estaduais nas atividades diretamente ligadas à segurança da população.

Art. 3.º O Serviço Auxiliar Voluntário, de natureza profissionalizante, tem por finalidade a execução de atividades-meio da Corporação, em especial as relacionadas às missões administrativas, de saúde e de defesa civil.

Parágrafo único. No exercício das atividades a que se refere o *caput* deste artigo, ficam vedados, sob qualquer hipótese, nas vias públicas, o uso de uniforme, o porte ou o emprego de arma de fogo, bem como o exercício do poder de polícia.

Art. 4.º A seleção para o Serviço Auxiliar Voluntário deverá ser precedida de autorização expressa do Chefe do Poder Executivo, mediante proposta fundamentada do Comandante-Geral da PMPR, observado o limite de 1 (um) Soldado PM Voluntário para cada 5 (cinco) integrantes do efetivo total fixado em lei para a PMPR.

Art. 5.º O ingresso no Serviço Auxiliar Voluntário dar-se-á mediante aprovação em processo seletivo próprio, atendidos aos seguintes requisitos:

- I – se homem, ser maior de 18 (dezoito) anos e menor de 23 (vinte e três) anos, tendo excedido às necessidades de incorporação das Forças Armadas;
- II – se mulher, estar na mesma faixa etária a que se refere o inciso anterior;

GABINETE DO GOVERNADOR



- III – estar em dia com as obrigações eleitorais;
- IV – ter concluído o ensino fundamental;
- V – apresentar aptidão intelectual e habilidade específica ou técnica;
- VI – ter sanidade física, comprovada em inspeção de saúde;
- VII – apresentar adequação psicológica para o desempenho das atribuições institucionais, avaliada em exame psicológico;
- VIII – possuir capacidade física, demonstrada por intermédio de exames próprios;
- IX – não possuir antecedentes de caráter policial ou criminal que, em razão da natureza e do grau de responsabilidade das atribuições institucionais, sejam incompatíveis com o exercício delas, não estar sendo processado criminalmente ou haver cumprido pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos pela prática de crime comum ou militar;
- X – apresentar conduta social irrepreensível e idoneidade moral inatacável, compatível com as atribuições e grau de responsabilidade das funções a serem desempenhadas, cuja verificação dar-se-á mediante pesquisa social;
- XI – estar classificado dentro do número de vagas oferecidas no edital do processo seletivo próprio;
- XII – não ter sido desligado ou excluído da Corporação, das Forças Armadas, de Forças Auxiliares ou de Instituição Policial, por motivo disciplinar ou, como servidor público, não haver sido demitido, inclusive por ato de improbidade administrativa, nem tampouco condenado em processo administrativo disciplinar por fato incompatível com o exercício das funções institucionais.

§1.º. As condições pormenorizadas relativas aos incisos V, VI, VII, VIII, X e XI serão definidas em ato do Comandante-Geral.

§2.º. Os requisitos estabelecidos no inciso IX serão comprovados no ato da efetivação do termo de voluntariado, mediante apresentação de certidões dos últimos 5 anos, conforme estipulado em edital, sendo de inteira responsabilidade do candidato.

Art. 6.º A prestação voluntária dos serviços terá duração de um ano, prorrogável por, no máximo, igual período, a critério do Poder Executivo, ouvido o Comandante-Geral da Polícia Militar.

GABINETE DO GOVERNADOR



§1.º A prorrogação prevista no *caput* deste artigo dar-se-á mediante pedido protocolado do Soldado PM Voluntário com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data de encerramento do período de prestação dos serviços.

§ 2.º Findo o prazo previsto no *caput* deste artigo, inexistindo manifestação expressa do Soldado PM Voluntário ou não havendo interesse da PMPR ou ainda, não sendo mais possível a prorrogação, considerar-se-á concluído o serviço de voluntariado.

Art. 7.º As responsabilidades, proibições e o processo administrativo para apuração de irregularidades praticadas pelo Soldado PM Voluntário serão regulados por ato do Comandante-Geral da PMPR.

Art. 8.º A extinção do serviço de voluntariado a que se refere a presente lei ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- I – ao final do período de prestação do serviço, nos termos do art. 6º desta lei;
- II – a qualquer tempo, mediante requerimento do Soldado PM Voluntário;
- III – quando o Soldado PM Voluntário apresentar conduta incompatível com o exercício das atribuições institucionais;
- IV – em razão da natureza do serviço prestado.

Parágrafo único. A extinção do voluntariado decorrentes das hipóteses previstas nos incisos III e IV deste artigo será regulada por ato do Comandante-Geral da PMPR.

Art. 9.º São direitos do Soldado PM Voluntário:

- I – frequência a curso específico de treinamento, a ser ministrado pelas Organizações Policiais Militares do Paraná, com duração de até 90 (noventa) dias;
- II – auxílio mensal, de natureza indenizatória, equivalente a 2 (dois) salários-mínimos;
- III – uso de uniforme, a ser regulado por ato do Comandante-Geral da PMPR, exclusivamente no exercício das atividades definidas nesta lei, com identificação ostensiva da condição de Soldado PM Voluntário;
- IV – contar, como título, em concurso público para cargo de Soldado de Segunda Classe, 1 (um) ponto para cada ano de serviço prestado, a ser utilizado como critério de desempate do certame.

GABINETE DO GOVERNADOR



§ 1.º O auxílio mensal a que fará jus o Soldado PM Voluntário indenizará as despesas decorrentes de transporte, alimentação e uniforme.

§ 2.º O custeio do uniforme pelo Soldado PM Voluntário dar-se-á pela retenção de 3% (três por cento) do valor do auxílio mensal, cujo montante será recolhido ao Conselho Econômico e Financeiro da PMPR.

Art. 10. Somente fará jus ao auxílio mensal, o Soldado PM Voluntário que prestar serviço voluntário por, no mínimo, 30 horas semanais.

Parágrafo único. Não será permitida a prestação de serviço voluntário em período superior a 40 horas semanais.

Art. 11. Deverá ser contratado, para todos os integrantes do Serviço Auxiliar Voluntário, seguro de acidentes pessoais destinado a cobrir os riscos do exercício das respectivas atividades, cujo valor será descontado do auxílio mensal previsto no inciso II do art. 9.º desta Lei.

Art. 12. A prestação do Serviço Auxiliar Voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, nos termos da Lei Federal n.º 10.029, de 20/12/2000.

Parágrafo único. Fica vedada a criação de cargos em decorrência da instituição do Serviço Auxiliar Voluntário.

Art. 13. Os municípios interessados poderão responsabilizar-se pelos custos dos Soldados PM Voluntários na forma a ser definida em convênio.

Art. 14. O Comandante-Geral da PMPR encaminhará à Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP, listagem contendo nome, patente e qualificação dos integrantes do Quadro da Polícia Militar – QPPM que estão exercendo funções administrativas e serão alocados nas atividades ligadas diretamente à segurança da população, a fim de que esta autorize, no prazo de 5 (cinco) dias, em igual número ao da listagem encaminhada, a contratação do equivalente de soldados PM voluntários.

Art. 15. O Comandante-Geral da PMPR poderá baixar instruções complementares necessárias à aplicação do disposto nesta lei.

Art. 16. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública.


GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 17. A destinação dos integrantes do Quadro da Polícia Militar – QPPM que estão exercendo funções administrativas e serão alocados nas atividades ligadas diretamente à segurança da população deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 18. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 5 de dezembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 38/2011

Curitiba, 5 de dezembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei objetivando instituir o Serviço Auxiliar Voluntário na Polícia Militar do Paraná.

É notório o interesse social que as questões envolvendo a segurança pública têm despertado nos diversos meios de comunicação, na Administração Pública e no Poder Legislativo.

Esse interesse nasce dos crescentes índices de criminalidade e violência e da dificuldade dos órgãos estatais responsáveis pela segurança pública em fazer-lhes frente.

Diante dessa realidade, a Polícia Militar do Paraná precisa adotar todas as medidas que estiverem ao seu alcance, de acordo com o seu nível de responsabilidade, para minimizar os efeitos do crime sobre a população. Buscar alternativas reais e exequíveis é o mínimo que se pode esperar das instituições responsáveis pela segurança pública, porque há muito tempo as aspirações dos brasileiros residiam no atendimento de suas necessidades de saúde, educação, moradia, alimentação, entre outras, sendo que hoje o tema "segurança", de modo geral, ganhou destaque especial.

Visando minimizar essa situação, a Corporação apresenta como alternativa para o Governo do Estado o Anteprojeto de Lei em anexo, cujo conteúdo revela-se viável e de pouco impacto financeiro, além de contribuir para o oferecimento do primeiro emprego.

Há muito cogita-se a hipótese da contratação de pessoal civil para exercer atividades de cunho administrativo na Corporação, de forma que esta possa destinar para a atividade-fim os militares estaduais que hoje executam tais tarefas. Nessa esteira, e também visando suprir necessidades de pessoal na atividade-meio, serão alocados os Soldados PM Voluntários, cujo emprego dar-se-á nas atividades administrativas, de saúde e de defesa civil.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

GABINETE DO GOVERNADOR



Para o exercício das missões que lhe estiverem afetas, serão oportunizados ao Soldado PM Voluntário auxílio mensal e uniforme, quando em serviço.

Será contratado, ainda, junto à iniciativa privada, seguro de acidentes pessoais destinado a cobrir os riscos do exercício das respectivas atividades.

Dessa forma, com o projeto que ora se apresenta, pretende-se otimizar os esforços da Corporação, direcionando seus efetivos prioritariamente para a atividade-fim, bem como fomentar a profissionalização dos integrantes do Serviço Auxiliar Voluntário, facilitando sua inserção no mercado de trabalho.

Aliado à profissionalização, o exercício do voluntariado assegurará a contagem, como título, em concurso público para cargo de Soldado de Segunda Classe, de 1 (um) ponto para cada ano de serviço prestado.

Ressalto que a Lei Federal n.º 10.029/2000, ao definir a proporção de 1 (um) Soldado PM Voluntário para cada cinco integrantes do efetivo estabelecido em lei para a Corporação Militar Estadual, possibilita a admissão na PMPR de até 4.911 (quatro mil e novecentos e onze) voluntários, visto contar ela atualmente com a previsão legal de 24.555 (vinte e quatro mil e quinhentos e cinquenta e cinco) militares estaduais.

Objetiva-se, em face do cenário de contingente legal acima apresentado e das necessidades levantadas junto aos diversos órgãos da Corporação, a admissão de 1.527 (mil quinhentos e vinte e sete) Soldados PM Voluntários, no fito de laborarem, dentre outras, nas seguintes tarefas: digitador, recepcionista, cozinheiro, protocolista, arquivista, telefonista, garçom e serviços de obras e de intendência.

Os voluntários serão empregados no Quartel do Comando-Geral, sedes de Diretorias, Ajudância-Geral, Estado-Maior, Academia Policial Militar do Guatupê, Escolas de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Colégio, Hospital, Comandos Regionais de Polícia Militar, Comando do Corpo de Bombeiros e em todas as Unidades Operacionais da PMPR, na capital e interior do Estado.

Destarte, com as admissões propostas, suprir-se-á carências nas atividades-meio da Corporação, viabilizando-se a realocação de militares estaduais hoje empregados em tarefas administrativas, os quais poderão ser deslocados para as atividades-fim. No que diz respeito a esta última circunstância, frise-se no entanto, que tal realocação não se dará na mesma proporção das admissões dos Soldados PM Voluntários, em razão, sobretudo, da necessidade de adaptação do contingente voluntário.

GABINETE DO GOVERNADOR



Por fim, resta ser enfocado que o impacto financeiro mensal para a implementação do projeto com o Soldado PM Voluntário, geral e tomado individualmente, corresponde ao constante na tabela abaixo, sendo oportuno ressaltar haver sido utilizado como referência o salário-mínimo nacional instituído pela Lei Federal n.º 12.382, de 25 de fevereiro de 2011.

CÁLCULO DE IMPACTO FINANCEIRO	
AUXÍLIO MENSAL	R\$ 1.090,00
Nº DE VOLUNTÁRIOS	1.527
TOTAL GERAL	R\$ 1.664.430,00

Cumpra-se traçar um comparativo, conforme tabela a seguir, entre as despesas com auxílio mensal para a seleção de um Soldado PM Voluntário e do ingresso definitivo de um Soldado de Primeira Classe, considerando-se para o cálculo, quanto a este, que não possua nenhum adicional por tempo de serviço, bem como se somando a indenização para aquisição de fardamento, férias proporcionais e parcela patronal da contribuição previdenciária, despesas estas inexistentes no voluntariado.

Comparativo de despesas entre Sd Temporário e Sd 1ª Classe		
Soldado PM Voluntário	Soldado de 1ª Classe	DIFERENÇA
R\$ 1.090,00	R\$ 2.766,56	R\$ 1.676,56

Portanto, se houver a adesão de todos os Soldados PM Voluntários previstos, a diferença de impacto ao erário comparativamente à mesma quantidade de Soldados de Primeira Classe é a que abaixo se demonstra:

Soldado PM Voluntário	Soldado de 1ª Classe	DIFERENÇA
R\$ 1.664.430,00	R\$ 4.224.537,10	R\$ 2.560.107,10

Ressalto que a sanção da lei supracitada não gera nenhum impacto financeiro imediato, tendo em vista, que o recrutamento para o Serviço Auxiliar Voluntário depende de autorização expressa do Governador do Estado. Ademais, o ônus aos cofres públicos poderá ser rateado com os municípios, que por convênio poderão responsabilizar-se pelos custos dos Soldados PM Voluntários em exercício nas Organizações Militares Estaduais sediadas nos respectivos territórios.

GABINETE DO GOVERNADOR



Assim, espera-se que Vossas Excelências deem a atenção necessária à presente proposta legislativa, analisando-a, votando favoravelmente e, por consequência, transformando-a em Lei Ordinária, por medida de inteira justiça.

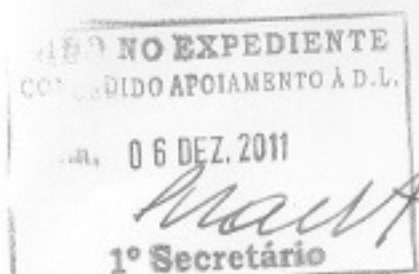
Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 5 de dezembro de 2011
OF CEE/G 120/11



I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências

Em 25/12/2011

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 38/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que objetiva instituir o Serviço Auxiliar Voluntário na Polícia Militar do Estado do Paraná – PMPR.

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 942/11

Projeto de Lei nº. 942/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 038/11

Súmula: Institui o Serviço Auxiliar Voluntário na Polícia Militar do Paraná.

EMENTA: INSTITUI O SERVIÇO AUXILIAR VOLUNTÁRIO NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ART. 144 CF. ARTS. 46, 48, 49, 65, E 66 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como instituir o Serviço Auxiliar Voluntário na Polícia Militar do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

Concedido Vistas	20
Senhor Deputado	
Tadeu / Nereu	Cesar
Em, 07, 12, 20 11	
CCJ	



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

•



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Além disso, a Constituição Federal dispõe em seu artigo 144 sobre a segurança pública:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 5º - às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º - As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º - A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

Corrobora deste entendimento a Constituição Estadual:

Art. 46. A segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:

II - Polícia Militar;

Art. 48. À Polícia Militar, força estadual, instituição permanente e regular, organizada com base na hierarquia e disciplina militares, cabe a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública, a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

execução de atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndio, buscas, salvamentos e socorros públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, de florestas e de mananciais, além de outras formas e funções definidas em lei.

Parágrafo único. As patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são asseguradas em toda sua plenitude aos oficiais da ativa, reserva ou reformados da Polícia Militar, sendo-lhes privativos os títulos, uniformes militares e postos até o coronel.

Art. 49. A Polícia Militar, comandada por oficial da ativa do último posto, força auxiliar e reserva do Exército, e a Polícia Civil subordinam-se ao Governador do Estado e serão regidas por legislação especial, que definirá suas estruturas, competências, bem como direitos, garantias, deveres e prerrogativas de seus integrantes, de maneira a assegurar a eficiência de suas atividades.

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre organização da Polícia Militar, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos do artigo 66, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Além disso, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que não gera nenhum impacto financeiro imediato, pois o recrutamento para o Serviço Auxiliar Voluntário depende de autorização expressa do Governador do Estado. Destarte, o Poder Executivo afirma que o ônus aos cofres públicos poderá ser rateado com os Municípios, que por convênio poderão responsabilizar-se pelos custos dos Soldados da PM Voluntários em exercício nas Organizações Militares Estaduais sediadas nos respectivos territórios.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

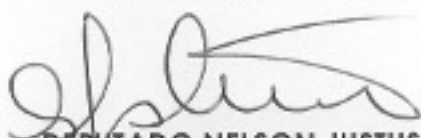


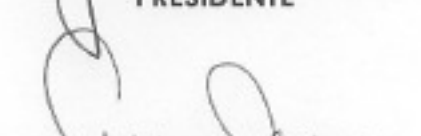
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

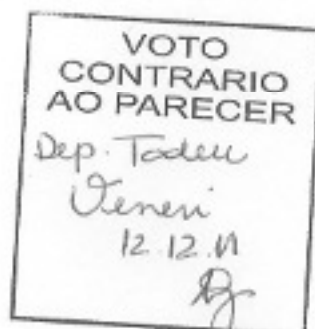
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI 942/11

O Projeto de Lei 942/11, oriundo da Mensagem Governamental 038/11 tem por objetivo instituir o Serviço Auxiliar Voluntário na Polícia Militar do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Segurança Pública a se manifestar, conforme suas prerrogativas regimentais assentadas no art. 33-H, passa a relatar a proposição.

O objetivo da proposta é possibilitar a contratação de civis para desempenharem atividades de cunho administrativo na Corporação, liberando os militares para atividades de segurança junto à população. Assim os militares hoje empregados em tarefas administrativas poderão ser deslocados para as atividades-fim, atuando efetivamente no combate a criminalidade.

Ademais, o projeto tem grande alcance social, pois possibilitará aos jovens de 18 a 23 anos a chance de uma ocupação, qualificação profissional e obtenção de renda, evitando seu envolvimento em atividades anti-sociais.

Pelo exposto, esta Comissão de Segurança Pública entende que a matéria é de suma importância e nada obsta sua tramitação nesta Casa de Leis, manifestando-se **FAVORAVELMENTE** à aprovação do Projeto em tela.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 2011.

ORIGINAL

Emenda 01
de Plenário DAP
Núclea

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



GABINETE DO DEPUTADO PARANHOS

Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 942/2011

Art. 1º. O Artigo 9º, do Projeto de Lei nº 942/2011, passa a vigorar acrescido do inciso V, com a seguinte redação:

Art. 9º. ...

"V – figurar como beneficiário do SAS - Sistema de Assistência à Saúde do Estado do Paraná durante o período da prestação voluntária de serviços."

Art. 2º. Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, em 14 de dezembro de 2.011.

PARANHOS
DEPUTADO ESTADUAL

OBS: Justificativa em anexo.

15184 14/12/2011 010458 DOP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

2011



GABINETE DO DEPUTADO PARANHOS

Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 942/2011

JUSTIFICATIVA

A presente Proposição, objetiva garantir ao Estado o direito de prestar serviço de saúde àquele que voluntariamente desempenha trabalho ao próprio Estado. Além de um direito do trabalhador e um dever do Estado, a saúde garante o exercício pleno da atividade, visto também pela ótica da prevenção, pois aquele que presta serviço ao estado, mesmo que temporariamente, pode adoecer no exercício de suas funções e estando como beneficiário do Sistema de Assistência de Saúde do Estado receberá o atendimento e o amparo necessários.

O SAS é um benefício concedido pelo Governo do Estado, sem qualquer contrapartida financeira do servidor/empregado, garantindo uma ampla cobertura assistencial médico-ambulatorial e hospitalar, em todo o Estado do Paraná, ao servidor efetivo, ativo e inativo, e para o militar da ativa, reserva ou reformado e, agora, ao Soldado PM Voluntário.

O Paraná foi dividido em regiões – denominadas Macrorregiões – distribuídas segundo o grau de complexidade da capacidade instalada dos prestadores de serviços, tanto tecnológica quanto operacional, o nível de desenvolvimento da região, o número de servidores/empregados domiciliados e, sobretudo, a acessibilidade à assistência prevista no novο modelo do SAS. A rede de assistência compreende hospitais contratados, por meio de licitações, nas cidades-sede dessas Macrorregiões, por suas unidades avançadas em outros municípios, denominados Mesorregiões, e pelos demais prestadores de serviços de saúde vinculados ao contratado, estando o SAS, em perfeitas condições de absorver a demanda do Serviço Auxiliar Voluntário da Polícia Militar que o presente Projeto de Lei instituir no âmbito territorial do Paraná.

Por tratar-se de proposta de elevado grau meritório, conclamamos a todos os nobres pares parlamentares a procederem ao devido apoio a esta emenda aditiva, pois além de garantir um direito do futuro Policial Militar Voluntário, previne o Estado de possíveis responsabilizações quanto à manutenção da saúde desses prestadores de serviço temporário.

PARANHOS,
DEPUTADO ESTADUAL

ORIGINAL

Emenda 02
Do
Plenário
DAP
Paula



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PARANÁ

1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

GABINETE PARLAMENTAR
DO
DEPUTADO MAURO MORAES

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI N.º 942/11.

Art. 1º Fica alterado o inciso I, suprimido o § 2º, renumerando-se o § 1º para parágrafo único, o qual também fica alterado, todos do art. 9º do Projeto de Lei n.º 942/1, passando os mesmos a vigorar com a seguir redação:

"Art. 9º(...)

I – frequência a curso específico de treinamento, a ser ministrado pelas Organizações Policiais Militares do Paraná, com duração de até 200 (duzentas) horas-aula;

(...)

Parágrafo único. O auxílio mensal a que fará jus o Soldado PM Voluntário indenizará as despesas decorrentes de transporte e alimentação, cabendo ao Estado o custeio do uniforme, vestimenta a qual será restituída à Polícia Militar ao término do período de prestação de serviço voluntário."

Art. 2º Altera o art. 10 do Projeto de Lei n.º 942/11, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. O Soldado PM Temporário estará sujeito à jornada trabalho estabelecida em ato do Comandante-Geral, de acordo com as peculiaridades da atividade desenvolvida."

Art. 3º Ficam suprimidos os art. 14 e 17 do Projeto de Lei n.º 942/11, renumerando-se os artigos subsequentes.

Sala das Sessões em 14 de Dezembro de 2011

MAURO MORAES
DEPUTADO ESTADUAL

15:21 14/12/2011 010461 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PARANÁ

1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

GABINETE PARLAMENTAR
DO
DEPUTADO MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

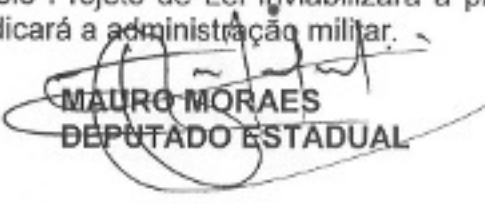
Considerando o regime jurídico do Soldado PM Temporário, pelo qual a prestação dos serviços perdurará por 01 (um) ano, prorrogável para no máximo 02 (dois) anos, a frequência a curso de treinamento por 90 (noventa) dias se afigura demasiadamente extensa e prejudicial à administração pública, sendo necessária a modificação normativa para 200 horas/aula, na forma proposta no artigo 1º, da emenda que ora apresentamos.



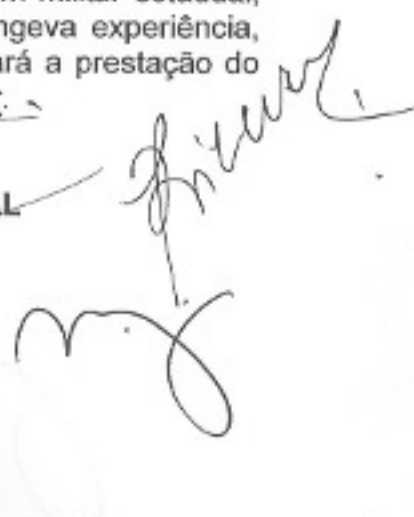
Os custos do uniforme do Soldado PM Temporário deverá ser suportado pelo erário, sendo que ao final da prestação do serviço voluntário o uniforme será restituído ao Estado, evitando que o ex-voluntário utilize-o indevidamente.

Ao estabelecer que o Soldado PM Temporário não receberá o auxílio mensal caso preste serviços por menos de 30 horas semanais, estará cometendo uma ilegalidade, pois ao menos pelas horas trabalhadas deverá receber, mesmo que proporcionalmente. Ressalte-se que as especificidades da prestação do serviço, compensação de horas trabalhadas e as causas de extinção do serviço voluntário, serão estabelecidas por ato do Comandante-Geral da PMPR, portanto justifica-se a apresentação da proposta encaminhada pelo artigo 2º, desta emenda.

Conforme consta da Mensagem de Lei nº 38/2011, a realocação de militares estaduais "não se dará na mesma proporção das admissões dos Soldados PM Voluntários, em razão, sobretudo, da necessidade de adaptação do contingente voluntário."

Ademais, não se pode exigir que um jovem, recém inserido no mercado de trabalho, portanto, sem experiência profissional, especialmente quanto às especificidades da carreira militar, cumpra integralmente as funções atualmente atribuídas a um militar estadual, que possui extensa formação e, na maioria das vezes, longa experiência, portanto, a proporção exigida pelo Projeto de Lei inviabilizará a prestação do serviço voluntário ou, pior, prejudicará a administração militar.


MAURO MORAES
DEPUTADO ESTADUAL

ORIGINAL

Emenda 03
Do PL 694/PW

14/12/2011

João



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 942/11


Os deputados que subscrevem o presente, apresentam a Emenda Modificativa, passando o inciso I do art. 9º a contar com a seguinte redação:

"Art. 9º - (...)

I – frequência a curso específico de treinamento, a ser ministrado pelas Organizações Policiais Militares do Paraná, com duração de até 200 (duzentas) horas-aula;

(...)"

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 2011.


ADEMAR TRAIANO
DEPUTADO ESTADUAL



15128 14/12/2011 010454 MP ASSINADO EM 14/12/2011



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Justificativa

Considerando o regime jurídico do Soldado PM Temporário, pelo qual a prestação dos serviços perdurará por 01 (um) ano, prorrogável para no máximo 02 (dois) anos, a frequência a curso de treinamento por 90 (noventa) dias se afigura demasiadamente extensa e prejudicial à administração pública.

ORIGINAL

Emenda ~~104~~ 04
de PLENÁRIO
DAP
14 DEZ 2011
Jairo



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 942/11

Os deputados que subscrevem o presente, apresentam Emenda Modificativa, passando o *caput* do art. 10 do projeto de Lei 942/2011 a contar com a seguinte redação, mantendo-se o parágrafo único inalterado:

Art. 10. O Soldado PM Temporário estará sujeito à jornada trabalho estabelecida em ato do Comandante-Geral da Polícia Militar, de acordo com as peculiaridades da atividade desenvolvida.

(...)"

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 2011.


ADEMAR TRAIANO
DEPUTADO ESTADUAL











Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Justificativa

Ao estabelecer que o Soldado PM Temporário não receberá o auxílio mensal caso preste serviços por menos de 30 horas semanais, o legislador estará cometendo uma ilegalidade, pois ao menos pelas horas trabalhadas deverá receber, mesmo que proporcionalmente. Ressalte-se que as especificidades da prestação do serviço, compensação de horas trabalhadas e as causas de extinção do serviço voluntário, serão estabelecidas por ato do Comandante-Geral da PMPR.



ORIGINAL

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


Emenda 6
de Plenário
Anual


EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 942/11

No Projeto de Lei nº 942/11, inclua-se dispositivo com a redação abaixo, onde couber:


"... O Soldado PM Voluntário terá direito a usufruir da mesma assistência médica proporcionada aos servidores do Quadro da Polícia Militar do Estado."

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 2011


ELTON WELTER
Deputado Estadual


ENIO VERRI
Deputado Estadual


LUCIANA RAGNIN
Deputado Estadual


PÉRICLES DE MELLO
Deputado Estadual


TONINHO WANDSCHEER
Deputado Estadual

15036 14/12/2011 010456 000 RESERVADA LEGISLAÇÃO DO PARANÁ

Justificativa:

Os soldados voluntários exercerão suas atividades em local de trabalho onde os seus colegas dispõe de atendimento médico no Hospital Militar, sendo justo



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


Emenda 07
de Plenário
DAP
Khury


EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 942/11


No Projeto de Lei nº 942/11, Inclua-se dispositivo com a redação abaixo, onde couber:


"... O tempo de serviço prestado pelo Soldado PM Voluntário será contado para fins de aposentadoria no serviço público estadual."


Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 2011


ELTON WELTER
Deputado Estadual


ENIO VERRI
Deputado Estadual


LUCIANA RAPAGNIN
Deputado Estadual


PÉRICLES DE MELLO
Deputado Estadual


TONINHO WANDSCHEER
Deputado Estadual

Justificativa:

O soldado voluntário estará dedicando provavelmente dois anos de sua vida ao serviço público, sem remuneração, e nada mais justo que pelo menos esse tempo prestado seja contado para sua aposentadoria, se posteriormente ingressar no serviço público estadual através de concurso público.

ORIGINAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda 08
do Plenário
Luciana

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 942/2011 - MENSAGEM DO PODER EXECUTIVO

EMENTA: Modifica artigo do Projeto
de Lei 942/2011 de autoria do
Poder Executivo.

Art. 1º - Modifica-se o caput do artigo 5º do PL 942/2011,
que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º O ingresso no Serviço Auxiliar Voluntário,
dar-se-á de acordo com o estabelecido no caput do
artigo 4º da Lei Complementar 108/2005, atendidos os
seguintes requisitos:

Plenário das Sessões 14 de dezembro de 2011.

Dep.ª Luciana Ráfagnin

Dep. Péricles de H. Mello

Dep. Elton Walter

Dep. Enio Verri

Dep. Toninho Wandsheer

ORIGINAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda 09
de Plenária
Anúncio

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 942/2011 -
MENSAGEM DO PODER EXECUTIVO

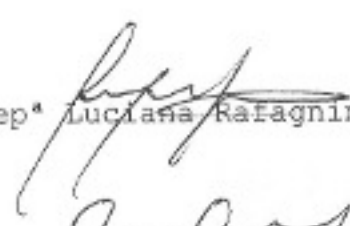
EMENTA: Modifica o artigo 12 do
Projeto de Lei 942/2011 de autoria
do Poder Executivo.

Art. 1º - Modifica-se o artigo 12 do PL 942/2011, que passa
a vigorar com a seguinte redação:


Art. 12 A prestação do Serviço Auxiliar Voluntário
da Polícia Militar, nos termos desta Lei, fica
vinculada obrigatoriamente ao Regime Geral da
Previdência Social, cujas contribuições devem ser
recolhidas durante a vigência da contratação do
serviço.


Parágrafo Único. Sem prejuízo do disposto no caput
deste artigo, aplica-se à prestação do Serviço
Auxiliar Voluntário da Polícia Militar, os incisos
II e III, do artigo 10 da Lei Complementar 108/2005.

Plenário das Sessões 14 de dezembro de 2011.

Dep.  Luciana Rafignin

Dep.  Enio Verri

Dep.  Pericles de Mello

Dep.  Toninho Wandsheer

Dep.  Elton Walter



ORIGINAL

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda 10
do Projeto de Lei nº 942/11
DA
Luciana


EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 942/11


O art. 11 do Projeto de Lei nº 942/11, passa a vigorar com a seguinte redação:


"Art. 11. Deverá ser contratado, para todos os integrantes do Serviço Auxiliar Voluntário, seguro de acidentes pessoais destinado a cobrir os riscos do exercício das respectivas atividades, cujo pagamento do prêmio será de responsabilidade da Secretaria de Estado da Segurança Pública."

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 2011


ELTON WELTER
Deputado Estadual


ENIO VERRI
Deputado Estadual


LUCIANA RAPAGNIN
Deputado Estadual


PÉRICLES DE MELLO
Deputado Estadual


TONINHO WANDSCHEER
Deputado Estadual

Justificativa:

Tratando-se de trabalho voluntário, entendemos que deve o Poder Público arcar com as despesas do seguro de acidentes pessoais desses auxiliares.



ORIGINAL

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda 11

Plenário
A. Cunha


EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 942/11

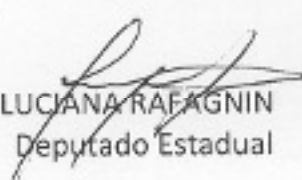
No Projeto de Lei nº 942/11, inclua-se onde couber o dispositivo abaixo.


"... O reajuste do valor do auxílio mensal ocorrerá e será implantado na mesma data da vigência das alterações dos salário-mínimo nacional."

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 2011


ELTON WELTER
Deputado Estadual


EMÍLIO VERRI
Deputado Estadual


LUCIANA RAFAGNIN
Deputado Estadual


PERICLES DE MELLO
Deputado Estadual


TONINHO WANDSCHEER
Deputado Estadual

Justificativa:

Tratando-se de valor mensal a ser pago com base no salário-mínimo nacional, é importante estabelecer a data em que o auxílio será reajustado, de vez que os voluntários estarão prestando serviços em um órgão público, cujo reajuste dos seus servidores não ocorrem na mesma data da alteração do salário mínimo nacional.



ORIGINAL

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


Emenda 12
do Projeto
Luciano


EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 942/11

O art. 10 do Projeto de Lei nº 942/11, passa a vigorar com a seguinte redação:


“ Art. 10. Para fazer jus ao valor integral do auxílio mensal de dois salários-mínimos nacional, o Soldado PM Voluntário deverá prestar serviço voluntário de 40 horas semanais, podendo ser de no mínimo 30 horas, recebendo valor proporcional.”

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 2011


ELTON WELTER
Deputado Estadual


ENO VERRI
Deputado Estadual


LUCIANA RAFAGNIN
Deputado Estadual


PÉRICLES DE MELLO
Deputado Estadual


TONINHO WANDSCHEER
Deputado Estadual

Justificativa:

Depreende-se do art. 10, que os soldados voluntários poderão exercer as atividades num período de 30 horas semanais, sendo a carga horária normal de 40 horas, para ter direito a receber o valor integral de dois salários-mínimos nacional. Em nosso entendimento, não é justo que alguns prestem serviços por 40 horas e recebam o mesmo valor daqueles que trabalharem 30 horas. Dessa forma, é importante enfatizar que somente receberão o valor de dois salários-mínimos aqueles que cumprirem o total de 40 horas, podendo cumprir menos tempo, porém receber o valor do auxílio proporcional às horas de atividade.



ORIGINAL

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda 13
de Pleno
Avalia

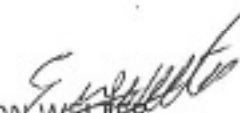
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 942/11


O art. 9º, II, do Projeto de Lei nº 942/11, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º ...

II – auxílio mensal, de natureza indenizatória, equivalente a 2 (dois) salários-mínimos nacional; "


Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 2011


ELTON WELTER
Deputado Estadual


ENIO VERRI
Deputado Estadual


LUCIANA RAFAGNIN
Deputado Estadual


PÉRICLES DE MELLO
Deputado Estadual


TONINHO WANDSCHEER
Deputado Estadual

Justificativa:

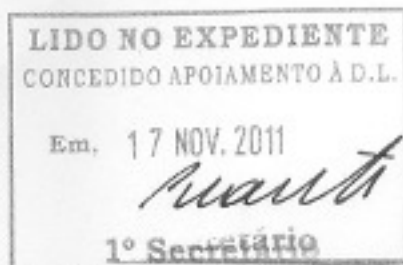
Tratando-se de valor mensal a ser pago com base em salário-mínimo, diante da existência do salário mínimo regional e do salário mínimo nacional, é importante dispor no Projeto que o auxílio é baseado no salário mínimo nacional, evitando assim dúvidas futuras quanto ao valor.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI nº 896/11



Súmula: Declara de Utilidade Pública o "Instituto Ciranda das Artes", com sede e foro no município de Curitiba

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública o Instituto Ciranda das Artes, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 2011.

BERNARDO RIBAS CARLI
DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA

O Instituto Ciranda das Artes, foi fundado em 05 de agosto de 2008, é uma entidade sem fins econômicos, lucrativos e políticos.

O Instituto tem por objetivo e finalidade, de acordo com o seu estatuto, promover e contribuir para a formação e desenvolvimento de vida comunitária. Contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, artístico, social, econômico e bem-estar da comunidade. Desenvolver trabalhos, palestras, cursos e oficinas de artes, música e dança com crianças, adolescentes e idosos.

Sendo o que se apresenta, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 896/2011

Projeto de Lei nº. 896/2011

Autor: Deputado Estadual Bernardo Ribas Carli

Súmula: Declara de Utilidade Pública o "Instituto Ciranda das Artes", com sede e foro no município de Curitiba.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Bernardo Ribas Carli, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o *Instituto Ciranda das Artes*, com sede e foro na Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 07 de dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR

ANTEPROJETO DE LEI N.º 931/2011

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Pitanga, do imóvel que especifica.


Art. 1.º – Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Pitanga, de área com 48.000,00m², na localidade denominada "Borboletinha", naquele Município, conforme Transcrição das Transmissões sob n.º 24.614, Livro 3-S, do Registro de Imóveis da Comarca de Pitanga.

Art. 2.º – O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado exclusivamente para funcionamento de Serviço Público Municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3.º – O município terá o prazo de 02 (dois) anos para a conclusão da obra e regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4.º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

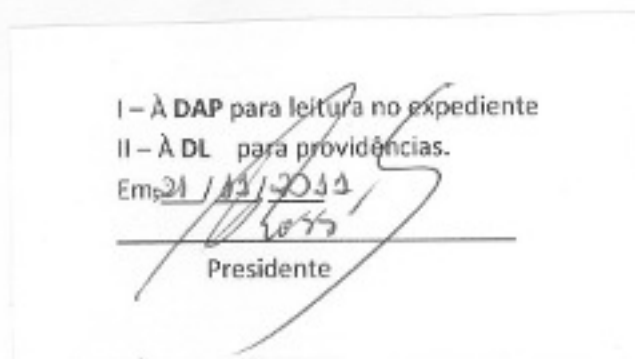
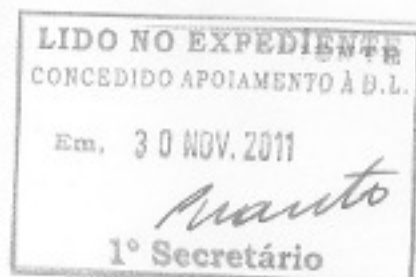
Curitiba, 9 de novembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 9 de novembro de 2011
OF CEE/G 190/11



Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 90/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná para o Município de Pitanga.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JLI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacé Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14533 300/11/2011 0009745 MP ASSINADO ELETORAL DO PARANÁ

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 90/2011

Curitiba, 9 de novembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná para o Município de Pitanga.

Inicialmente, insta salientar que o Anteprojeto de Lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no art. 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de doação, pois este contrato em particular visa imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

ME/CTL-Prot. nº 10.848.784-4



O art. 17 da Lei Ordinária Federal 8.666/93 estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I – quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) **doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo**, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei n.º 11.481, de 2007);

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei n.º 11.481, de 2007) (grifo nosso).

Ainda, leciona Hely Lopes Meirelles:

"A Administração pode fazer doações de bens móveis ou imóveis desafetados do uso público, e comumente o faz para incentivar construções e atividades particulares de interesse coletivo. Essas doações podem ser com ou sem encargos e em qualquer caso dependem de lei autorizatória, que estabeleça as condições para sua efetivação, e de prévia avaliação do bem a ser doado, não sendo exigível licitação para o contrato alienativo".¹

Nestes termos, pretende o Estado do Paraná doar imóvel ao Município de Pitanga, para que esse faça utilização do bem público contribuindo para a ampliação e desenvolvimento do Parque Industrial.

1 MEIRELLES, H.L. Direito Administrativo Brasileiro, 33ª Ed. 2007. p. 538.

GABINETE DO GOVERNADOR



Cumpre destacar que o imóvel em comento já pertencia ao referido município, e que fora doado ao Estado do Paraná para a construção da rodovia que liga Pitanga a Ivaiporã e, após o término das obras, ficou sem utilização.

Diante do exposto, bem como da autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 931/11

Projeto de Lei nº 931/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 090/2011

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Pitanga, do imóvel que especifica.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE PITANGA. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTS. 6º E 8º LEI ESTADUAL 15.608/07. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.

1. PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 090/2011, visa autorizar o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Pitanga.

2. FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º A Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

Os artigos 6º e 8º, da Lei Estadual nº. 15.608/07, complementam o texto da Constituição Estadual e dispõem sobre a alienação de bens da Administração Pública Estadual, observe-se:

Art. 6º. A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I – existência de interesse público devidamente justificado;

II – prévia avaliação, visando à definição do preço mínimo;

III – autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública;

IV – licitação na modalidade de concorrência ou leilão público, desde que realizado por leiloeiro oficial ou servidor designado pela Administração.

Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

f) doação com encargo, no caso de interesse público devidamente justificado;

A Lei Ordinária Federal 8.666/93, em seu artigo 17, determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)

O jurista José dos Santos Carvalho Filho leciona que "A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado. A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável"¹.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

¹ CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumen Juris. RJ.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**, estando presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 05 de dezembro de 2011


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO
Relator


Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 931/11

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo – Mensagem nº 90/11, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Pitanga, do imóvel que especifica.


Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a se manifestar, entendendo ser a matéria de suma importância, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON GARCIA
Presidente •


Relator


relator cuai



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Marcelo Rangel

Vice-Presidente: Deputado Francisco Bühner

MEMBROS

Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Ademir Bier; Deputado Elton Welter;

Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº931/2011

Projeto de Lei nº 931/2011

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 090/11

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Pitanga, do imóvel que especifica.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 931/11, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 090/11, objetiva efetuar a doação ao município de Pitanga, de área com 48.000,00 metros quadrados, na localidade denominada “Borboletinha”, naquele Município, conforme Transcrição das Transmissões sob o nº 24.614, livro 3-S, do Registro de Imóveis da Comarca de Pitanga.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº931/2011**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva beneficiar o Município de Pitanga, com o intuito de desenvolvimento de serviços públicos, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a necessidade do processo para efetuar a doação deste imóvel. O **Projeto de Lei 931/11** em análise desta Comissão, no que justifica-se, estará cobrindo a necessidade exclusiva da população de forma meramente justificada, a partir da doação do imóvel, poderá beneficiar a população do município de Pitanga.

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado; (...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)


O projeto evidencia de forma clara o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para ser avaliado e aprovado por esta Comissão, já que a partir da presente proposta Pitanga terá uma melhoria com esta doação.

III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, venho relevar o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (**Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná**).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar de sua competência de forma a trabalhar os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para prosseguir sua tramitação.

•




IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta terá benefícios indiscutíveis ao município de Pitanga, com a implantação de um espaço benéfico ao bem estar de toda a população.

Desta forma opto pela **Aprovação** do referido **Projeto de Lei 931/11**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 13 de dezembro de 2011.





MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão



ADELINO RIBEIRO

Relator



ANTEPROJETO DE LEI N.º 938 /2011

Súmula: Autoriza a incorporação da Empresa Paranaense de Classificação – CLASPAR pela Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR, e dá outras providências correlatas.

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a promover a incorporação da Empresa paranaense de Classificação – CLASPAR, empresa pública constituída pela Lei n.º 7.052, de 4 de dezembro de 1978, pela Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR, sociedade de economia mista de que tratam as Leis Estaduais n.º 754, de 23 de outubro de 1951 e n.º 9.570, de 15 de fevereiro de 1991.

Art. 2.º Ficam acrescidos aos objetivos da CODAPAR a gestão de estradas rurais e o desenvolvimento de projetos de engenharia rural e, em razão da incorporação, a logística do escoamento da produção agrícola aos mercados interno e externo, a classificação dos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, a medição em matérias concernentes à classificação de produtos agrícolas nas relações comerciais, o apoio às atividades pós-colheita e a certificação dos produtos da agricultura.

Art. 3.º Caberá ao Conselho de Administração da empresa incorporada deliberar sobre o protocolo, a justificação e o laudo de avaliação de seu patrimônio líquido, submetendo-os à aprovação final do Governador do Estado.

Art. 4.º Competirá à Diretoria Executiva da empresa incorporada:

- I – promover a alteração estatutária, visando ao registro da aprovação do protocolo e da justificação;
- II – praticar os atos necessários à incorporação.

Art. 5.º Os bens, direitos, obrigações e quadro de pessoal da CLASPAR serão absorvidos pela CODAPAR, respeitadas as normas da Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e outras disposições legais pertinentes.

GABINETE DO GOVERNADOR



Parágrafo único. Os imóveis indicados nos Anexos I e II a que se refere o art. 4.º da Lei Estadual n.º 7.052/1978, que compõem o capital social da CLASPAR, serão desafetados por ocasião da incorporação prevista nesta Lei, ficando a CODAPAR autorizada a aliená-los.

Art. 6.º O Poder Executivo editará normas complementares para a execução desta Lei.

Art. 7.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional, em conformidade com a Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, para implementar a presente Lei.

Art. 8.º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 2 de dezembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.

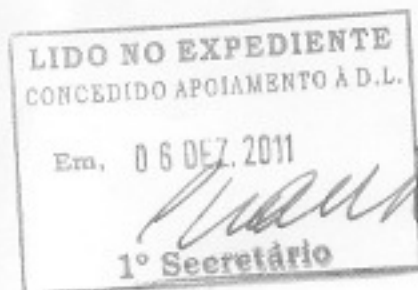

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 2 de dezembro de 2011
OF CEE/G 206/11



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.
Em, 05/12/2011
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências,
a Mensagem n.º 101/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que
objetiva autorização legislativa para a incorporação da CLASPAR
pela CODAPAR.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/JLI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14:05 06/12/2011 01:00:41 DP ASSUNTO LEGISLATIVO DO PARANÁ

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 101/2011

Curitiba, 2 de dezembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva autorização legislativa para a incorporação da CLASPAR pela CODAPAR.

Tendo em vista a necessidade de realinhar e adequar as estruturas de Estado para dinamizar as ações promotoras do desenvolvimento sustentável do agronegócio paranaense, em conformidade com as metas e diretrizes estratégicas compromissadas pelo atual Governo, impõe-se a reordenação de duas entidades do Sistema SEAGRI.

Promover a manutenção das estradas rurais em garantia do escoamento das safras agrícolas e do desenvolvimento das comunidades rurais, os custos no transporte de grãos em corredores próprios, manter a integridade da classificação da produção agrícola exportada pelo Porto de Paranaguá, exemplificam a atuação do Estado, capaz de atender a remotos anseios dos agricultores, armazenadores, exportadores e entidades portuárias.

Assim, a autorização legislativa de que trata o Anteprojeto de Lei que incorpora a CLASPAR perante a CODAPAR para conjugar e conformar as estruturas físicas e humanas dessas instituições públicas em proveito do interesse público, pela imanente especialização, favorecerá, dentre outros:

- a) a manutenção das estradas rurais em constante alinhamento às técnicas de manejo integrado de conservação do solo agrícola;
- b) a operação logística dos corredores de exportação da produção agropecuária das unidades federativas e dos países do Cone Sul pelo Porto de Paranaguá;

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

lhph/cil prot. 11.184.431-3

GABINETE DO GOVERNADOR



- c) a classificação de produtos agrícolas importados e exportáveis pela prestação de serviços de análise, capacitação técnica, supervisão e controle de qualidade de produtos agrícolas e agroindustriais;
- d) a elaboração e implantação de projetos de engenharia rural voltados ao adequado uso e manejo dos recursos naturais no Estado;
- e) o assessoramento da implantação e gestão de unidades armazenadoras individuais e coletivas em propriedades rurais;
- f) o apoio técnico das unidades armazenadoras com vistas à certificação dos produtos agrícolas;
- g) a capacitação, orientação e apoio às atividades pós-colheita e de classificação dos produtos da agricultura familiar;
- h) a rastreabilidade dos produtos da agricultura.

Desta forma, fica evidente que a reestruturação das entidades privadas de interesse público prestadoras desses serviços, que advirá da autorização legislativa, é determinante ao atendimento das atuais, prementes, e futuras necessidades da população paranaense.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente deferimento, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 938/11

Projeto de Lei nº. 938/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 101/11

Súmula: Autoriza a incorporação da Empresa Paranaense de Classificação – CLASPAR pela Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR, e dá outras providências.

EMENTA: INCORPORAÇÃO DA EMPRESA PARANAENSE DE CLASSIFICAÇÃO – CLASPAR PELA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO PARANÁ - CODAPAR. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 27, 65, 66 E 87 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo visa realizar a incorporação da Empresa Paranaense de Classificação – CLASPAR pela Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da

Senhor Deputado
<i>Enzo de J.</i>
Em 07, 12, 11
<i>98</i>
CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Quando falamos de Empresa pública e Empresa de Economia Mista, tratamos de matéria de atribuição do Governador do Estado, haja vista tais empresas serem órgãos da administração pública, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (Grito Nosso).

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei. (grifos nossos)

Incorporação é um ato que uma empresa absorve o patrimônio de outra, que juridicamente se extingue. Ou seja, o balanço patrimonial da incorporada é absorvido com a incorporação dos bens e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

direitos do ativo e das obrigações do passivo, que se somam ao balanço patrimonial da incorporada, que os assume.

O Código Civil tipifica no artigo 1.116, Capítulo X, como se procede a incorporação, senão vejamos:

Art. 1.116. Na incorporação, uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, devendo todas aprová-la, na forma estabelecida para os respectivos tipos.

Com relação à criação de empresas públicas, bem como de empresas de economia mista, está elencada na Constituição do Estado, sendo de iniciativa do Poder Executivo em criá-las, senão vejamos:

Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também, ao seguinte:
(Redação dada pela Emenda Constitucional 11 de 10/12/2001)

XVIII - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

(Redação dada pela Emenda Constitucional 7 de 24/04/2000)

Na mesma esteira, no inciso seguinte, temos especificamente do que trata a mensagem em questão a respeito da incorporação proposta, vejamos:

XIX - depende de autorização legislativa a transformação, fusão, cisão, incorporação, extinção e privatização e, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada; (Grifos Nossos).

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei, sendo que vem até a presente Casa requisitar autorização legislativa para promover a incorporação proposta.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

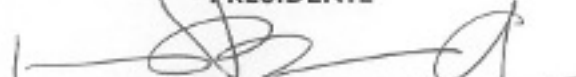
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 07 de Dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR

RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

REQUERIMENTO

APROVADO

À Diretoria Legislativa.

Em, 12 DEZ 2011

1º Secretário

Requer "*Regime de Urgência*" para a votação dos Projetos de Lei, oriundos de Mensagens Governamentais conforme específica.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme os artigos 181 e 184 do Regimento Interno desta Casa, **requer**, na condição de Presidente da Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação dos Projetos de Lei 823, 884, 885, 886, 907, 908, 914, 932, 933, 938, 939, 940, 941, 942, 944, 951, 952 e 953, todos do ano de 2011 e oriundos de Mensagens do Poder Executivo e em tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 2011.

Deputado **Marcelo Rangel**

Presidente Com. Obras, Transporte e Comunicação

Anote-se a
entrevista
pl. junto de
projetos
perspectivas

Mauro Ribeiro Borges
Diretor Legislativo

flummas



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Agricultura

PARECER AO PROJETO DE LEI 938/11

Tendo em vista o disposto no art. 33-E do Regimento Interno desta Casa, esta Comissão de Agricultura passa a se manifestar sobre o Projeto de Lei 938/11, oriundo da Mensagem 101/11 que autoriza a incorporação da empresa paranaense de classificação - CLASPAR pela Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR, e dá outras providências.

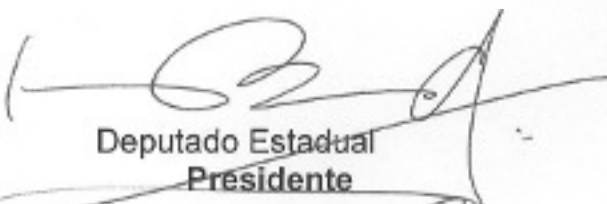
Com o Objetivo de conjugar forças, conformando as estruturas físicas e humanas da CLASPAR e CODAPAR na operação logística, assessoramento, elaboração e execução de projetos de engenharia rural, apoio técnico e capacitação no âmbito do agronegócio do Paraná é que foi apresentada tal proposição do Executivo Estadual.

O agronegócio necessita de manutenção das estradas rurais garantindo escoamento das safras agrícolas, integridade da classificação da produção de grãos no Porto de Paranaguá e atuação junto aos anseios e demandas dos agricultores do Estado.

Pelo exposto, esta Comissão manifesta-se **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei 938/11 ora em análise.


Este é o Parecer.


Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2011.


Deputado Estadual
Presidente


Deputado Estadual
Relator

Pedro Lupion


Evandro Jr.


AS
Rasca

ANTEPROJETO DE LEI N.º 939/2011

Súmula: Altera a Lei Estadual n.º 14.267, de 22 de dezembro de 2003, a fim de incluir o Fundo Rotativo para os Estabelecimentos Penais e Unidades Descentralizadas da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

Art. 1.º. Fica alterado o art. 1.º e seu § 3.º, da Lei Estadual n.º 14.267, de 22 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º. Fica autorizado o Poder Executivo a criar o Fundo Rotativo em cada um dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Estadual, nos Núcleos Regionais de Educação, nas Unidades Descentralizadas da Secretaria de Estado da Educação, nas Delegacias de Polícia, nos Estabelecimentos Penais e Unidades Descentralizadas da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, administrados pelos respectivos dirigentes.

(...)

§ 3.º. A critério da administração poderá ser criado um Fundo Rotativo por grupo de Estabelecimentos e Delegacias, gerido por um diretor, servidor, ou delegado que para tal for designado."

Art. 2.º. Fica alterado o art. 2.º e seu § 1.º, da Lei Estadual n.º 14.267, de 22 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2.º. A receita de cada Fundo Rotativo será composta pelas transferências do orçamento do Estado, contribuições da comunidade e do Poder Judiciário conforme art. 45, § 1.º do Código Penal, destinadas às despesas da respectiva unidade.

GABINETE DO GOVERNADOR



§ 1.º Os estabelecimentos de Ensino, os Núcleos Regionais de Educação, as Unidades Administrativas Descentralizadas da Secretaria de Estado da Educação, os Estabelecimentos Penais e Unidades Descentralizadas da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, poderão aplicar os recursos:

(...)"

Art. 3.º. Fica alterado o art. 4.º, da Lei Estadual n.º 14.267, de 22 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4.º. (...)

§ 3.º As prestações de contas dos Fundos Rotativos dos Estabelecimentos Penais e Unidades Descentralizadas da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos deverão ser enviadas até 31 de janeiro do ano subsequente ao Departamento Penitenciário Estadual – DEPEN para análise e parecer, para que, em até 120 dias, a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, após a aprovação, encaminhe ao Tribunal de Contas do Estado."

Art. 4.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 28 de novembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 96/2011

Curitiba, 28 de novembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva alterar a Lei Estadual n.º 14.267, de 22 de dezembro de 2003, com o intuito de incluir o Fundo Rotativo para os Estabelecimentos Penais e Unidades Descentralizadas da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

Inicialmente, cumpre informar que a presente proposta visa à inclusão dos Estabelecimentos Penais (Profissionalizante Industrial, Agrícola ou Similar), Cadeias Públicas e demais Unidades Descentralizadas daquela Secretaria (PROCON E DEPEN), na autorização para a implantação do Fundo Rotativo.

Tal solicitação justifica-se em virtude da quantidade e distribuição regional dos Estabelecimentos Penais e principalmente em função de que a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, que tem sob seu âmbito de competência promover a ressocialização e a reinserção de 15.000 (quinze mil) presos nos Estabelecimentos Penais, receberá mais de 15.000 (quinze mil) presos provisoriamente nas Cadeias Públicas, atualmente sob custódia da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP.

Sendo assim, a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos terá um acréscimo nas demandas orçamentárias e financeiras para o atendimento de 27 (vinte e sete) Estabelecimentos Penais, 02 (dois) Patronatos, 08 (oito) Cadeias Públicas e ainda os que estão em fase de construção ou aprovação dos projetos, para a ampliação de vagas.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

Protocolo n.º 11.166.978-3 lhp/cf

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476

Vale destacar que consta nesta Lei a autorização para utilizar o mecanismo do Fundo Rotativo para as Delegacias de Polícia e que atualmente alguns itens de manutenção e alimentação dos presos nas Cadeias Públicas são viabilizados pelo repasse desse Fundo, conforme consta no Decreto de regulamentação n.º 8990, de 14/12/2010:

"Art. 2.º. Os recursos que compõem o Fundo Rotativo serão destinados à manutenção das Delegacias e das viaturas com a execução de pequenos reparos, bem como aquisição de combustíveis e outros materiais de consumo, a aquisição ou fornecimento de alimentos para os presos (Pré-de-Presos) e a realização de outras despesas correntes das Delegacias de Polícia."

Já para os Estabelecimentos de Ensino, também são repassados, por meio Fundo Rotativo, recursos para despesas de investimentos, conforme consta no Decreto de Regulamentação n.º 3392, de 21/07/2004:

"Art. 5.º. As receitas do Fundo Rotativo destinar-se-ão à manutenção, realização de pequenos reparos, aquisição de material de consumo e execução de outras despesas correntes e, ainda, mediante prévia autorização do Órgão repassador dos recursos do respectivo Fundo, poderão ser aplicadas em reformas, melhorias, ampliações, aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

§ 1.º. É vedada a realização de qualquer despesa com pessoal (grifos nossos)."

Por fim, insta salientar que este tipo de repasse é feito também aos Batalhões de Polícia Militar, às Companhias Independentes da Polícia Militar do Estado, além dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública e Delegacias de Polícia.

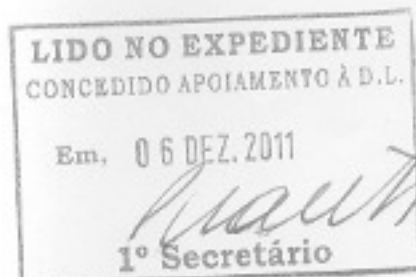
Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente deferimento, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

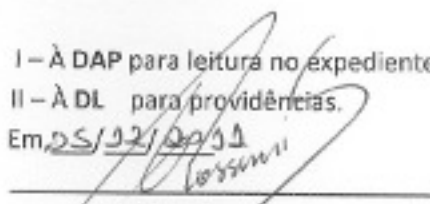


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 28 de novembro de 2011
OF CEE/G 205/11



I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.
Em 25/12/2011

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 96/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que objetiva alterar a Lei Estadual n.º 14.267, de 22 de dezembro de 2003, com o intuito de incluir o Fundo Rotativo para os Estabelecimentos Penais e Unidades Descentralizadas da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JC



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 939/2011

Projeto de Lei nº. 939/2011

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 096/11

Súmula: ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 14.267, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003, A FIM DE INCLUIR O FUNDO ROTATIVO PARA OS ESTABELECIMENTOS PENAI E UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS.

EMENTA: ALTERA LEI Nº 14.267/2003 VISANDO INCLUIR OS ESTABELECIMENTOS PENAI E UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS NO FUNDO ROTATIVO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 66, 87 D CE. RECURSOS DO FUNDO ROTATIVO PARA OS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS, ARTIGO 2º DO DECRETO Nº 8.990/2010 E PARA OS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO, ARTIGO 1º E 3º DO DECRETO 3.392/2004. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, objetiva alterar a Lei nº 14.267/2003, tendo como objetivo incluir os estabelecimentos penais e unidades descentralizadas da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos no Fundo Rotativo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, enuncia o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre organização das Secretarias de Estado, bem como sua criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos do artigo 66 e 87, vejamos:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV – criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei. (grifos nossos)

Quanto à utilização dos recursos do Fundo Rotativo nos Estabelecimentos Prisionais, existe autorização para tal utilização no artigo 2º, do Decreto 8.990/2010, senão vejamos:

Art. 2º Os recursos que compõem o Fundo Rotativo serão destinados à manutenção das Delegacias e das viaturas com a execução de pequenos reparos, bem como aquisição de combustíveis e outros materiais de consumo, a aquisição ou fornecimento de alimentos para os presos (Pré-de-Presos) e a realização de outras despesas correntes das Delegacias de Polícia.

Também são repassados recursos do Fundo Rotativo nos Estabelecimentos de Ensino, conforme estabelece o artigo 1º e 5º, do Decreto 3.392/2004, senão vejamos:

Art. 1º. Fica instituído o Fundo Rotativo em cada um dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual, incluídos os Estabelecimentos da Rede Estadual de Educação Profissional, nos Núcleos Regionais de Educação, e nas Unidades Administrativas Descentralizadas da Secretaria de Estado da Educação, a quem compete fiscalizar a aplicação dos recursos dos respectivos Fundos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 5º. As receitas do Fundo Rotativo destinar-se-ão à manutenção, realização de pequenos reparos, aquisição de material de consumo e execução de outras despesas correntes e, ainda, mediante prévia autorização do Órgão repassador dos recursos do respectivo Fundo, poderão ser aplicadas em reformas, melhorias, ampliações, aquisição de equipamentos e materiais permanentes. (grifo nosso).

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei, tendo em vista que a Lei ora modificada também advém do Poder Executivo.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 07 de dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR



REQUERIMIENTO

APROVADO

À Diretoria Legislativa.

Em. 12 DEC 2011

1º Secretário

Requer "*Regime de Urgência*" para a votação dos Projetos de Lei, oriundos de Mensagens Governamentais conforme especifica.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme os artigos 181 e 184 do Regimento Interno desta Casa, **requer**, na condição de Presidente da Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação dos Projetos de Lei 823, 884, 885, 886, 907, 908, 914, 932, 933, 938, 939, 940, 941, 942, 944, 951, 952 e 953, todos do ano de 2011 e oriundos de Mensagens do Poder Executivo e em tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 2011.

Deputado Marcelo Rangel

Presidente Com. Obras, Transporte e Comunicação

Anatomical
Entomological
Project

Manoel Ribeiro Borges
Diretor Legislativo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 939/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 96/11, que altera a Lei Estadual nº 14.267, de 22 de dezembro de 2003, a fim de incluir o Fundo Rotativo para os Estabelecimentos Penais e Unidades Descentralizadas da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

A proposta foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria em questão apresenta-se plenamente justificada.

Salienta-se ainda, na justificativa do autor que tendo em vista a quantidade e distribuição regional dos Estabelecimentos Penais e principalmente em função de que a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, que tem sob seu âmbito de competência promover a ressocialização e a reinserção de 15.000 (quinze) mil presos nos Estabelecimentos Penais, receberá a mais de 15.000 (quinze) mil presos provisoriamente nas Cadeias Públicas, atualmente sob custódia da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP.

Ainda, observe-se que a referida proposta, está em consonância com os arts. 65, 66 e 87, da Carta Estadual, onde denota-se a competência privativa do Governador do Estado.

Insta ressaltar que no Decreto de Regulamentação nº 8990, de 14/12/2010 em seu art. 2º, estabelece que os recursos que compõem o Fundo Rotativo serão destinados à manutenção das Delegacias e das



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

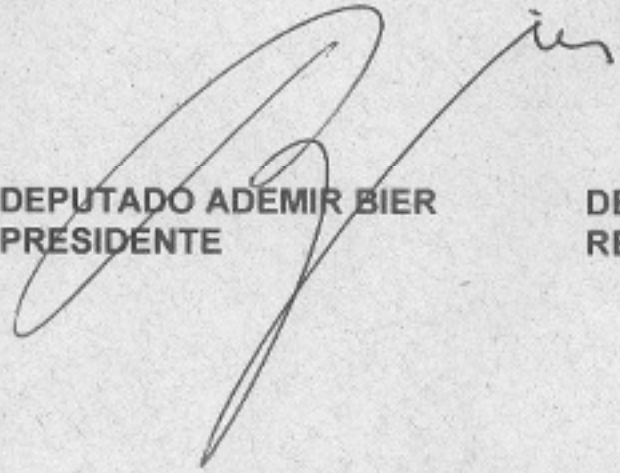
viaturas com a execução de pequenos reparos, entre outras despesas correntes das Delegacias de Polícia.

Com relação aos estabelecimentos de Ensino, também são repassados, por meio Fundo Rotativo, recursos para despesas de investimentos, conforme consta no Decreto de Regulamentação nº 3392, de 21/07/2004, por meio do art. 5º, que demonstra que as receitas do Fundo Rotativo destinar-se-ão à manutenção, realização de pequenos reparos, aquisição de material de consumo e execução de outras despesas correntes e demais despesas ali elencadas.

Assim sendo, não encontramos nada que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 12/12/11


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO WALDYR PUGLIESI
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Segurança Pública

PARECER AO PROJETO DE LEI 939/11

Tendo em vista o disposto no art. 33-H do Regimento Interno desta Casa, esta Comissão de Segurança Pública passa a se manifestar sobre o Projeto de Lei 939/11, oriundo da Mensagem 096/11 que altera Lei 14.267/2003 incluindo o Fundo Rotativo para Estabelecimentos Penais e Unidades Descentralizadas da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.


Devido a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos possuir estrutura muito fragmentada no Estado, tendo que atender 15 mil presos em estabelecimentos penais e com previsão de receber mais 15 mil presos que estão sob custódia da Secretaria de Segurança Pública se faz necessária tal modificação proposta pelo PL 939/11.




Necessita a SEJU que tais estruturas estejam contempladas no Fundo Rotativo, incrementando as receitas orçamentárias pois atende 27 estabelecimentos penais, 2 patronatos, 8 cadeias públicas que estão em fase de construção ou aprovação de seus projetos, necessitando ampliação de vagas.

Pelo exposto, esta Comissão manifesta-se **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei 939/11 ora em análise.

Este é o Parecer.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011.


Deputado Estadual
Relator

ANTEPROJETO DE LEI N.º 944/2011

Súmula: Altera o art. 7.º da Lei n.º 16.372, de 30 de dezembro de 2009, e adota outras providências.

Art. 1.º Altera o art. 7.º da Lei 16.372, de 30 de dezembro de 2009, bem como revoga o parágrafo único desse artigo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7.º Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias, atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, ficarão extintos em 30 de junho de 2012."

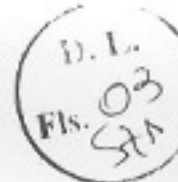
Art. 2.º Ficam as Secretarias de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, do Planejamento e Coordenação-Geral – SEPL e da Fazenda – SEFA, autorizadas a promover os ajustes orçamentários e financeiros nos orçamentos das Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 2 de dezembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



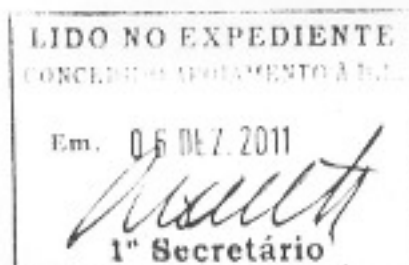
CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 2 de dezembro de 2011
OF CEE/G 207/11



Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em, 05/03/2011

Presidente

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 102/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei com proposta de alteração na Lei n.º 16.372, de 30 de dezembro de 2009, que estabelece o quantitativo, para regularização, dos cargos em comissão que se destinam a atender a encargos de direção, de chefia ou de assessoramento superior nas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/SRGVF/JLI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacé Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14185 06/12/2011 08:04:20 05 03 2011 11:03:11

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 102/2011

Curitiba, 2 de dezembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei com proposta de alteração na Lei n.º 16.372, de 30 de dezembro de 2009, que estabelece o quantitativo, para regularização, dos cargos em comissão que especifica, que se destinam a atender a encargos de direção, de chefia ou de assessoramento superior nas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES.

Inicialmente, cumpre informar que a presente mensagem de Lei objetiva prorrogar o prazo de extinção dos cargos de confiança das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná – IEES para o dia 30/6/2012.

Conforme leciona o art. 7.º da Lei n.º 16.372, de 30 de dezembro de 2009, os cargos de confiança que atualmente compõem as Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES deveriam ser extintos a partir de 31 de dezembro de 2011. No entanto, considerando que as IEES demandaram um prazo maior que o previsto para a regularização e uniformização da estrutura de Funções e Cargos Comissionados nas Universidades e Hospitais Universitários, tal medida se faz imperiosa para evitar a extinção de tais cargos e funções e, assim, impedir um colapso perante a estrutura das Universidades e dos Hospitais Universitários.

Por fim, insta salientar que a prorrogação não acarreta nenhuma expansão financeira, pois mantém-se a estrutura já vigente nas Universidades.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente deferimento, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR
Protocolo n.º 11.228.277-7

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 944/11

Projeto de Lei nº 944/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 102/11

Súmula: Altera o art. 7º da Lei n. 16.372, de 30 de dezembro de 2009, e adota outras providências.

EMENTA: PRORROGA PRAZO PARA EXTINGUIR OS CARGOS DE CONFIANÇA E FUNÇÕES GRATIFICADAS PRATICADOS PELAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR – IEES. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA ADITIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 102/2011, visa prorrogar a extinção dos cargos de confiança e funções gratificadas de todas as simbologias, atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, de 31 de dezembro de 2011 para 30 de junho de 2012, alterando, para isso, o art. 7º da Lei n. 16.372, de 30 de dezembro de 2009.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Por outro lado, verifica-se que a iniciativa para o presente projeto de Lei recai no preconizado no art. 66, I da Constituição Estadual, pois embora não se trata de criação de cargos *strictu sensu*, certo que a prorrogação da sua existência, bem como das funções gratificadas, está abrangida pelo referido artigo:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:**

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Originalmente, o artigo 7º que se pretende modificar no presente projeto dispunha que os cargos de confiança e funções gratificadas seriam extintos no prazo de 90 (noventa) dias a partir da publicação da Lei 16.372, de 30 de dezembro de 2009.

Em 26 de abril de 2010, a Lei 16478 foi sancionada e prorrogou para 31 de dezembro de 2010 a extinção dos referidos cargos.

Em seguida, a Lei 16.664, de 14 de dezembro de 2010 deu a atual redação do artigo 7º para constar o término dos cargos e funções gratificadas em 31 de dezembro de 2011:

Art. 7º. Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, ficarão extintos em 31 de dezembro de 2011. [Redação dada pela Lei 16664 de 14/12/2010]



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Parágrafo único. Os atuais cargos a que se refere o "caput" deste artigo, não implicarão em despesas orçamentárias adicionais.
[Incluído pela Lei 16664 de 14/12/2010]

Desta forma, verificou-se a iniciativa privativa do Governador do Estado e a inexistência de óbices ao presente projeto.

Já no que tange à Lei Complementar 101/2000 (Responsabilidade Fiscal), tem-se que os cargos já são existentes, não implicando em despesas orçamentárias adicionais.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa na forma da **EMENDA ADITIVA** em anexo.




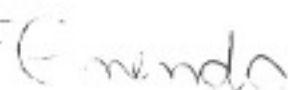
Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO

RELATOR




Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Gabinete Deputado Fernando Scanavaca

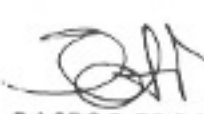
EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 944/2011

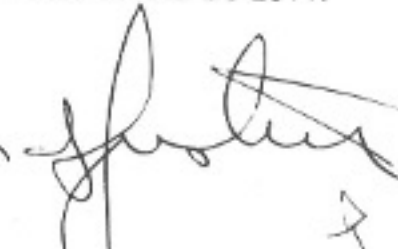






De acordo com o que determinam os artigos 137, §3º e 141, inciso II do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, fica acrescido art. 3º ao Projeto de Lei nº 944/2011, bem como renumera o atual art. 3º para art. 4º:

Art. 3º. Acresce parágrafo único ao art. 6º da Lei 16.372, de 30 de dezembro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único. O Ato da nomeação, exoneração e registro funcional a que se referem o caput deste artigo devem especificar nome, cargo e função do respectivo servidor.

Sala das Comissões, 12 de Dezembro de 2011.


PASTOR EDSON PRACZYK
DEPUTADO ESTADUAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei nº 944/2011

Projeto de Lei nº 944/2011

Autor: Poder Executivo

Trata-se do Projeto de Lei de nº 944/2011, que "Altera o art. 7º da Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009, e adota outras providências", de autoria do Poder Executivo, que após receber parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, que apresentou uma emenda aditiva, chegou a esta Comissão para o parecer apropriado.

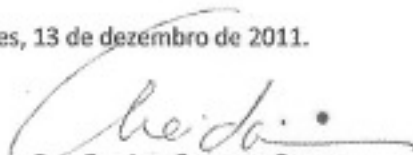
Seguindo os dispositivos regimentais a Comissão de Educação deve analisar os projetos de lei que sejam relativas à educação e instrução pública ou particular (Art. 33-G). Assim como o Projeto de Lei altera o funcionamento das Instituições de Ensino Superior, faz-se necessário o pronunciamento dessa Comissão Permanente.

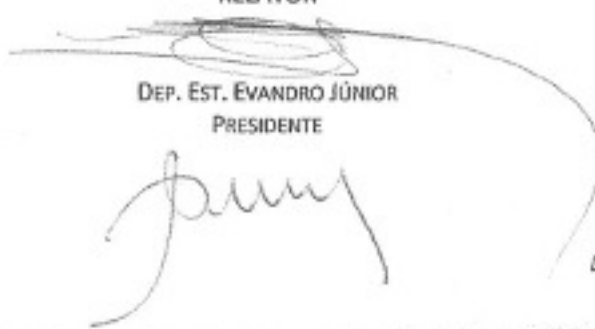
O Projeto de Lei vem estender por mais seis meses a data limite para a extinção dos cargos em comissão (confiança) nas Instituições Estaduais de Ensino Superior. O objetivo, ou seja, a finalidade da lei alterada, Lei 16.372/2009, é extinguir os cargos em confiança de todas as simbologias das Universidades e Faculdades Estaduais. Entretanto a prática demonstrou que o prazo previsto para o último dia do corrente ano é inaplicável. Assim o Poder Executivo, de forma, previdente e oportuna, solicitou a dilação do prazo por seis meses, prevendo, assim o fim dos citados cargos para 30 de junho de 2012.

O projeto de lei vai de encontro aos interesse dos reitores das Universidades que necessitam deste expediente, dos cargos em comissão, para garantir a funcionalidade administrativa e em muitos casos didáticas de suas instituições. Portanto a dilação de prazo atende aos interesses da Educação e garantirão, minimamente, a continuidade do serviço público e assim a continuidade dos serviços educacionais dessas instituições estaduais de ensino superior.

Por todas as razões aqui expostas somos, s.m.j., FAVORÁVEIS ao regular trâmite do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2011.


DEP. EST. LUIZ EDUARDO CHEIDA
RELATOR


DEP. EST. EVANDRO JÚNIOR
PRESIDENTE







Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



ANTEPROJETO DE LEI Nº 955/11

EMENTA: Cria a 2ª Vara Cível na Comarca de Arapongas, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

Art. 1º Fica criada a 2ª Vara Cível na Comarca de Arapongas, entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 2º Fica alterado o inciso II do artigo 263 da Lei referida no art. 1º, que passa a vigorar acrescido da alínea b, com a seguinte redação:

"Art. 263.....

(...)

II – na Comarca de Arapongas:

a) (...)

b) a 2ª Vara Cível"

Art. 3º Fica criado um (1) cargo de Juiz de Direito para a Comarca de Arapongas, de entrância intermediária.

Art. 4º Fica criado um (1) cargo de Juiz Substituto para a 19ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Arapongas, de entrância intermediária.

Art. 5º Ficam alterados os Anexos IV, V, e IX Tabela 1 da Lei referida no art. 1º.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

.....	
ARAPONGAS - Comarca de Entrância Intermediária	
FORO JUDICIAL	
1ª Vara Cível	
2ª Vara Cível	
Vara Criminal	
Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial	
Juizado Especial Cível e Criminal	
Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público	
FORO EXTRAJUDICIAL	
1º Tabelionato de notas, acumulando, precariamente, o Tabelionato de protesto de títulos	
2º Tabelionato de notas	
1º Serviço de registro de imóveis	
2º Serviço de registro de imóveis	
Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas	
SERVIÇO DISTRICTAL	
Serviço distrital de Sabaudia	
Serviço distrital de Bom Progresso	
.....	

(2) = JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E / OU CRIMINAL COM UNIDADE ADMINISTRATIVA PRÓPRIA E UM CARGO DE JUIZ.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juíz de Direito Substituto em 2º Grau	Juíz de Direito Juizado Especial	Juíz de Direito Substituto	Juíz de Direito Substituto	Total		
.....									
1ª INSTÂNCIA									
.....									
Arapongas	Interm.			4	1	2	7		
.....									

27

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003 CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1							
COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
1ª INSTÂNCIA							
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA							
Arapongas			2	1		1	4





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Declaro em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria a 2ª Vara Cível na Comarca de Arapongas, de entrância intermediária, possui adequação com a Lei Orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15.757, de 27 de dezembro de 2007.

Curitiba, 30 de novembro de 2011.



MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei tem por finalidade criar a 2ª Vara Cível na Comarca de Arapongas, de entrância intermediária, bem como um novo cargo de Juiz Substituto, conforme consta do protocolado de nº 36420/2009-CPJE, visando a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços naquela Comarca.

A proposta altera o art. 263, da Lei Estadual nº 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ).

O Foro Judicial da referida Comarca abrangerá duas (2) Varas Cíveis, uma (1) Vara Criminal, uma (1) Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e atenderá uma população de aproximadamente 110.103 habitantes e um total de 24.884 processos em andamento.

Arapongas, de acordo com o Anexo II, Tabela 2, do CODJ, é sede da 19ª Seção Judiciária, integrada pela Comarca de Entrância Intermediária de Astorga.

A criação da 2ª Vara Cível na Comarca de Arapongas, de entrância intermediária, bem como a criação de mais um cargo de Juiz Substituto, foi objeto de aprovação* pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, em deliberação datada de 21/11/2011, e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em Sessão realizada no dia 25 de novembro de 2011.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Ressalte-se que os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que são parte integrante da mesma.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, considerando a criação de mais um cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária, e de um cargo de Juiz Substituto, totaliza o valor anual aproximado de **R\$ 565.000,00** (quinhentos e sessenta e cinco mil reais), a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Os cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria do Cível são objetos da Lei Estadual nº 16.023/2008, e as despesas decorrente de seu preenchimento serão suportadas pelo Fundo da Justiça (FUNJUS), criado pela Lei Estadual nº 15.942 de 03 de setembro de 2008.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário relativo ao 2º Quadrimestre de 2011, a despesa de pessoal situou-se em 3,96% (três vírgula noventa e seis por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 30 de novembro de 2011.
Of. nº 1673/2011-GP

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em 07/12/2011

Presidente

A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 07 DEZ. 2011

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação da 2ª Vara Cível da Comarca de Arapongas, de entrância intermediária e adota outras providências, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 955/11

Projeto de Lei nº. 955/11
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Cria a 2ª Vara Cível na Comarca de Arapongas, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

EMENTA: CRIAÇÃO DA 2ª VARA CÍVEL NA COMARCA DE ARAPONGAS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa criar a 2ª Vara Cível na Comarca de Arapongas, visando à expansão da prestação jurisdicional no Estado.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d da nossa Carta Magna, senão vejamos:

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

(...)

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas judiciárias para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

(...)

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários; (Grifos Nossos).

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual n. 15.757/2007.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 12 de Dezembro de 2011.

DEPUTADO CAÍTO QUINTANA
PRESIDENTE

DEPUTADO NELSON JUSTUS
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 955/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1673/11, com o objetivo de criar a 2ª Vara Cível na Comarca de Arapongas, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

Quando da análise pela douta Comissão de Constituição e Justiça, a mesma exarou, em relação aos aspectos constitucional e regimental o competente parecer favorável a matéria em questão.

Na vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Com relação ao impacto financeiro da presente proposta, observamos que a criação de mais um cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária, e de um cargo de Juiz Substituto, totaliza o valor anual aproximado de R\$565.000,00 (quinhentos e sessenta e cinco mil reais), a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, e em relação aos cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria do Cível são objetos da Lei nº 16.023/2008, e despesas decorrente de seu preenchimento serão suportadas pelo Fundo da Justiça (FUNJUS) criado pela Lei nº 15.942 de 03 de setembro de 2008.

Ressalta-se ainda, que a proposta vem acompanhada da declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que as despesas decorrentes com o Projeto em tela possui adequação com a lei orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2008 – 2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15.757, de 27 de dezembro de 2007, estando ainda em atenção com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

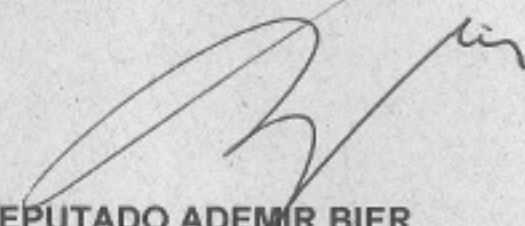


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças


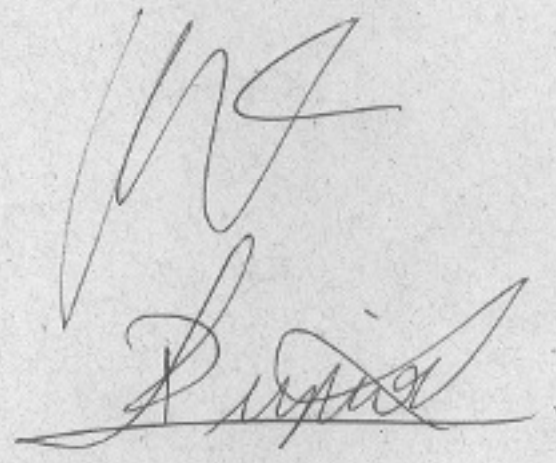
Assim sendo, nada visualizamos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 13/12/11


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO WALDYR PUGLIESI
RELATOR

ANTEPROJETO DE LEI N.º 963/2011

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão à Fundação de Ação Social – FAS, do imóvel que especifica.

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso à Fundação de Ação Social – FAS, de uma área de 530,40m², constituída de uma área total de 10.038,60m², com área utilizada construída de 312,77m², indicação fiscal n.º 81.203.002.000, situado na Rua 1.º de maio, n.º 1214, bairro Xaxim, onde se encontra instalado o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS – Vila São Pedro, transcrição de matrícula sob n.º 16.619 do 8.º Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

Art. 2.º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para funcionamento do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS – Vila São Pedro – Núcleo Regional Boqueirão, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3.º A presente cessão terá vigência até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

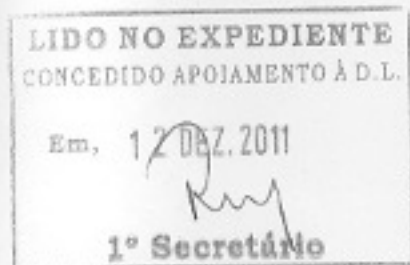
Curitiba, em 12 de dezembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 12 de dezembro de 2011
OF CEE/G 221/11



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

A D.L. p/ leitura no ex-
pediente
A D.L. p/ providências
Em, 12. dezembro 2011

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências,
a Mensagem n.º 99/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que
autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de imóvel de
propriedade do Estado do Paraná para a Fundação de Ação
Social – FAS.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JC

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacé Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

16:36 12/12/2011 010298 WP ASSINADO ELETRONICAMENTE DO PARANÁ

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 99/11

Curitiba, 12 dezembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de imóvel de propriedade do Estado do Paraná para a Fundação de Ação Social – FAS.

Inicialmente, insta salientar que o Anteprojeto de Lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no art. 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Além deste, insta salientar que a Lei Estadual n.º 15.608/07, em seu artigo 8.º, dispõe sobre a dispensa de licitação em determinados casos, como exposto abaixo:

Art. 8.º Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

I – de bens imóveis para:

(...)

g) direito real de uso quando destinado a outro órgão ou entidade da Administração Pública;

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA - PR

Hely Lopes Meireles leciona que:

"A cessão de uso é uma categoria específica e própria para o transpasse da posse de um bem público para outra entidade, ou órgão da mesma entidade, que dele tenha necessidade e se proponha a empregá-lo nas condições convencionadas com a Administração cedente."¹

Tendo em vista que a presente medida se coaduna com os interesses públicos e da Administração Estadual, eis que, no imóvel que o Estado pretende ceder à Fundação de Ação Social – FAS, está instalado o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS – Vila São Pedro – Núcleo Regional Boqueirão.

Verificada a autorização para que o órgão público efetue a cessão de imóveis sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador a impedisse, haja vista a expressa autorização legal e o interesse público existente no benefício dado ao Município de Tibagi.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

1 MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 33.^a ed. p. 529.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 963/11

Projeto de Lei nº 963/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº.099/11

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a cessão à Fundação de Ação Social – FAS, do imóvel que especifica.

EMENTA: CESSÃO DE IMÓVEL À FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL – FAS, DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ART. 8º LEI ESTADUAL 15.608/07. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 099/2011, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão à Fundação de Ação Social – FAS, do imóvel que especifica.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

Ainda, o artigo 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 dispõe sobre a dispensa de licitação em determinados casos, observe-se:

Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

I – De bens imóveis para:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

g) direito real de uso quando destinado a outro órgão ou entidade da Administração Pública;

A Lei Ordinária Federal 8.666/93 em seu artigo 17 determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública;

A jurista Hely Lopes Meirelles leciona que "a cessão de uso é uma categoria específica e própria para o transpasse da posse de um bem público para outra entidade, ou órgão da mesma entidade que dele



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

tenha necessidade e se proponha a empregá-lo nas condições convencionadas com a Administração cedente"¹.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

¹ MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 33, ed., p. 529.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR

RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 963 / 11

O Projeto de Lei em tela, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 99/11 tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão, à Fundação de Ação Social - FAS, do imóvel que especifica.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e Assuntos Municipais a se manifestar, entendemos não haver óbice ao prosseguimento, opinamos favoravelmente a sua aprovação.

É o parecer.

Curitiba, 13 de dezembro de 2011.


Deputado NELSON GARCIA
Presidente


Relator

ANTEPROJETO DE LEI N.º 364/2011

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão, à Fundação de Ação Social – FAS, do imóvel que especifica.

Art. 1.º – Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, à Fundação de Ação Social – FAS, de imóvel constituído pelos lotes de terreno 147 e 148, da Planta Vila Bittencourt, e mais o prédio existente nos referidos lotes, com Transcrição das Transmissões n.º 42.104, Livro 3/R, do Cartório de Registro de Imóveis da 3.ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2.º – O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para funcionamento da Fundação de Ação Social – FAS – Casa de Acolhimento Pequeno Cidadão, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3.º – A presente cessão terá vigência até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

Art. 4.º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

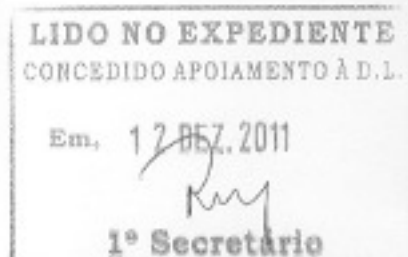
Curitiba, 12 de dezembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 9 de dezembro de 2011
OF CEE/G 219/11



A DSP p/ Curitiba no
expediente
A DL p/ providências
Em, 12. dezembro 2011
[Signature]
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências,
a Mensagem n.º 97/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que
autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de imóvel de
propriedade do Estado do Paraná para a Fundação de Ação
Social – FAS, no Município de Curitiba.

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

MENSAGEM N.º 97/11

Curitiba, 12 de dezembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de imóvel de propriedade do Estado do Paraná à Fundação de Ação Social – FAS, no Município de Curitiba.

Inicialmente, insta salientar que o Projeto de Lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no art. 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Além deste, insta salientar que a Lei Estadual n.º 15.608/07, em seu artigo 8.º, dispõe sobre a dispensa de licitação em determinados casos, como exposto abaixo:

Art. 8.º Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

I – De bens imóveis para:

(...)

g) direito real de uso quando destinado a outro órgão ou entidade da Administração Pública;

Hely Lopes Meireles¹ leciona que:

“A cessão de uso é uma categoria específica e própria para o transpasse da posse de um bem público para outra entidade, ou órgão da mesma entidade, que dele tenha necessidade e se proponha a empregá-lo nas condições convencionadas com a Administração cedente.”.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

1 MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 33 ed. p. 529.

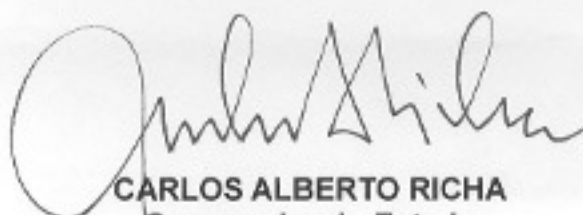
GABINETE DO GOVERNADOR



Tendo em vista que a presente medida se coaduna aos interesses públicos e da Administração Estadual, eis que no imóvel que o Estado pretende ceder à Fundação de Ação Social atualmente está instalada a Casa de Acolhimento Pequeno Cidadão.

Verificado que a autorização para que o órgão público efetue a cessão de imóveis sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador a impedisse, haja vista a expressa autorização legal e o interesse público existente no benefício dado à Fundação de Ação Social – FAS.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 964/11

Projeto de Lei nº 964/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº.097/11

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a cessão à Fundação de Ação Social – FAS, do imóvel que especifica.

EMENTA: CESSÃO DE IMÓVEL À FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL – FAS, DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ART. 8º LEI ESTADUAL 15.608/07. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 097/2011, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão à Fundação de Ação Social – FAS, do imóvel que especifica.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

Ainda, o artigo 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 dispõe sobre a dispensa de licitação em determinados casos, observe-se:

Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

I – De bens imóveis para:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

g) direito real de uso quando destinado a outro órgão ou entidade da Administração Pública;

A Lei Ordinária Federal 8.666/93 em seu artigo 17 determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública;

A jurista Hely Lopes Meirelles leciona que "a cessão de uso é uma categoria específica e própria para o transpasse da posse de um bem público para outra entidade, ou órgão da mesma entidade que dele



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

tenha necessidade e se proponha a empregá-lo nas condições convencionadas com a Administração cedente”¹.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

¹ MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 33, ed., p. 529.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO

RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 964 / 11

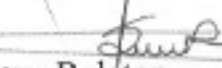
O Projeto de Lei em tela, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 97/11 tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão, à Fundação de Ação Social - FAS, do imóvel que especifica.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e Assuntos Municipais a se manifestar, entendemos não haver óbice ao prosseguimento, opinamos favoravelmente a sua aprovação.

É o parecer.

Curitiba, 13 de dezembro de 2011.


Deputado NELSON GARCIA
Presidente


Relator



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA



~~ANTE~~PROJETO DE LEI 965/11

EMENTA: Cria a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial na Comarca de Marechal Cândido Rondon, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

Art. 1º Fica criada na Comarca de entrância intermediária de Marechal Cândido Rondon, a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 2º Fica alterado o artigo 263 da Lei referida no art. 1º, que passa a vigorar acrescido do inciso XXXI, com a seguinte redação:

"Art. 263.....

(...)

XXXI – na Comarca de Marechal Cândido Rondon:

- a) Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Art. 3º Fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito para a Comarca Marechal Cândido Rondon de entrância intermediária.

Art. 4º Ficam alterados os Anexos IV, V, e IX Tabela 1 da Lei referida no art. 1º.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA



~~ANTE~~PROJETO DE LEI 965/11

EMENTA: Cria a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial na Comarca de Marechal Cândido Rondon, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

Art. 1º Fica criada na Comarca de entrância intermediária de Marechal Cândido Rondon, a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 2º Fica alterado o artigo 263 da Lei referida no art. 1º, que passa a vigorar acrescido do inciso XXXI, com a seguinte redação:

*Art. 263.....

(...)

XXXI – na Comarca de Marechal Cândido Rondon:

a) Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Art. 3º Fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito para a Comarca Marechal Cândido Rondon de entrância intermediária.

Art. 4º Ficam alterados os Anexos IV, V, e IX Tabela 1 da Lei referida no art. 1º.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

Vara Cível

Vara Criminal

Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial

(3) Juizado Especial Cível e Criminal

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

Tabelionato de notas, acumulando, precariamente, o Tabelionato de protesto de títulos

Serviço de registro de imóveis

Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas

SERVIÇO DISTRIAL

Serviço distrital de Mercedes

Serviço distrital de Quatro Pontes

Serviço distrital de Pato Branco

Serviço distrital de Entre Rios do Oeste

Serviço distrital de Nova Santa Rosa

Serviço distrital de Porto Mendes

Serviço distrital de Alto Santa Fé

Serviço distrital de Maringá

(3) = JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E / OU CRIMINAL COM UNIDADE ADMINISTRATIVA PRÓPRIA



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRADA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz de Direito Substituto	Juiz de Direito Substituto	Juiz de Direito Substituto	Total
Manoel Cândido Rondon	Interim.			3				1	4

[Handwritten signature]

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ							
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003							
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX							
CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1							
COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial na Comarca de Marechal Cândido Rondon, de entrância intermediária, consta da proposta orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15.757, de 27 de dezembro de 2007.

Curitiba, 12 de dezembro de 2011.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA



JUSTIFICATIVA

O presente anteprojeto de Lei, conforme consta do protocolado de nº 117590/2011-CPJE, tem por finalidade criar a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial na Comarca de Marechal Cândido Rondon, de entrância intermediária, visando à expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços naquele Foro.

A proposta altera o art. 263, da Lei Estadual nº 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), combinado com o art. 2º da Lei 16.023/2008.

O Foro Judicial da referida Comarca abrangerá uma (1) Vara Cível, uma (1) Vara Criminal, e agora, uma (1) Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, que atenderá uma população de aproximadamente 71.670 habitantes e um total de 16.512 processos em andamento.

A criação Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial na Comarca de Marechal Cândido Rondon, de entrância intermediária, foi objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, neste em Sessão realizada no dia 09 de dezembro de 2011.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, considerando a criação de mais um cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária, totaliza o valor anual aproximado de **R\$ 298.000,00** (duzentos e noventa e oito mil reais), a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA



Os cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Vara Cível (Secretaria do Cível) – estatizada –, são objeto da Lei Estadual nº 16.023/2008, a qual dispõe sobre as carreiras dos funcionários públicos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná; sendo que a despesa decorrente será a expensas do Fundo da Justiça (FUNJUS), criado pela Lei Estadual nº 15.942 de 03 de setembro de 2008.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário relativo ao 2º quadrimestre de 2011, a despesa com pessoal situou-se em 3,96% (três vírgula noventa e seis por cento), da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ressalte-se que os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei, deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que é parte integrante da mesma.

Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA

Curitiba, 12 de dezembro de 2011.
Of. nº 1762/2011-GP

A ~~AT~~ p/lecture no
exp/dicte

A D pl p...
E, 12. 2. 2011

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 12 DEZ. 2011

Senhor Presidente:

1º Secretário

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação da Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial na Comarca de Marechal Cândido Rondon, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 965/11

Projeto de Lei nº 965/11

Autor: Tribunal de Justiça – Ofício nº 1762/2011

Súmula: Cria a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial na Comarca de Marechal Cândido Rondon, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

EMENTA: CRIAÇÃO DE VARA NOVA E ALTERAÇÃO DO CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIA. ARTIGO 96 DA CF. ARTIGOS 65 E 101 DA CE. ARTIGO 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 15 E 16 LC 101/00. LC 95/98. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, tem por finalidade criar a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial na Comarca de Marechal Cândido Rondon, de entrância intermediária, visando a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e distribuir o volume de serviços naquele Foro.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que a Constituição Federal assegura, em seu artigo 96, competência privativa dos Tribunais de Justiça para propor ao Poder Legislativo leis que tratem da criação de novas varas judiciárias, da criação de cargos e sua remuneração e da alteração da organização e da divisão judiciárias:

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

(...)

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

(...)

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

(...)

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

(...)

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

(grifos nossos) . •

No que tange à Constituição Estadual do Paraná, assim dispôs no seu artigo 101:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

(...)

b) - a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízes que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, observado o que

dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

(...)

d) - a alteração da organização e da divisão judiciárias;

e) - a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários: (grifos nossos)

Ainda, acerca da competência do presente projeto de lei, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná assim dispõe:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifos nossos)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Desta forma, fica clara a competência do Tribunal de Justiça para iniciar o processo legislativo no caso em análise, uma vez que trata justamente da criação da Comarca de Marmeleiro, o que altera o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado (Lei nº. 14.277/03) e cria um cargo de Juiz de Direito de entrância inicial para a referida Vara.

Cabe ainda observar que, de acordo com a Lei Complementar 101/00, toda ação governamental que acarrete aumento de despesa deve ser acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que tem adequação orçamentária e financeira com a lei anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. (grifos nossos)

O projeto de lei em análise traz, em anexo, a declaração do Presidente do Tribunal de Justiça de que as suas despesas apresentam a adequação de que trata o inciso II do artigo 16 da norma supracitada. Além disso, em sua justificativa, o autor traz a estimativa do impacto orçamentário-financeiro de que trata o inciso I do mesmo artigo. Desta forma, não há óbice algum a Lei Complementar 101/00, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.

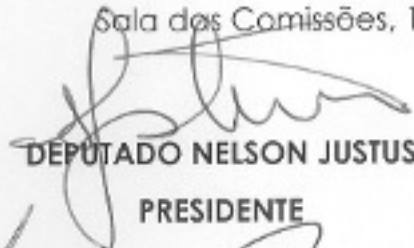


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE** opinamos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH

RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 965/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1762/11, com o objetivo de criar a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial na Comarca de Marechal Cândido Rondon, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

Quando da análise pela douta Comissão de Constituição e Justiça, a mesma exarou, em relação aos aspectos constitucional e regimental o competente parecer favorável a matéria em questão.

Na vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Com relação ao impacto financeiro da proposta em tela, observamos que a criação de mais um cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária, totaliza o valor anual aproximado de R\$298.000,00 (duzentos e noventa e oito mil reais), a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, e em relação aos cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Vara Cível (Secretaria do Cível) – estatizada, são objeto da Lei nº 16.023/2008, e despesa decorrente de seu preenchimento serão as expensas do Fundo da Justiça (FUNJUS) criado pela Lei nº 15.942 de 03 de setembro de 2008.

Ressalta-se ainda, que a proposta vem acompanhada da declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que as despesas decorrentes com o Projeto *em tela consta da proposta orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2008 – 2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15.757, de 27 de dezembro de 2007, estando ainda em atenção com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

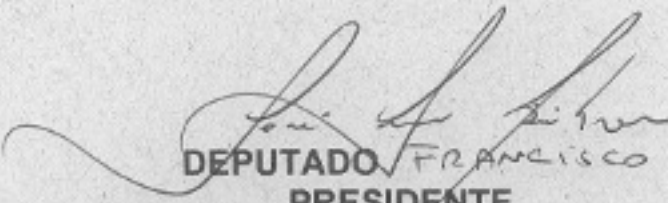


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

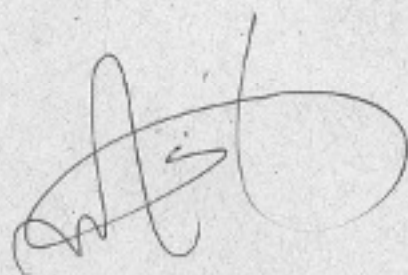
Desta forma, nada visualizamos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, parecer **FAVORÁVEL**.

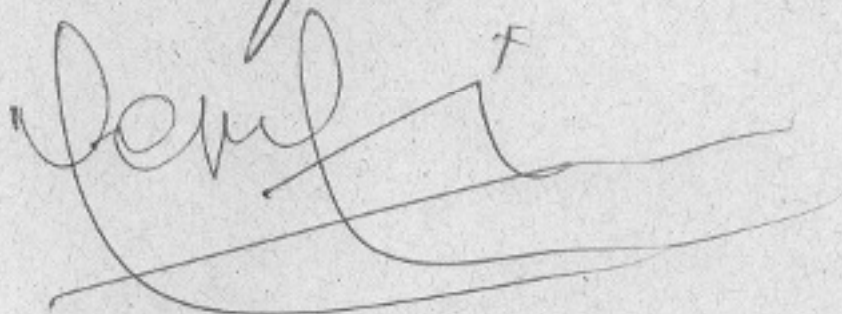
É o parecer.

Sala das Comissões, 13/12/11


DEPUTADO FRANCISCO BÜHRER
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMIR BIER
RELATOR









Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



ANTEPROJETO DE LEI 966/11

EMENTA: Eleva a Comarca de Umuarama, de entrância intermediária, para a entrância final e altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Art. 1º Fica a Comarca de Umuarama, de entrância intermediária, elevada para entrância final.

Art. 2º Fica alterado o art. 264 da Lei Estadual nº 14.277/2003, pela elevação da Comarca de Umuarama à entrância final, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 264. Ficam elevadas à entrância final as Comarcas de Guarapuava e Umuarama, e à entrância intermediária as Comarcas de Guaratuba, Matinhos, São Mateus do Sul, Sarandi, Andirá, Chopinzinho, Matelândia, Quedas do Iguaçu, Antonina e Jandaia do Sul."

Art. 3º A 50ª Seção Judiciária fica integrada e sediada pela Comarca de entrância final de Umuarama.

§ 1º a 20ª Seção Judiciária fica integrada pela Sede, Comarca de Assis Chateaubriand, e pelas Comarcas de Corbélia, Formosa do Oeste e Alto Piquiri.

§ 2º a 30ª Seção Judiciária fica integrada pela Sede, Comarca de Guaíra, e pelas Comarcas de Altônia, Iporã, Terra Roxa, Xambrê e Pérola.

§ 3º A 37ª Seção Judiciária fica integrada pela Sede, Comarca de Loanda, e pelas Comarcas de Santa Isabel do Ivaí, Nova Londrina e Icaraíma.

Art. 4º Ficam alterados os Anexos I, II, Tabela 2, IV, e V da Lei referida no artigo 2º.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
CLASSIFICAÇÃO DAS COMARCAS - ENTRÂNCIA FINAL, INTERMEDIÁRIA E INICIAL									
ANEXO I									
COMARCA DE ENTRÂNCIA FINAL				COMARCA DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA				COMARCA DE ENTRÂNCIA INICIAL	
1	Comarca da Região Metropolitana de Curitiba	1 Andaraí	36 Melhores	1 Alto Paraná	36 Mallet	71 Sengés			
I	Foro Central de Curitiba	2 Antonina	37 Medianeira	2 Alto Piquiri	37 Mamboré	72 Serfandópolis			
II	Foro Regional de Almirante Tamandaré	3 Apucarana	38 Nova Esperança	3 Altonia	38 Mandaguçu	73 Siqueira Campos			
III	Foro Regional de Araucária	4 Arapongas	39 Palmas	4 Arapoti	39 Mandaguari	74 Teixeira Soares			
IV	Foro Regional de Campina Grande do Sul	5 Assaí	40 Palmitina	5 Barão de Foz	40 Maringá	75 Terra Boa			
V	Foro Regional de Campo Largo	6 Assis Chateaubriand	41 Paranaguá	6 Barracão	41 Mancel Ribas	76 Terra Rica			
VI	Foro Regional de Colombo	7 Astorga	42 Paranaguá	7 Bocaiuva do Sul	42 Marilândia do Sul	77 Terra Roxa			
VII	Foro Regional de Fazenda Rio Grande	8 Bandeirantes	43 Pato Branco	8 Cambaí	43 Marmeleiro	78 Tibagi			
VIII	Foro Regional de Pinhais	9 Bela Vista do Paraíso	44 Pombal	9 Campina da Lagoa	44 Morretes	79 Tomazina			
IX	Foro Regional de Piraquara	10 Cambé	45 Pongá	10 Cândido de Abreu	45 Nova Fátima	80 Ubatuba			
X	Foro Regional de São José dos Pinhais	11 Campo Mourão	46 Poreciú	11 Catanduva	46 Nova Londrina	81 Uraí			
2	Cascavel	12 Capatzena	47 Quedas do Iguaçu	12 Capitão Leônidas Marques	47 Orizânia	82 Xamborê			
3	Foz do Iguaçu	13 Castro	48 Rio Branco do Sul	13 Catopollis	48 Palmeira				
4	Guarapuava	14 Choptininho	49 Rio Negro	14 Calandruvas	49 Palmital				
5	Londrina	15 Cianorte	50 Rolândia	15 Centenario do Sul	50 Paraisópolis				
6	Maringá	16 Colorado	51 Santo Antônio da Platina	16 Cerro Azul	51 Paranaity				
7	Ponta Grossa	17 Cornélio Procopio	52 Santo Antônio do Sudoeste	17 Cidade Gaúcha	52 Pato Branco				
8	Umuarama	18 Cruzeiro do Oeste	53 São Mateus do Sul	18 Clevidância	53 Pinhão				
		19 Dois Vizinhos	54 Sarandi	19 Congonhinhas	54 Piraí do Sul				
		20 Francisco Beltrão	55 Telêmaco Borba	20 Corbélia	55 Primeiro de Maio				
		21 Goioerê	56 Toledo	21 Coronel Vivida	56 Prudentópolis				
		22 Guarua	57 União da Vitória	22 Curitiba	57 Realeza				
		23 Guaratuba	58 Wenceslau Braz	23 Engenheiro Beltrão	58 Rebouças				
		24 Ibaté		24 Foz de Iguaçu	59 Reserva				
		25 Ipiranga		25 Formosa do Oeste	60 Rolândia				
		26 Irati		26 Grandezas Rios	61 Rolândia do Pinhal				
		27 Ivaiporã		27 Guaraniáçu	62 São João do Ivaí				
		28 Jacarezinho		28 Icaraima	63 Santa Fé				
		29 Jandaia do Sul		29 Imbuva	64 Santa Helena				
		30 Lapa		30 Ipiranga	65 Santa Izabel do Ivaí				
		31 Laranjeiras do Sul		31 Iporã	66 Santa Mariana				
		32 Londrina		32 Itaipua	67 São Jerônimo da Serra				
		33 Marechal Cândido Rondon		33 Jaguapitã	68 São João do Ivaí				
		34 Marialva		34 Jaguariaiva	69 São João do Triunfo				
		35 Matelândia		35 Joaquim Távora	70 São Miguel do Iguaçu				

D. L.
FEB. 03

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
SEÇÕES JUDICIÁRIAS — ANEXO II — TABELA 2

SEÇÕES JUDICIÁRIAS	COMARCA SEDE	COMARCA / VARA	ENTRÂNCIA	Juiz Subst.	Juiz de Direito Subst.	TOTAL
20ª	ASSIS CHATEAUBRIAND	ASSIS CHATEAUBRIAND	INTERM	1		1
		Cortêlia	INICIAL			0
		Formosa do Oeste	INICIAL			0
		Alto Piquiri	INICIAL			0
...						
30ª	GUAÍRA	GUAÍRA	INTERM	1		1
		Altônia	INICIAL			0
		Iporã	INICIAL			0
		Terra Roxa	INICIAL			0
		Xamburé	INICIAL			0
		Pérola	INICIAL			0
...						
37ª	LOANDA	LOANDA	INTERM	1		1
		Santa Isabel do Ivaí	INICIAL			0
		Nova Londrina	INICIAL			0
		Icaraima	INICIAL			0
...						
50ª	UMUARAMA	UMUARAMA	INTERM	2		2
...						



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

UMUARAMA - Comarca de Entrância Final

FORO JUDICIAL

1ª Vara Cível

2ª Vara Cível

1ª Vara Criminal

2ª Vara Criminal

Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial

Juizado Especial Cível e Criminal

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

1º Tabelionato de notas

2º Tabelionato de notas

1º Tabelionato de protesto de títulos, acumulando, precariamente, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas

2º Tabelionato de protesto de títulos

1º Serviço de registro de imóveis, acumulando, precariamente, o Serviço de registro civil das pessoas naturais

2º Serviço de registro de imóveis

SERVIÇO DISTRICTAL

Serviço distrital do Douradina

Serviço distrital de Marilândia

Serviço distrital de Perobal

Serviço distrital de Santa Elisa

Serviço distrital de Serra dos Dourados

Serviço distrital de Lovat

...

(2) = JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E / OU CRIMINAL COM UNIDADE ADMINISTRATIVA PRÓPRIA E UM CARGO DE JUIZ.

...



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total	
1ª INSTÂNCIA									
Entrância Final									
...									
Umuarama	Final			5	1	2		8	
...									
Entrância Intermediária									
...									
Umuarama									
...									
Comarca elevada à entrância final.									
...									





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei tem por finalidade elevar a Comarca de Umuarama de entrância intermediária para entrância final, conforme consta do protocolado de nº 283.583/2011, visando a expansão e aprimoramento da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços no Estado e em atendimento à preocupação deste Tribunal em melhor atender a região ora contemplada.

Com a alteração proposta, as composições das 50ª, 20ª, 30ª, e 37ª Seções Judiciárias serão modificadas.

Assim, a 50ª Seção Judiciária passará a ser integrada unicamente pela Comarca de Umuarama. A 20ª Seção Judiciária passará a ser composta pela Sede, Comarca de Assis Chateaubriand, e pelas Comarcas de Corbélia, Formosa do Oeste e Alto Piquiri; a 30ª Seção Judiciária passa a ser integrada pela Sede, Comarca de Guaíra, e pelas Comarcas de Altônia, Iporã, Terra Roxa, Xambrê e Pérola; e a 37ª Seção Judiciária passa a ser integrada pela Sede, Comarca de Loanda, e pelas Comarcas de Santa Isabel do Ivaí, Nova Londrina e Icaraima.

A estrutura da comarca permanece inalterada, sendo que atualmente ela conta com duas Varas Cíveis, duas Varas Criminais, uma Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, um Juizado Especial Cível e Criminal, para o atendimento de uma população de aproximadamente 119.995 habitantes e um total aproximado de 17.550 processos em andamento.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Os custos para a elevação da Comarca de Umuarama à entrância final, no valor anual aproximado de R\$ 183.260,00 (cento e oitenta e três mil duzentos e sessenta reais) serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, conforme detalhamento constante do Relatório de Execução Orçamentária SIA110, que prevê uma dotação orçamentária para 2011 de R\$ 683.476.300,00 na rubrica 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 2º Quadrimestre de 2011, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 3,96% (três vírgula noventa e seis por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da citada Lei de Responsabilidade Fiscal (5,7% cf. art. 22, parágrafo único).

A elevação da Comarca de Umuarama à entrância final foi objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 09 de dezembro de 2011.

Outrossim, os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei, deverão ser publicados juntamente com o texto final, vez que é parte integrante da mesma.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa, de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária para o exercício de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual 2008 – 2011 (Lei Estadual nº 15.757/07).



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que eleva a comarca de Umuarama à entrância final, consta da proposta orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15.757, de 27 de dezembro de 2007.

Curitiba, 12 de dezembro de 2011.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 12 de dezembro de 2011.
Of. nº 1.760/2011-GP

ADAT p/ leitura no
Expediente
A DL p/ promulgação
Em 12 de dez/2011
[Assinatura]

A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.
Em, 12 DEZ. 2011
[Assinatura]
1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a elevação da Comarca de Umuarama à entrância final, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

[Assinatura]
MIGUEL KFOURI NETO
Presidente

17982 12/12/2011 010302 OF. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 966/11

Projeto de Lei nº. 966/11
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Eleva a Comarca de Umuarama, de entrância intermediária, para a entrância final e altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual n.º. 14.277 de 30 de Dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

EMENTA: ELEVA A COMARCA DE UMUARAMA DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA PARA A ENTRÂNCIA FINAL. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa elevar a Comarca de Umuarama de entrância intermediária para a entrância final, visando à expansão e aprimoramento da prestação jurisdicional no Estado.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d da nossa Carta Magna, senão vejamos:

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

d) propor a criação de novas varas judiciárias;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da alteração da organização e da divisão judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa* do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual n. 15.757/2007.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2011.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 966/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Tribunal de Justiça, com o objetivo de elevar a Comarca de Umuarama, de entrância intermediária para a entrância final e altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual nº 14.277 de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Quando da análise pela douta Comissão de Constituição e Justiça, a mesma exarou, em relação aos aspectos constitucional e regimental o competente parecer favorável a matéria em questão.

Na vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Com relação ao impacto financeiro da presente proposta, observamos que os custos para a elevação da Comarca de Umuarama à entrância final, no valor anual aproximado de R\$183.260,00 (cento e oitenta e três mil, duzentos e sessenta reais) serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, conforme detalhamento constante do relatório de Execução Orçamentária SIA110, que prevê uma dotação orçamentária para 2011 de R\$683.476.3000,00 na rubrica 3.1.90.11.00 – Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.

Ressalta-se ainda, que a proposta vem acompanhada da declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que as despesas decorrentes com o Projeto em tela consta da proposta orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2008 – 2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15.757, de 27 de dezembro de 2007, estando ainda em atenção com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Assim sendo, nada visualizamos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 13/12/11

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

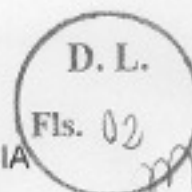
DEPUTADO ENIO VERRI
RELATOR



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA



~~ANTEPROJETO DE LEI~~ 967/11

EMENTA: Cria a 3ª Vara Cível na Comarca de Toledo, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

Art. 1º Fica criada a 3ª Vara Cível na Comarca de Toledo, entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 2º Fica alterado o inciso XVI, do artigo 263, da Lei referida no art. 1º, que passa a vigorar acrescido da alínea b, com a seguinte redação:

"Art. 263.....

(...)

XVI – na Comarca de Toledo:

a) (...)

b) a 3ª Vara Cível"

Art. 3º Fica criado um (1) cargo de Juiz de Direito para a Comarca de Toledo, de entrância intermediária.

Art. 4º Ficam alterados os Anexos IV, V, e IX Tabela 1 da Lei referida no art. 1º.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

TOLEDO - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

1ª Vara Cível

2ª Vara Cível

3ª Vara Cível

1ª Vara Criminal

2ª Vara Criminal

Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

(2) Juizado Especial Cível e Criminal

FORO EXTRAJUDICIAL

1º Tabelionato de notas

2º Tabelionato de notas

Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas, acumulando, precariamente, o Tabelionato de protesto de títulos

1º Serviço de registro de imóveis

2º Serviço de registro de imóveis

Serviço de registro civil das pessoas naturais e o 3º Tabelionato de notas

SERVIÇO DISTRICTAL

Serviço distrital de Ouro Verde do Oeste

Serviço distrital de São Pedro do Iguaçu

Serviço distrital de Novo Sarandi

Serviço distrital de Vila Nova

(2) = JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E / OU CRIMINAL COM UNIDADE ADMINISTRATIVA PRÓPRIA E UM CARGO DE JUIZ.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total		
.....									
1ª INSTÂNCIA									
.....									
Toledo		Interm.		6	1	1	8		
.....									

X

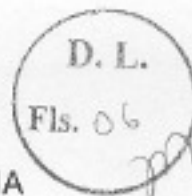
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003 CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1							
COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
1ª INSTÂNCIA							
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA							
Toledo			2	1			3



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei tem por finalidade criar a 3ª Vara Cível na Comarca de Toledo, de entrância intermediária, conforme consta do protocolado de nº 92.934/2009-CPJE, visando à expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços naquela Comarca.

A proposta altera o art. 263, da Lei Estadual nº 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ).

O Foro Judicial da referida Comarca abrangerá três (3) Varas Cíveis, duas (2) Varas Criminais, uma (1) Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e atenderá uma população de aproximadamente 131.137 habitantes e um total de 19.275 processos em andamento e de acordo com o Anexo II, Tabela 2, do CODJ, é sede da 49ª Seção Judiciária.

A criação da 3ª Vara Cível na Comarca de Toledo, de entrância intermediária, foi objeto de análise e aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, em 05 de dezembro de 2011, bem como do colendo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, neste em Sessão realizada no dia 09 de dezembro de 2011.

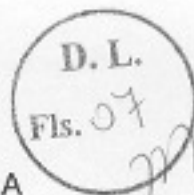
Registra-se que o custo alusivo a decorrente criação de um cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária, estimado em R\$ 297.500,00 (duzentos e noventa e sete mil e quinhentos reais), anuais, será absorvido pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA



Por sua vez, os cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria do Cível são objetos da Lei Estadual nº 16.023/2008, e a despesa decorrente será suportada pelo Fundo da Justiça (FUNJUS), criado pela Lei Estadual nº 15.942 de 03 de setembro de 2008.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário relativo ao 2º quadrimestre de 2011, a despesa com pessoal situou-se em 3,96% (três vírgula noventa e seis por cento), da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

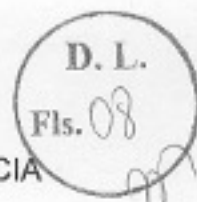
Ressalta-se, por fim, que os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei em questão, deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei vez que são parte integrante da mesma.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

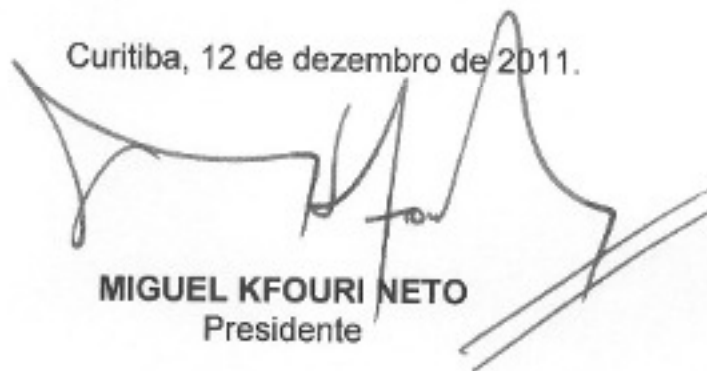
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA



DECLARAÇÃO

Declaro em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria a 3ª Vara Cível na Comarca de Toledo, de entrância intermediária, possui adequação com a Lei Orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15.757, de 27 de dezembro de 2007.

Curitiba, 12 de dezembro de 2011.



MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA

D. L.
Fls. 09

Curitiba, 12 de dezembro de 2011.
Of. nº 1763/2011-GP

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

*A DAP pr. Luiton. m.
expediente
A D. pr. prof. de in.
E 12. dez. 2011
Rossi
Presidente*

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 12 DEZ. 2011

Ruy
1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação da 3ª Vara Cível da Comarca de Toledo, de entrância intermediária, e adota outras providências, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

Miguel Kfour Neto
MIGUEL KFOURI NETO
Presidente

17402 12/12/2011 010304 00 0530114 11615.47106 00 00000



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 967/11

Projeto de Lei nº 967/11

Autor: Tribunal de Justiça – Ofício nº 1763/2011

Súmula: Cria a 3ª Vara Cível na Comarca de Toledo, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

EMENTA: CRIAÇÃO DE VARA NOVA E ALTERAÇÃO DO CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIA. ARTIGO 96 DA CF. ARTIGOS 65 E 101 DA CE. ARTIGO 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 15 E 16 LC 101/00. LC 95/98. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, tem por finalidade criar a 3ª Vara Cível na Comarca de Toledo, de entrância intermediária, visando a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e distribuir o volume de serviços naquela Comarca.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que a Constituição Federal assegura, em seu artigo 96, competência privativa dos Tribunais de Justiça para propor ao Poder Legislativo leis que tratem da criação de novas varas



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

judiciárias, da criação de cargos e sua remuneração e da alteração da organização e da divisão judiciárias:

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

(...)

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

(...)

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

(...)

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

(...)

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias; (grifos nossos)

No que tange à Constituição Estadual do Paraná, assim dispôs o seu artigo 101:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

(...)

b) - a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

(...)

d) - a alteração da organização e da divisão judiciárias;

e) - a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários;

[grifos nossos]

Quanto à competência do presente projeto de lei, o artigo 124, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, dispõe:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. [grifos nossos]

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Da mesma forma, a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Desta forma, fica clara a competência do Tribunal de Justiça para iniciar o processo legislativo no caso em análise, uma vez que



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

trata justamente da criação de Vara Cível (terceira) na Comarca de Toledo, alterando o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado (Lei nº. 14.277/03), bem como cria um cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária na referida Comarca.

Cabe ainda observar que, de acordo com a Lei Complementar 101/00, toda ação governamental que acarrete aumento de despesa deve ser acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que tem adequação orçamentária e financeira com a lei anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. (grifos nossos)

O projeto de lei em análise traz, em anexo, a declaração do Presidente do Tribunal de Justiça (fls. 08) de que as suas despesas apresentam a adequação de que trata o inciso II do artigo 16 da norma



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

supracitada. Além disso, em sua justificativa, o autor traz a estimativa do impacto orçamentário-financeiro de que trata o inciso I do mesmo artigo. Desta forma, não há óbice algum a Lei Complementar 101/00, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE** opinamos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2011.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO DUILIO GENARI

RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 967/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1763/11, com o objetivo de criar a 3ª Vara Cível na Comarca de Toledo, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

Quando da análise pela douta Comissão de Constituição e Justiça, a mesma exarou, em relação aos aspectos constitucional e regimental o competente parecer favorável a matéria em questão.

Na vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Com relação ao impacto financeiro da presente proposta, observamos que a criação de um cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária, estimado em R\$297.500,00 (duzentos e noventa e sete mil e quinhentos reais), anuais, será absorvido pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça. Com relação aos cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria do Cível são objetos da Lei nº 16.023/2008, e a despesa decorrente será suportada pelo Fundo da Justiça (FUNJUS) criado pela Lei nº 15.942 de 03 de setembro de 2008.

Ressalta-se ainda, que a proposta vem acompanhada da declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que as despesas decorrentes com o Projeto em tela possui adequação com a lei orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2008 – 2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15.757, de 27 de dezembro de 2007, estando ainda em atenção com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

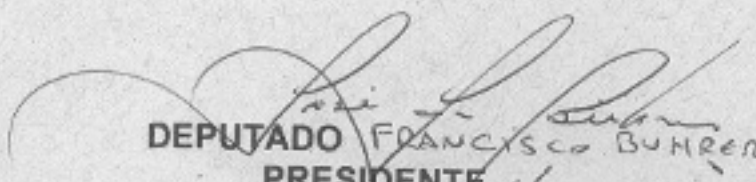


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Assim sendo, nada visualizamos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, parecer **FAVORÁVEL**.

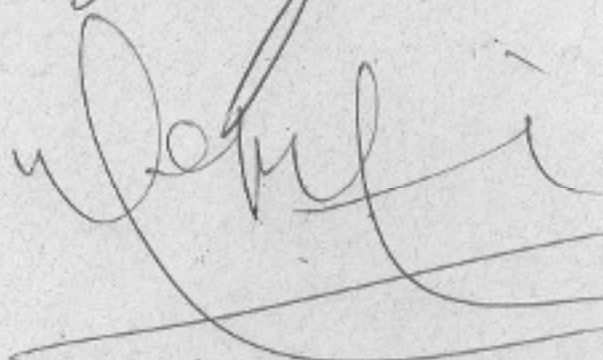
É o parecer.

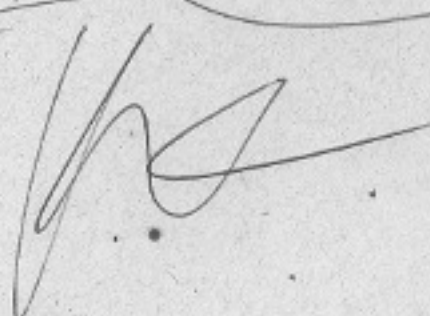
Sala das Comissões, 13/12/11


DEPUTADO FRANCISCO BÜHRER
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMIR BIER
RELATOR









ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PROPOSIÇÃO: **Projeto de Lei nº 967/11**

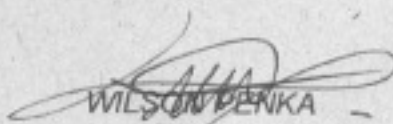
AUTOR: TRIBUNAL DE JUSTIÇA – OFÍCIO Nº 1763/2011

RELATOR: Deputado ADEMIR BIER

Certifico para os devidos fins, que esta **COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS**, analisou o presente Projeto de Lei nº 967/11, em reunião na data de **13/12/2011**, exarando **PARECER FAVORÁVEL**.

Remeta-se à **DIRETORIA LEGISLATIVA** para as providências devidas.

Curitiba, 14 de dezembro de 2011.


WILSON PENKA
Secretário da Comissão



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

~~ANTE~~ PROJETO DE LEI

968/11

SÚMULA: Cria a Comarca de São João, de entrância inicial, integrada pelos municípios que especifica, juntamente com seus respectivos distritos, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 e adota outras providências.

Art. 1º Fica criada a Comarca de São João, de entrância inicial, com sede no município de mesmo nome, integrada pelos municípios de São Jorge do Oeste, Saudade do Iguaçu e Sulina, juntamente com seus respectivos distritos, alterando-se os Anexos I, II, Tabela 2, III, Tabela 2, IV, V, VIII e IX, Tabelas 1 e 7, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias).

§ 1º Os municípios de Saudade do Iguaçu e de Sulina são desmembrados da Comarca de Chopinzinho, de entrância intermediária.

§ 2º O município de São Jorge do Oeste é desmembrado da Comarca de Dois Vizinhos, de entrância intermediária.

§ 3º A Comarca de Dois Vizinhos, de entrância intermediária, fica integrada pelos municípios de Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu e Verê.

§ 4º A Comarca de São João, de entrância inicial, passa a pertencer à jurisdição das Varas de Execução Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Francisco Beltrão, de entrância intermediária.

Art. 2º Fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito para a Comarca de São João, de entrância inicial, alterando os Anexos V, e IX, Tabela I, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 3º Ficam criados no Foro Extrajudicial da Comarca de São João, os seguintes serviços notariais e de registro, constantes do anexo IV da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

- I – Tabelionato de protestos de títulos;
- II - Serviço de registro de imóveis;
- III – Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas.

Art. 4º Fica transformado o Serviço Distrital de São João em Tabelionato de notas da Comarca de São João, acumulando,

X



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

precariamente, o Tabelionato de protestos de títulos, alterando-se o Anexo IV da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 5º A 43ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Pato Branco, de entrância intermediária, é integrada pelas Comarcas de Chopinzinho, de entrância intermediária, e de Coronel Vivida e de São João, de entrância inicial.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações, orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ							
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003							
CLASSIFICAÇÃO DAS COMARCAS - ENTRÂNCIA FINAL, INTERMEDIÁRIA E INICIAL							
ANEXO I							
COMARCA DE ENTRÂNCIA FINAL		COMARCA DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA		COMARCA DE ENTRÂNCIA INICIAL			
1	Comarca de Região Metropolitana de Curitiba	1	Araró	38	Melel	39	São João do Ituaçu
2	Foz de Iguaçu	2	Araró	39	Melel	40	São João do Ituaçu
3	Foz de Iguaçu	3	Araró	40	Melel	41	São João do Ituaçu
4	Foz de Iguaçu	4	Araró	41	Melel	42	São João do Ituaçu
5	Foz de Iguaçu	5	Araró	42	Melel	43	São João do Ituaçu
6	Foz de Iguaçu	6	Araró	43	Melel	44	São João do Ituaçu
7	Foz de Iguaçu	7	Araró	44	Melel	45	São João do Ituaçu
8	Foz de Iguaçu	8	Araró	45	Melel	46	São João do Ituaçu
9	Foz de Iguaçu	9	Araró	46	Melel	47	São João do Ituaçu
10	Foz de Iguaçu	10	Araró	47	Melel	48	São João do Ituaçu
11	Foz de Iguaçu	11	Araró	48	Melel	49	São João do Ituaçu
12	Foz de Iguaçu	12	Araró	49	Melel	50	São João do Ituaçu
13	Foz de Iguaçu	13	Araró	50	Melel	51	São João do Ituaçu
14	Foz de Iguaçu	14	Araró	51	Melel	52	São João do Ituaçu
15	Foz de Iguaçu	15	Araró	52	Melel	53	São João do Ituaçu
16	Foz de Iguaçu	16	Araró	53	Melel	54	São João do Ituaçu
17	Foz de Iguaçu	17	Araró	54	Melel	55	São João do Ituaçu
18	Foz de Iguaçu	18	Araró	55	Melel	56	São João do Ituaçu
19	Foz de Iguaçu	19	Araró	56	Melel	57	São João do Ituaçu
20	Foz de Iguaçu	20	Araró	57	Melel	58	São João do Ituaçu
21	Foz de Iguaçu	21	Araró	58	Melel	59	São João do Ituaçu
22	Foz de Iguaçu	22	Araró	59	Melel	60	São João do Ituaçu
23	Foz de Iguaçu	23	Araró	60	Melel	61	São João do Ituaçu
24	Foz de Iguaçu	24	Araró	61	Melel	62	São João do Ituaçu
25	Foz de Iguaçu	25	Araró	62	Melel	63	São João do Ituaçu
26	Foz de Iguaçu	26	Araró	63	Melel	64	São João do Ituaçu
27	Foz de Iguaçu	27	Araró	64	Melel	65	São João do Ituaçu
28	Foz de Iguaçu	28	Araró	65	Melel	66	São João do Ituaçu
29	Foz de Iguaçu	29	Araró	66	Melel	67	São João do Ituaçu
30	Foz de Iguaçu	30	Araró	67	Melel	68	São João do Ituaçu
31	Foz de Iguaçu	31	Araró	68	Melel	69	São João do Ituaçu
32	Foz de Iguaçu	32	Araró	69	Melel	70	São João do Ituaçu
33	Foz de Iguaçu	33	Araró	70	Melel	71	São João do Ituaçu
34	Foz de Iguaçu	34	Araró	71	Melel	72	São João do Ituaçu
35	Foz de Iguaçu	35	Araró	72	Melel	73	São João do Ituaçu

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
SEÇÕES JUDICIÁRIAS — ANEXO II — TABELA 2

SEÇÕES JUDICIÁRIAS	COMARCA SEDE	COMARCA / VARA	ENTRÂNCIA	Juiz Subst.	Juiz de Direito Subst.	TOTAL
43º	PATO BRANCO	PATO BRANCO	INTERM.	1	---	1
		Chopininho	INTERM.	---	---	0
		Coronel Vidas	INICIAL	---	---	0
		São João	INICIAL	---	---	0

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DAS COMARCAS E SEUS DISTRITOS JUDICIÁRIOS - DEMAIS COMARCAS - ANEXO III - TABELA 2

Nº	COMARCA	Nº	Sede / Serviço Distrital Município	Nº	Serviço Distrital Não Município
43	Dois Vizinhos	---	Dois Vizinhos	---	---
		---	Verê	---	---
		---	Cruzeiro do Iguaçu	---	---
		---	Boa Esperança do Iguaçu	---	---
32	Chopininho	---	Chopininho	---	---
127	São João	---	São João	162	Via Paraíso (*)
		---	São Jorge do Oeste	163	Doutor Antônio Paranhos
		---	Saudade do Iguaçu	---	---
		---	Sulina	---	---

LEGENDA: (*) Distritos Judiciários que serão extintos após vacância.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ	
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - Lei Nº 14.277 DE 09/12/2003	
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL, POR COMARCA ANEXO - IV	
	<p>CORRUPIONHO - Comarca de Distância Intermediária FORO JUDICIAL: Vere Civil, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial Vere Criminal, da Infância e da Juventude e Família Juizado Especial Cível e Criminal Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público FORO EXTRAJUDICIAL: Tabelionato de notas, acurando, presentemente, o Tabelionato de protesto de títulos Serviço de registro de imóveis, acurando, presentemente, o Serviço de registro civil das pessoas naturais e o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas</p>
	<p>DOS VIZINHOS - Comarca de Distância Intermediária FORO JUDICIAL: Vere Civil, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial Vere Criminal, da Infância e da Juventude e Família Juizado Especial Cível e Criminal Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público FORO EXTRAJUDICIAL: Tabelionato de notas, acurando, presentemente, o Tabelionato de protesto de títulos Serviço de registro de imóveis Serviço de registro civil das pessoas naturais, acurando, presentemente, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas SERVIÇO DISTRICTAL: Serviço distrital de Cruzes de Iguaçu Serviço distrital de Boa Esperança do Iguaçu Serviço distrital de Veril</p>
	<p>SÃO JOÃO - Comarca de Distância Interim FORO JUDICIAL: Juízo Único Juizado Especial Cível e Criminal Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público FORO EXTRAJUDICIAL: Tabelionato de notas, acurando, presentemente, o Tabelionato de protesto de títulos Serviço de registro de imóveis Serviço de registro civil das pessoas naturais, acurando, presentemente, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas SERVIÇO DISTRICTAL: Serviço distrital de Doutor Antônio Paranhos Serviço distrital de São Jorge do Oeste Serviço distrital de Saudade do Iguaçu Serviço distrital de Suraia Serviço distrital de Vila Progresso</p>

(1) = SERVIENTE PARA EXERCÍCIO NA VAGÂNCIA.

(2) = JUÍZADO ESPECIAL CIVIL E/OU CRIMINAL COM UNIDADE ADMINISTRATIVA PRÓPRIA E UM CARGO DE JUÍZ.

(3) = JUÍZADO ESPECIAL CIVIL E/OU CRIMINAL COM UNIDADE ADMINISTRATIVA PRÓPRIA.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ								
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003								
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V								
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Deseembargador	Juíz de Direito Substituto em 2º Grau	Juíz de Direito Especial	Juíz de Direito Substituto	Juíz Substituto	Total	
1ª INSTÂNCIA								
...	
São João	Inicial			1			1	
...	

XZ

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277/2003
JURISDIÇÃO DAS VARAS DE EXECUÇÃO PENAS E CORREDEIRA DOS PRESÍDIOS
ANEXO VII

Nº	JURISDIÇÃO DA VEP DE CURITIBA	JURISDIÇÃO DA VEP DE CASCAVEL	JURISDIÇÃO DA VEP DE FRANCISCO BELTRÃO	JURISDIÇÃO DA VEP DE FZ DO IGUAÇU	JURISDIÇÃO DA VEP DE GUARAPUAVA	JURISDIÇÃO DA VEP DE LONDINA	JURISDIÇÃO DA VEP DE MARINGÁ	JURISDIÇÃO DA VEP DE PONTA GROSSA
1	Antônio Tamarit	Compa do Lago	Barcelo	Alto Chetubland	Clodo de Alva	Arara	Alto Pared	Arara
2	Antônio	Capitã Leônides Marcam	Capitã	Formosa de Ode	Carapic	Apucarã	Alto Pared	Carapic
3	Assolva	Casca	Casca	Poa de Igua	Quapic	Apucarã	Alto Pared	Casca
4	Bacaria do Sul	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
5	Casca Grande do Sul	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
6	Casca Largo	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
7	Casca Azul	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
8	Casca	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
9	Casca	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
10	Casca	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
11	Casca	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
12	Casca	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
13	Casca	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
14	Casca	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
15	Casca	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
16	Casca	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
17	Casca	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
18	Casca	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
19	Casca	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
20	Casca	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
21	Casca	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
22	Casca	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
23	Casca	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
24	Casca	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
25	Casca	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
26	Casca	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
27	Casca	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
28	Casca	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
29	Casca	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
30	Casca	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
31	Casca	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
32	Casca	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
33	Casca	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
34	Casca	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
35	Casca	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
36	Casca	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
37	Casca	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai
38	Casca	Casca	Casca	Mandol Clodo Rand	Itai	Apucarã	Alto Pared	Itai

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ							
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003							
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX							
CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1							
COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2ª Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito de Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
1ª INSTÂNCIA							
ENTRADA INICIAL							
São João	1	1	1	1	1	1	1

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
EXTINÇÃO DE SERVIÇOS DISTRITAIS APÓS VACÂNCIA
ANEXO IX - TABELA 7

SERVIÇOS DISTRITAIS	MUNICÍPIO	COMARCA
VILA PARAÍSO	SÃO JOÃO	SÃO JOÃO



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, oriundo do protocolado sob nº 107.755/2011-TJPR, tem por finalidade criar a Comarca de São João, de entrância inicial, desmembrando dito município da Comarca de Chopinzinho, a qual terá por sede o Município de São João e englobará os Municípios de Saudade do Iguaçu e Sulina, atualmente pertencentes a Comarca de entrância intermediária de Chopinzinho, e de São Jorge do Oeste, atualmente pertencente a Comarca de entrância intermediária de Dois Vizinhos.

Tal criação visa à expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e distribuir o volume de serviços para essa nova Comarca de entrância inicial de São João, desafogando a Comarca intermediária sede de Chopinzinho bem como a Comarca intermediária de Dois Vizinhos.

A presente proposta altera os Anexos I, II, Tabela 2, III, Tabela 2, IV, V, VIII e IX, Tabelas 1 e 7, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná).

Esta proposição, de criação da Comarca de São João, de entrância inicial, contou com aprovação da douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias do Estado. Ainda, em sessão realizada em 09 de dezembro de 2011, o egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos aprovou a proposição de criação da Comarca de São João.

Os cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria da Comarca de São João são objeto da Lei Estadual nº 16.023/2008, sendo que as despesas decorrentes serão a expensas do Fundo da Justiça, criado pela Lei Estadual nº 15.942/2008, no valor de aproximadamente R\$ 506.591,00, e mais o valor anual para o cargo de Magistrado também a ser criado juntamente com a Lei, no valor aproximado de R\$ 240.283,00, este a ser suportado pelo orçamento geral do Tribunal de Justiça do Estado.

Ressalte-se que os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei, deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que é parte integrante da mesma.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Curitiba, 12 de dezembro de 2011.
Of. nº 1761/2011-GP

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Senhor Presidente:

Em, 12 DEZ. 2011

1º Secretário

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação da Comarca de São João, de entrância inicial, integrada pelos municípios que especifica, com seus respectivos distritos, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná).

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente

A DAP p/ leitura no ex-
pediente

A DAP p/ apreciação
E 12. dez. 2011

[Assinatura]
Presidente

17482 12/12/2011 01:03:03 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA

DECLARAÇÃO

Declaro em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria a Comarca de São João, de entrância inicial, possui adequação com a Lei Orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15.757, de 27 de dezembro de 2007.

Curitiba, 12 de dezembro de 2011.

Assinatura manuscrita de Miguel Kfoury Neto, com uma linha diagonal cruzando o nome.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 968/11

Projeto de Lei nº. 968/11
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Cria a comarca de São João, de entrância inicial, integrada pelos Municípios que especifica, juntamente com seus respectivos distritos, alterando a Lei Estadual n.º. 14.277 de 30 de Dezembro de 2003 e adota outras providências.

EMENTA: CRIA COMARCA DE SÃO JÃO DE ENTRÂNCIA INICIAL, INTEGRADA PELOS MUNICÍPIOS QUE ESPECIFICA, JUNTAMENTE COM SEUS RESPECTIVOS DISTRITOS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa criar a comarca de São João, de entrância inicial, visando à expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e distribuir o volume de serviços para essa nova Comarca de entrância inicial de São João, desafogando a Comarca intermediária sede de Chopinzinho bem como a Comarca intermediária de Dois Vizinhos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d da nossa Carta Magna, senão vejamos:

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da alteração da organização e da divisão judiciária para a Assembléia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual n. 15.757/2007.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO




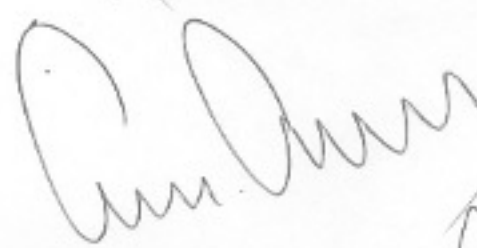


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 968/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Tribunal de Justiça, com o objetivo de criar a Comarca de São João, de entrância inicial, integrada pelos municípios que especifica, juntamente com seus respectivos distritos, alterando a Lei Estadual nº 14.277 de 30 de dezembro de 2003 e adota outras providências.

Quando da análise pela douta Comissão de Constituição e Justiça, a mesma exarou, em relação aos aspectos constitucional e regimental o competente parecer favorável a matéria em questão.

Na vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Com relação ao impacto financeiro da presente proposta, observamos que a criação dos cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria da Comarca de São João são objeto da Lei Estadual nº 16.023/2008, sendo que as despesas decorrentes serão as expensas do Fundo da Justiça, criado pelo Estadual nº 15.942/2008, no valor de aproximadamente R\$506.591,00 (quinhentos e seis mil, quinhentos e noventa e um reais), e mais o valor anual para o cargo de Magistrado também a ser criado juntamente com a Lei, no valor aproximado de R\$240.283,00 (duzentos e quarenta mil, duzentos e oitenta e três reais), este a ser suportado pelo orçamento geral do Tribunal de Justiça do Estado.

Ressalta-se ainda, que a proposta vem acompanhada da declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que as despesas decorrentes com o Projeto em tela possui adequação com a lei orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2008 – 2011, aprovado pela



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

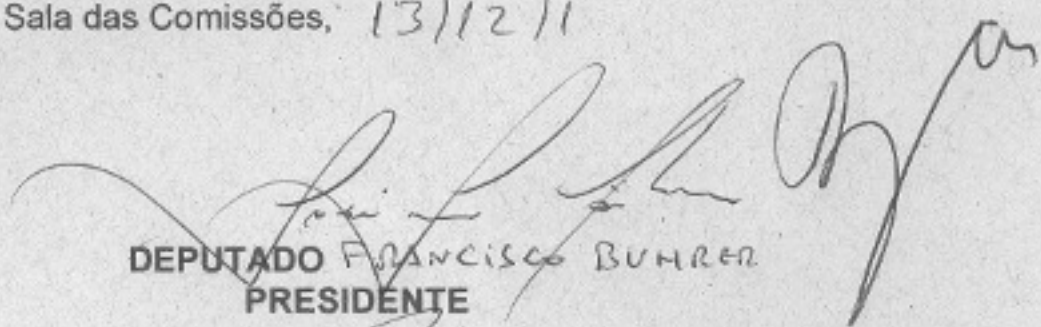
Comissão de Finanças

Lei Estadual nº 15.757, de 27 de dezembro de 2007, estando ainda em atenção com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Assim sendo, nada visualizamos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 13/12/11


DEPUTADO FRANCISCO BÜHRER
PRESIDENTE


DEPUTADA MARLA TURECK
RELATORA

